

A reunião contou com a presença de representantes das três regionais

CONTA CORRENTE ENTRE AS REGIONAIS

A TRANSPARÊNCIA DOS NÚMEROS

Os Conselhos de Administração e de Representantes aprovaram o relatório que mostra a circulação dos recursos e dos produtos entre as Regionais da Cotrijuí.

Páginas centrais

Comissão vai definir critérios do programa de empréstimo rotativo

Página 16



O debate com a Cooperativa Central Gaúcha de Leite

O leite excesso volta a mobilizar os produtores

Páginas 8 e 9

Bruzone quebra a produção de trigo no MS

Páginas 6 e 7

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111 Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400

Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Oscar Vicente Silva

Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschoner, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Angelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademir Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godoi Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Valter Luiz Driemeyer, Pedro Affonso Pereira, Valdeci Oli Martinelli

Suplentes:
Jayme Wender, Antônio Cândido da Silva-Neto, Realdo Cervi

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem: LOCAL INSTALADA

Ijuí.....	164.000 t
Ajuricaba.....	33.000 t
Augusto Pestana.....	33.000 t
Chiapetta.....	60.000 t
Cel. Bico.....	40.000 t
Sto. Augusto - Sede.....	77.000 t
Sto. Augusto - Es. Umbu.....	50.000 t
Ten. Portela.....	60.800 t
Jóia.....	67.000 t
Rio Grande.....	220.000 t
Dom Pedrito.....	91.000 t
Maracaju - Sede.....	69.800 t
Maracaju - Vista Alegre.....	19.500 t
Sidrolândia.....	52.000 t
Rio Brilhante.....	29.000 t
Dourados - Sede.....	82.000 t
Itaum (Dourados).....	25.000 t
Indópolis (Dourados).....	17.000 t
Douradina.....	17.000 t
Caarapó.....	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba.....	42.500 t
Ponta Porã.....	29.000 t
Itaporã - Montese.....	17.000 t
Campo Grande - Anhandu.....	17.000 t
Aral Moreira - Tagi.....	17.000 t
Bonito.....	21.800 t
Jardim.....	3.550 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

ASSOCIADO da ABERJE

ASSOCIADO da



REDAÇÃO
Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Carmem Rejane Pereira

REVISÃO
Sérgio Corrêa
CORRESPONDENTES

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé

Porto Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

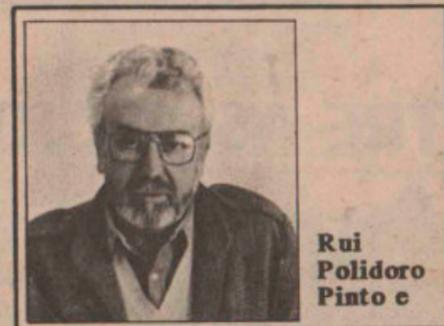
AO LEITOR

Os representantes da Cotrijuf que foram até o Mato Grosso do Sul discutir crédito rotativo, voltaram conhecendo um pouco mais ainda da Cooperativa. Isto porque, logo depois da discussão da proposta de crédito rotativo, eles tomaram conhecimento da conta corrente entre as regionais. O relatório apresentado — uma antiga reivindicação do quadro social — mostra de forma bastante clara, as operações envolvendo recursos financeiros e produtos entre as regionais. Depois da apresentação dos números e da identificação de quem é quem, os representantes puderam conhecer a situação de antes das incorporações e a situação de hoje de cada uma delas. A transparência dos números, um verdadeiro RX de cada Regional, está nas páginas centrais.

Os agricultores gaúchos vivem uma situação dramática. Imprensados de um lado pelos altos juros cobrados pelos financiamentos bancários e de outro por preços desestimulantes e algumas frustrações de safras passadas, eles vivem uma situação de falência. Sem dinheiro para pagar as contas que se acumulam nos bancos e financeiras — porque ninguém mais consegue plantar e colher o suficiente para pagar os altos juros — eles estão perdendo a terra e o direito de continuar produzindo. É uma crise que parece não ter mais fim e que a cada dia registra novos casos de insolvência. Em Jóia um agricultor foi preso por ser considerado depositário infiel. Em Augusto Pestana, idem. Em Cruz Alta, fala-se que o número de agricultores com prisão domiciliar decretada pode chegar a 40. Um deles cum. pre prisão "albergue". Isto é, apenas dorme no prédio. Mas essa situação não acontece só aqui na região. Ela vem se repetindo por todo o Estado. A falência dos agricultores está sendo contada na página 5.

DO LEITOR

Constituinte Cooperativa



Rui Polidoro Pinto e

Hoje, decorridos cinco meses da instalação da Constituinte Cooperativa, já não se verifica o mesmo entusiasmo dos seus componentes.

Na sua instalação era enfatizada a necessidade de nos tomarmos como novo instituição, um agente ativo na elaboração de suas leis. Isto porque até agora o Estado ditava de cima para baixo as normas que as cooperativas deveriam seguir. Falou-se que estes constituintes, juntamente com as 240 mil famílias associadas ao Sistema Fecotrijo haveriam de discutir e propor o que achassem melhor e mais justo para ser inserido no texto constitucional, lei ordinária e um modelo do Estatuto Padrão. Todavia, confirmou-se a máxima de que a "história caminha mais lenta do que a pressa que queremos viver".

As teses já aprovadas pela Constituinte Nacional em relação ao cooperativismo ficaram aquém das pretensões da Constituinte Cooperativa, conforme conclusão de sua última plenária realizada na sede da Fecotrijo em 25 de julho de 1987.

Conseguiu-se, mesmo assim, inserir no texto constitucional, aprovado pela Subcomissão e Comissão de Sistematização, no capítulo da ordem Econômica, art. 30 § 2º. "A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo, com incentivos financeiros, fiscais e creditícios." "Da Política Agrícola", art. 325 — §

Mais uma doença começa a atazanar a vida dos triticultores de Mato Grosso do Sul: a tal de bruzone. Os produtores ainda não sabem ao certo em quanto vão parar os prejuízos causados pela doença, mas calculam que vão ser grandes. Em torno de 40 por cento da área plantada em Mato Grosso, de 308 mil hectares, já está infestada pela doença. O sufoco dos agricultores está nas páginas 6 e 7.

Saíram os novos preços mínimos para a soja, o milho, o arroz, o feijão e o sorgo, agora corrigidos de acordo com a variação da OTN. A soja teve um reajuste de 205 por cento e os demais produtos um reajuste médio de 218 por cento. Os agricultores gaúchos não gostaram dos novos valores e voltam a reclamar da falta de sensibilidade do governo em continuar penalizando a agricultura com preços inferiores ao custo de produção. A gritaria das lideranças do setor e dos próprios agricultores correu de ponta a ponta por esse Rio Grande, mas não deve ter chegado aos ouvidos da área econômica do governo que insiste em dizer que os preços são bons. O preço do milho, fixado em Cz\$ 265,00 o saco é desestimulante e poderá refletir diretamente na próxima lavoura que já está sendo plantada. Página 4.

Leite excesso. Na semana passada, esta expressão já bastante conhecida voltou a alvoraçar os produtores de leite da Regional Pioneira, quando eles ficaram sabendo que a CCGL poderia aplicar a medida. Descontentes com suas prováveis perdas, eles chamaram a presidência da Central para exigir a não aplicação da portaria e, por tabela, o pagamento antecipado do produto, como também uma maior participação nas decisões da CCGL. Os detalhes da reunião está nas páginas 8 e 9.

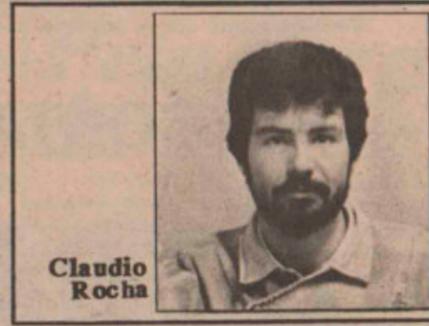
1º. "A política agrícola estimulará o desenvolvimento do cooperativismo de produções e crédito".

Embora o texto proposto pela Constituinte Cooperativa, o qual teve como redator o professor Walter Frantz e já na íntegra publicado no Cotrijornal, pretendesse muito mais, podemos concluir que houve um avanço, se compararmos com outros textos constitucionais onde não existe nenhuma menção ao Sistema Cooperativo.

Ainda na última reunião plenária ficou decidido também que as regionais da Fecotrijo, em reuniões posteriores escolheriam seus relatores dos temas do Estatuto Padrão e Lei Ordinária, o que efetivamente ocorreu: posteriormente reunidos estes relatores, juntamente com os coordenadores de cada região, em Porto Alegre, elencaram os tópicos principais a serem discutidos novamente com os constituintes.

Já na instalação da Constituinte havia uma idéia de que deveria iniciar a discussão pelo Estatuto das Cooperativas, levantando os pontos positivos e falhos, e a partir daí, chegar-se ao Texto Constitucional e Lei Ordinária. Acreditamos que esta teria sido a maneira mais legítima de uma formulação mais consequente. Entretanto, o próprio tempo para a execução dos passos da Constituinte Nacional tornou-se exíguo, excluindo esta hipótese.

Mas de agora em diante procurar-se-á atuar e influir na elaboração da Lei Ordinária. Como estratégia, iniciar-se-á pela discussão do Estatuto Padrão. Isto ocorrerá de uma forma simples e objetiva, através de um questionário que permita ao associado responder questões relacionadas com sua vivência na cooperativa, tais como: porque associou-se a uma cooperativa; que vantagens vê nela; quem não deve ser sócio da cooperativa. Quais os problemas de sua cooperativa. Quais os deveres e obrigações dos sócios. O que



Cláudio Rocha

o senhor entende por capital integralizado, área de ação das cooperativas, participação de funcionários, voto da mulher, etc.

Com perguntas desse gênero poderemos tabular as respostas, sistematizando-as com tópicos que necessariamente devem conter em Estatuto, tais como: objetivos, formas de capitalização, conselhos e órgãos de administração, direitos e deveres dos associados, fundos indivisíveis, sistema e processo de eleições, políticas da cooperativa, entre outros.

Esperamos que após ser ouvido o quadro social e funcionário, far-se-á uma síntese das propostas apresentadas que deverão ser discutidas a nível de cada cooperativa, em seguida a nível de região e posteriormente de estado, onde se terá um resumo que permitirá a elaboração de um anteprojeto de lei, o mais legítimo possível. Uma vez julgado viável e tecnicamente apresentável, encaminhar-se-á à Constituinte Nacional. Além disso, é preciso manter-se vigilante para acompanhar o desempenho até a aprovação final de uma lei que seja do interesse dos associados e das cooperativas, como instituições responsáveis pelo desenvolvimento sócio-econômico do país.

Rui Polidoro Pinto é diretor de Recursos Humanos da Cotrijuf e Cláudio Rocha é educador em Chiapetta.

Eficiência econômica



Inês Canal

Até uns tempos atrás, as análises dos solos agricultáveis eram realizadas a cada cinco anos e tanto os agricultores como os técnicos se davam por satisfeitos. Só que agora essas análises são realizadas a cada três anos. Essa alteração no controle das condições físicas do solo vem permitir que técnicos e agricultores juntos, possam dar um acompanhamento mais eficiente às lavouras.

Para falar das novas recomendações de adubação e calagem adotadas pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina e que são resultantes de um trabalho conjunto de várias instituições, esteve em Ijuí, a convite do 3º Núcleo da Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado, a agrônoma Inês Canal, do Laboratório de Análises de Solo da Fecotriço. A reunião aconteceu em Ijuí, no dia 29 de julho e contou com a presença de técnicos agrícolas de toda a região.

A própria mudança na política creditícia do governo, retirando os subsídios, segundo Inês Canal, contribuiu para que houvesse uma mudança no trabalho que vinha sendo feito e que dizia respeito a análise do solo. "Hoje, explica ela, não se busca mais a eficiência técnica, como se fazia até um tempo atrás. O que se busca é o máximo de eficiência econômica a cada cruzado investido em fertilizantes". Essa nova postura deixa de valorizar tanto o trabalho do técnico agrícola, e leva o agricultor a buscar uma maior resposta econômica para a sua lavoura, visando o máximo de lucro possível. O agricultor, segundo Inês, diante de tão escassos recursos, precisa buscar outras alternativas, de forma conjunta, para que possa alcançar uma resposta econômica mais ajustada. Entre estas alternativas, em mãos dos produtores, ela cita a conservação do solo.



A presença de técnicos de toda a região



Oswaldo Meotti recebe um diploma do presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Porto Alegre, Wilson Noer

ADVB homenageia Cotrijuí pelos seus 30 anos

A Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — ADVB, Seção do Rio Grande do Sul, antecipando-se a data cronológica do aniversário da Cotrijuí, que transcorreu a 20 de julho, prestou homenagem especial pelos 30 anos de existência da cooperativa. A sessão festiva aconteceu a 9 de julho, no salão nobre do Hotel Plaza São Rafael, com a presença de 250 empresários, e sendo palestrante no ato o diretor-presidente da Artex S.A., empresário José Marcos Lauria.

A homenagem da ADVB constou de um diploma, impresso com os seguintes dizeres: "Cotrijuí Ltda. Homenagem da ADVB-RS na ocasião em que completa 30 anos de atividades. Porto Alegre, 9 de julho de 1987". O presidente da Cotrijuí e diversos diretores estiveram presentes a reunião-almoço.

O presidente Oswaldo Olmiro Meotti, recebeu das mãos do empresário Wilson Noer, presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Porto Alegre, o diploma alusivo.

O mercado da soja em discussão

O comportamento do mercado internacional e as tendências para a soja são assuntos que chamam a atenção de qualquer agricultor. Afinal, quem não quer saber um pouco mais sobre esta questão que é tão difícil de ser entendida? Pois durante os meses de julho e agosto, os associados da Cotrijuí — Regional Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso — deixaram suas lidas na lavoura, para procurar melhor entender o que acontece pela Comunidade Econômica Européia, a grande importadora de farelo e de grão de soja. Quem conversou com os produtores foi o professor e analista de mercados, Argemiro Luís Brum, que atualmente encontra-se na França, realizando estudos nesta área.

Argemiro Luís Brum falou dos motivos que levaram o preço da soja a pular de Cz\$ 140,00 para Cz\$ 400,00 o saco neste ano e traçou algumas tendências do mercado para a próxima safra. Citou o fracasso do Plano Cruzado, a volta da inflação, a queda do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, a desvalorização do cruzado e a previsão de produção acima da colheita, como as causas principais para que, neste ano, muitos agricultores deixassem de ganhar mais dinheiro pela venda de seu produto. Disse ainda que uma melhor remuneração da soja para a próxima safra, vai depender de muitas questões que ainda estão em andamento, mas acredita que a nível de mercado externo, a situação permaneça nos mesmos níveis. A nível de mercado interno, a questão ainda é mais complexa e vai depender dos rumos que tomar a política econômica do governo José Sarney.

Seminário de Saúde

O Centro de Ciências da Saúde da Fidene/Unijuf e a Comissão Interinstitucional da Saúde do Município — Cismi, estão promovendo, nos dias 10 e 11 de setembro, o "V Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente". O Seminário, que se desenvolverá no Auditório da Unijuf, visa promover um debate em torno da situação do menor; definir o perfil do menor careate da região; viabilizar a integração regional dos programas desenvolvidos nesta área e ainda definir uma política de atenção ao

menor da região. Serão painelistas Carmem Craidy, representante do Secretário de Ação Social do Ministério da Previdência e Assistência Social; Nilo Jardim, representando a Casa da Criança; Terezinha Dias, da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo, São Paulo; Imã Neli Capuzzo, da Pequena Casa da Criança; Fátima Donato, secretária de Trabalho e Ação Social de Santo Augusto e Jussara Terra, secretária de Trabalho e Ação Social de Ijuí.

Os peixes não visitados

Estava tudo certo, mas na última hora o roteiro teve de ser alterado para evitar algum problema nos ônibus que trouxeram os representantes da Pioneira e de Dom Pedrito. Com isso o pessoal do Rio Grande não pode visitar a propriedade dos associados Lucas e Floriano Vital da Silva, em Montese.

Lá eles veriam além da lavoura de trigo, um dos melhores resultados do Programa de Piscicultura desenvolvido pela Cooperativa em Mato Grosso do Sul.

Foi no início deste ano que eles aderiram ao programa coordenado pelo médico veterinário Ademar Meyer, construindo três tanques anexos ao açude já existente. Para isso contaram com a elaboração da Prefeitura de

Itaporã (Montese é um distrito de Itaporã). Hoje a área ocupada pelos açudes é de pouco mais de um hectare, mas já está nos planos dos irmãos a ampliação da área, já que o desnível do terreno facilita isso.

No final de março, Lucas e Floriano colocaram quatro mil alevinos de pacu, peixe típico do Estado, em dois dos três tanques construídos. No terceiro colocaram 1.780 carpas, das quais 50 são carpas espelho, 10 carpas prata e 10 carpas capim, que foram trazidas do Rio Grande do Sul e já estão bem adaptadas ao clima do Estado.

Junto aos tanques foram construídas pequenas pocilgas, permitindo a criação de suínos, criação esta que também deve ser aumentada com a expansão da área de piscicultura.

Cientista gaúcho cria vacina contra footrot

O jornal da ARCO (Associação Brasileira de Criadores de Ovinos), edição n° 7, que circulou em maio, sob a editoria do jornalista Najar Tubino, publicou extensa reportagem, inclusive com destaque de capa, do cientista gaúcho Luiz Alberto Ribeiro, descobridor da vacina contra o "footrot", doença mais conhecida como podridão do casco e que ataca os animais ovinos. A vacina é produzida pelo IRFA — Instituto Riograndense de Febre Aftosa, uma empresa subsidiária da Cotrijuí.

Luiz Alberto Ribeiro, detentor de vários cursos internacionais, doutorado em Ciência Veterinária pela Universidade de Sidney, Austrália, divide seu tempo de pesquisador entre o IRFA e o Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, órgão da Secretaria da Agricultura. Na reportagem, ele explicou o que significa a doença, que é conhecida por manguieira, "footrot", ou podridão dos cascos. É um mal que começa na pele, entre os dedos e na matriz dos cascos do animal. Depois vai progredindo até o deslocamento, ocasionando sérios problemas de locomoção, até impedir totalmente o animal de andar, caso não receba tratamento adequado.

Além do IRFA, que registrou a vacina "footrot" no Ministério da Agricultura em 1982, um produto que já está em plena fase comercial, só o laboratório Cooper's é capaz de produzir a vacina, explicou o cientista gaúcho. o cientista gaúcho.



O preço do milho ficou em Cz\$ 265,00

Os agricultores ficaram decepcionados com os novos valores.

PREÇOS MÍNIMOS

Produtos	PERÍODO DE CORREÇÃO PELA VARIACÃO DAS OTN		PREÇOS - BASE PARA A SAFRA DE VERÃO 1987/88 (EM OTN/Kg)								Preço mínimo final em OTN de ago/87	Unidade
	Dez/87	Jan/88	Fev/88	Mar/88	Abr/88	Mai/88	Jun/88	Jul/88 (1)				
Arroz Irrigado	set/87 a jul/88	—	—	0.019339	0.019716	0.020110	0.020513	0.020923	0.021341	403,00	50 Kg	
Arroz Sequeiro	set/87 a jul/88	—	—	0.016588	0.016919	0.017258	0.017603	0.017955	0.018314	415,00	60 Kg	
Feijão	set/87 a mar/88	0.043664	0.044537	0.045428	0.046337	(1)	—	—	—	1.050,00	60 Kg	
Mandioca	set/87 a jul/88	—	—	0.002590	0.002642	0.002695	0.002749	0.002804	0.002860	1.080,00	1 T	
Milho	set/87 a jul/88	—	—	0.010592	0.010804	0.011020	0.011240	0.011465	0.011695	265,00	60 Kg	
Sorgo	set/87 a jul/88	—	—	0.008993	0.009173	0.009357	0.009544	0.009735	0.009929	225,00	60 Kg	
Amendoim	set/87 a mar/88	0.019063	0.019444	0.019833	0.020229	(1)	—	—	—	191,00	25 Kg	
Girassol	set/87 a mar/88	0.016405	0.016733	0.017068	0.017409	(1)	—	—	—	263,00	40 Kg	
Soja	set/87 a jul/88	—	—	0.014989	0.015289	0.015594	0.015906	0.016224	0.016549	375,00	80 Kg	
Batata Semente	set/87 a mar/88	0.033268	0.033933	0.034612	0.035304	(1)	—	—	—	400,00	50 Kg	

Desestímulo para o milho

Os produtores gaúchos estão decepcionados: os novos preços mínimos anunciados pelo governo no dia 13 de agosto, estão muito distantes das reais necessidades. O fato é que os produtores voltados para o mercado interno, como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca, foram bastante penalizados pelo governo, recebendo um reajuste médio de 218 por cento em relação a safra anterior. O reajuste concedido para os produtos exportáveis, como a soja por exemplo, ficou em 205 por cento, contra uma inflação acumulada nesse mesmo período — de julho/86 a agosto/87 — de 240 por cento. Isso significa, alegam as lideranças do setor, que mais uma vez o agricultor gaúcho vai ter que jogar com altos custos da produção e preços mínimos defasados.

A gritaria das lideranças do setor e dos produtores rurais, não deixa de ter suas razões. O reajuste nos preços mínimos é mais uma prova de que o agricultor gaúcho continua sendo penalizado e sujeito aos mandos e desmandos de uma política agrícola indefinida, que a cada safra é regida por novas regras, como está acontecendo agora, com a mudança adotada pelo governo no sistema de reajustes dos preços mínimos. Até a safra anterior, o reajuste vinha sendo feito pelo tal de IPR — Índice de preços recebidos pelo produto — que o produtor ainda não tinha conseguido decifrar muito bem. Mas a partir dessa safra a correção passa a ser feita de acordo com a variação da OTN — Obrigação do Tesouro Nacional.

A mudança até agradou aos produtores. O que eles questionam é a fixação dos preços mínimos em níveis inferiores, impedindo que o produtor alcance a lucratividade desejada a que tem direito pelo seu trabalho.

O DESÁGIO

Outra novidade que veio junto com os preços mínimos é o tal de deságio. O agricultor, principalmente o médio e o grande, que venderam sua safra antecipadamente, vão passar a conviver com o deságio, mais um novo termo da política agrícola do governo Sarney. A finalidade do deságio é o da compra, por parte da Companhia de Financiamento à Produção da maior parte da safra produzida no próximo



A soja teve reajuste de 205 por cento

ano, assim como aconteceu em 86. Com a aplicação do deságio, o governo estará se resguardando. Os produtores — médios e grandes —, que venderam sua safra em fevereiro, por exemplo, receberão preços 10 por cento inferiores aos fixados. Quem vendeu em março, vai ser penalizado em oito por cento a menos e assim por diante.

OS NOVOS PREÇOS

O novo preço mínimo da soja foi fixado em Cz\$ 375,00 o saco; o do arroz irrigado em Cz\$ 403,00; o do arroz de sequeiro em Cz\$ 415,00; o do feijão em Cz\$ 1.050,00; o da mandioca em Cz\$ 1.080,00 a tonelada; o do milho em Cz\$ 265,00 o saco; o do sorgo em Cz\$ 225,00; o do amendoim em Cz\$ 191,00; o do girassol em

Cz\$ 263,00 e o da batata-semente em Cz\$ 400,00 o saco.

De acordo com a projeção de preços mínimos necessários para cobrir os custos de produção e oferecer um retorno ao produtor, feita pelo Lufs Juliani, assistente da Diretoria Agro-técnica da Cotrijuf na Regional Pioneira, o preço da soja, por exemplo, ficou defasado em 17,02 por cento. O preço mínimo, de acordo com a projeção feita, deixando de lado as despesas financeiras e a lucratividade de 30 por cento conforme assegura o Estatuto da Terra, teria de ficar em Cz\$ 415,90. Incluindo as despesas financeiras, ele não poderia ficar abaixo de Cz\$ 754,94.

O preço do milho, estimado em Cz\$ 271,58 sem incluir as despesas

financeiras e nem a lucratividade, ficou defasado em 2,42 por cento e o feijão em 7,65 por cento.

Considerando esse preço mínimo de Cz\$ 375,00 para a soja e uma VBC de Cz\$ 7.200,00 para a faixa de produtividade de 1.751 a 2.000 quilos por hectare, o produtor teria de colher, hoje, para pagar o financiamento junto ao banco, 19,20 sacos por hectare. No caso do milho, considerando a faixa de produtividade de 3.000 a 3.500 quilos por hectare e um VBC de Cz\$ 6.970,00 a colheita, para cobrir o financiamento, teria que ficar em 26,3 sacos por hectare.

Os produtores não gostaram

Igênio Vicente Gabbi, proprietário de quatro hectares de terra na localidade de São Miguel, interior de Ijuí e arrendatário de mais oito hectares, não ficou satisfeito com os novos preços mínimos anunciados pelo governo. Ele planta ainda, em sociedade com pai, mais 38 hectares. Pretende plantar neste ano a mesma área de soja e um tanto de milho destinado ao consumo da propriedade. Não gosta de plantar milho "para o comércio". "Prefiro transformá-lo em carne e leite, que me dá mais retorno do que vender por um preço tão insignificante", observa.

Não gostou do preço mínimo da soja porque considera bastante defasado em relação aos custos de produção. Até calcula que esse preço de Cz\$ 375,00 por saco fixado em agosto, pode desestimular o plantador de soja. "O produtor vai trabalhar só para cobrir as despesas com insumos e combustíveis. Ninguém gosta de trabalhar sem retorno". Mas ele gostou da mudança que o governo fez, alterando o sistema de reajuste dos preços. "Pelo menos, conta ele, os reajustes dos preços vão acompanhar a inflação". Só lamenta que os preços tenham sido reajustados tão por baixo. "Mesmo que sejam corrigidos pela variação da OTN, eles nunca vão se aproximar dos custos de produção".

O agricultor Valter Deckmann, proprietário de 12,5 hectares na localidade de Rincão dos Góis, Ijuí, e arrendatário de mais 100 hectares no município de Cruz Alta, já tomou a sua decisão: vai plantar a mesma área de soja do ano passado. Ou seja: 18 hectares em Rincão dos Góis e 40 em Cruz Alta. Diz que continua apostando na soja porque tem esperança que, na época da comercialização, o preço de mercado esteja acima do preço mínimo. "Prefiro

plantar sem me guiar pelo preço do governo. Na soja quem manda é o preço do mercado".

O Valter também planta o milho só para as despesas da casa. É uma planta milindrosa, de muita despesa e mão-de-obra. Por esse preço do governo, prefiro plantar só para o gasto. Ele ainda vai plantar um pouco de arroz, feijão sorgo, e forrageiras para o gado de leite.

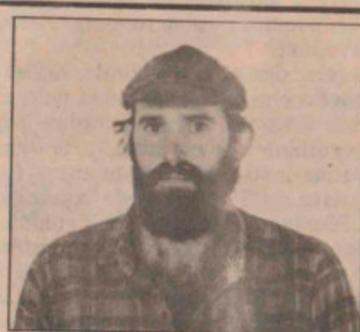
Os preços mínimos também não agradaram ao seu Celso Maboni, proprietário de 30 hectares e arrendatário de mais 30 na localidade de Vila Nova, Chiapetta. Para ele, o preço da soja ficou muito aquém dos custos dos insumos, fertilizantes e defensivos. "Além disso, os juros continuaram se baseando em OTN. Estamos sempre nos submetendo aos preços mais altos e ganhando pouco pelo produto", reclama.

Quanto ao milho, seu Celso pensa que o governo reafirmou a não garantia da sua comercialização. "Não assumindo a compra da produção e não se preocupando com a armazenagem". Seria preciso, segundo ele, que o governo se preocupasse com as dívidas da pequena e média propriedade para que o produtor tivesse um incentivo e transformar esse produto em proteína.

De acordo com o produtor, o governo deveria abrir uma faixa de crédito, sem fazer discriminação, ou então, melhor conduzir estes recursos. "Que o agricultor tenha ampla liberdade de trabalhar em cima de sua propriedade.

SEM AUMENTAR

Já o preço mínimo do trigo, segundo seu Celso, o produtor foi passado para trás. "O governo nos sacaneou. Primeiro elevou lá em cima o que era dele, deu margem para que as multinacionais subissem os preços dos seus produtos e aumentou



Igênio Gabbi



Valter Deckmann



Celso Maboni

o preço do petróleo. Af veio o Plano Bresser e a promessa de que o preço do trigo seria acima da inflação, mas hoje, mesmo com reajustes mensais, não vamos chegar ao preço de Cz\$ 600,00 por saco".

Com 50 hectares de trigo plantados, o produtor garante que não vai ter condições de aumentar sua lavoura na próxima safra. Vai diversificar com suínos, aves e leite, diminuindo, portanto, as lavouras de soja e milho. É intenção, também do seu Celso, de dar mais espaços para as forrageiras.

A falência dos agricultores

Dois agricultores — um de Jóia e outro de Augusto Pestana — foram presos como "depositários infieis".

O agricultor gaúcho está insolvente. É o que corre de boca em boca por esse Rio Grande afora. Ninguém tem dinheiro ou consegue produzir o suficiente para suportar os altos juros cobrados pelo governo, pelo dinheiro pego para financiamento das lavouras e dos investimentos feitos na propriedade. Endividado, e sem saída, ele começa a entregar seus bens pessoais e instrumentos de trabalho para pagamento de suas dívidas que se avolumam nos bancos. Em Miraguaf, um município distante de Ijuí há pouco mais de 120 quilômetros e vizinho de Tenente Portela, viveu, nesse início de ano, uma situação dramática. 19 famílias de agricultores, em situação de falência, assistiram, indefesos, ao remate de suas terras, tratores, implementos, animais, utensílios domésticos e bens pessoais, para pagamento de suas dívidas de lavoura. A situação em Miraguaf ainda é alarmante e o endividamento dos agricultores tem movimentado as lideranças da região.

Mas essa situação de falência não aconteceu apenas em Miraguaf. Em Cachoeira do Sul, a capital brasileira do arroz, o prefeito foi obrigado a decretar situação de emergência, já que 900 dos 2.500 arroteiros encontram-se, hoje, em situação de insolvência. Em Cruz Alta, o número de agricultores com prisão decretada pode chegar a 40. Mas foi nos municípios de Jóia e Augusto Pestana, que aconteceram os dois únicos casos em que os agricultores chegaram a ser recolhidos ao presídio de Ijuí por terem sido classificados como "depositários infieis".

Carlos de Jesus Abreu, um agricultor de 33 anos e pai de um menino de um ano e cinco meses, surpreendeu os poucos mais de 10 mil habitantes de Jóia com a notícia de sua prisão. Depois de ter passado 12 dias no presídio de Ijuí, Carlos Abreu cumpre pena de prisão domiciliar de 120 dias, decretada pelo juiz diretor do Fórum de Ijuí, Augusto Otávio Stern, para que continue trabalhando para o sustento de sua família. A prisão de Carlos Abreu aconteceu porque ele vendeu uma colheiteira alienada ao Bamerindus de Ijuí. Essa colheiteira havia sido dada em garantia a um empréstimo feito em janeiro de 1985, no valor de Cz\$ 16 mil, com vencimento para junho do mesmo ano.

Cumprindo prisão domiciliar, Carlos Abreu não quer mais saber de receber a imprensa. Ele está com medo, segundo o sogro, Leonir Aguiar, de ser recolhido novamente ao presídio. "Ele vem observando o conselho do advogado João Cozer, que o recomendou a tomar cuidado com suas declarações. "Ele corre o risco, afirma João Cozer, devido a certas insinuações feitas através de possíveis outros interessados, de ser novamente recolhido ao presídio". Segundo o advogado, o juiz teria sido informado de que ele estaria ameaçando os avalistas. "É claro, explica João Cozer, que existe interessados em provocar atritos e forçar o recolhimento do agricultor".

COM O SOGRO

Carlos Abreu trabalhava em sociedade com o irmão, Nabor. Eles arrendavam cerca de 150 hectares de terra em Carajá Grande, interior do município de Tupanciretã e mais uns 300 hectares em São João Mirim, Jóia. Tudo começou, de acordo com o Leonir Aguiar, quando os dois irmãos fizeram financiamento em separado e deram co-



Leonir Aguiar, o sogro

mo garantia a colheiteira, vendida mais tarde para cobrir a dívida do Nabor. Carlos, por sua vez, ficou a descoberto, sem condições de pagar a sua dívida, que foi parar em execução. "Fora essa questão, diz Leonir Aguiar, ele ainda tem outras dívidas que não tem como pagar. Hoje ele mora comigo e trabalha apenas para o sustento da família". Ele considera o genro um agricultor trabalhador, sem qualquer má fé, que apenas se deu muito mal nos negócios. Ele responsabiliza a política do governo como responsável pelo endividamento dos agricultores gaúchos. "Sou também um agricultor, proprietário de 23,5 hectares de terra que nem é mais minha, porque também está penhorada. Mas hoje, nem que o agricultor plante soja e colha ouro, ele não consegue suportar estes juros do governo e muito menos pagar as dívidas que vêm se arrastando de tanta safra frustrada".

DOIS DIAS NA PRISÃO

Santo Lagunde, de 51 anos, mora no interior de Augusto Pestana, na localidade de Rosário. Seu Santo foi recolhido ao presídio de Ijuí no dia 10 de agosto, onde permaneceu até o dia 12, porque foi depositário infiel. A prisão do seu Santo foi decretada, através de Carta Precatória, pelo juiz



Santo Lagunde, dois dias na prisão

diretor do Fórum de Passo Fundo, José Nedel. A juíza Maria Olivier Rodrigues, do Fórum de Catuípe, que também assiste ao Fórum de Augusto Pestana determinou o cumprimento da lei. "O agricultor Santo Lagunde ficou preso durante dois dias e meio e foi colocado em liberdade, tão logo o implemento penhorado foi entregue em juízo", explica a juíza Maria Rodrigues.

O caso do seu Santo é bastante complicado, mas segundo o seu advogado, Darci Amorim, não tem nada de má fé. Ele foi apenas arrastado pelos avalistas. Seu Santo era proprietário de 55 hectares de terra na localidade de Coimbra, Santo Ângelo e de mais 12,5 hectares em Rosário. Hoje não tem mais nada e mora de favor na propriedade de um cunhado.

O seu endividamento começou quando um dos filhos, o Zenir, de 22 anos, foi avalista de uns vizinhos, que segundo o agricultor, fugiram para o Paraguai, deixando as contas por serem pagas. Como ele e o filho eram os principais avalistas, foram obrigados a vender a terra em Coimbra para pagar as dívidas. Algum tempo depois, com a ajuda dos mesmos vizinhos, eles arrendaram uma terra em São Borja, onde plantaram trigo, mas foram mal com

a planta. O endividamento aumentou e eles venderam o resto da terra.

Mas o endividamento do seu Santo não pára por aí. Na verdade, como não sabe ler, nem sabe ao certo em quanto anda as suas dívidas. Só sabe que já perdeu todos os implementos e não tem mais nada. "Ele foi preso, conta a dona Libertina, sua esposa, porque tinha uma semeadeira penhorada junto a um banco, mas que já havia sido dada, pelo filho, como pagamento de uma outra dívida. "Sempre fui um trabalhador muito cuidadoso com meus compromissos. O que me entorrou foram os avais que dei aos vizinhos e as frustrações de lavoura. Depois a gente ia nos bancos, pegava dinheiro e nem sabia o quanto ia pagar de juro. Isso também está prejudicando muito o agricultor".

Com quatro filhos e sem terra própria, seu Santo, mesmo com sérios problemas de saúde, está trabalhando com um cunhado. "Ele vai trabalhar apenas para sustentar a família, porque não temos mais nada para vender e pagar as dívidas", diz dona Libertina, lamentando o azar do marido, embora reconheça que o seu caso não é o único. "Todo o agricultor está endividado e sem saída. Se até o grande, que tem dinheiro, está quebrando, como é que o pequeno vai conseguir sobreviver com essa política de juros do governo?"

Para Darci Amorim, advogado, tudo isso aconteceu porque os Lagunde foram muito mal nos negócios e ainda tiveram algumas frustrações de lavoura. Endividados, eles foram penhorando as máquinas e acabaram ficando sem nada. "O grande azar deles foram os avais dados a uns vizinhos que fugiram e não pagaram as contas.

A causa da crise: os altos juros

A produção agrícola do pequeno município de Jóia, emancipado há pouco mais de cinco anos, é responsável por 80 por cento do orçamento municipal de Cz\$ 15 milhões e 800 mil. Mas com cerca de 30 agricultores do município sendo executados judicialmente e um outro tanto — esse número pode chegar a 60 por cento do total de agricultor do município —, sendo cobrados pelos bancos, a economia do município começa a ser afetada. Diante desse quadro e com a possibilidade de ter pela frente um município invernal, o prefeito Jandir Andreatta já chegou a pensar em decretar estado de emergência. De acordo com o secretário municipal da Fazenda, Arlindo Fritzen, a redução do índice do ICM, previsto para o próximo ano, poderá ficar em torno de 20 por cento. "A situação de insolvência dos agricultores já começa a refletir no orçamento do município", diz Arlindo.

Caso o número de falência dos agricultores continue aumentando, resta ao prefeito decretar a insolvência do município. "Então, alerta Arlindo Fritzen, o pagamento do funcionalismo vai atrasar e as obras vão parar. Não teremos dinheiro para governar o município".

MAIS DE 30 AGRICULTORES

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jóia, Batista Pascoal Tonelli, já atendeu, nestas últimas semanas, mais de 30 agricultores que vivem uma situação semelhante ao de Carlos Abreu. Isso está acontecendo, segundo Tonelli, porque o agricultor acreditou e foi atrás das promessas do governo. "Os preços mínimos, reclama, é uma mostra do quanto o governo está dando garantias. O resultado dessa política econômica do governo que um dia estabelece uma coisa, outro dia outra, está aí: a prisão de agricultores que querem apenas trabalhar. A cada seis meses, continua ele, o governo altera as modalidades de reajustes do preço mínimo. Então eu pergunto: como o agricultor vai conseguir conviver com tantas mudanças?"

A situação do agricultor gaúcho, segundo Tonelli, é hoje tão crítica, que ele vem plantando com seu maquinário caindo aos pedaços e sem condições de repor nenhum implemento. "O agricultor está descapitalizado e endividado. O governo oferece dinheiro, mas a juros elevados. Acredito, que nesse ritmo, num prazo máximo



Arlindo Fritzen



Batista Tonelli

de quatro anos, a agricultura vai estar totalmente falida", lamenta.

CADA CASO É UM CASO

O juiz diretor do Fórum de Ijuí, Augusto Otávio Stern, diz que Carlos de Jesus Abreu foi preso como depositário infiel, cumprindo 10 dias de recolhimento no presídio de Ijuí. Justifica a transformação da pena em prisão domiciliar por considerar Carlos Abreu um trabalhador rural. Mas faz um alerta: cada caso é um caso e não sei se os demais agricultores que futuramente vierem a se enquadrar nesta mesma situação, vão receber o mesmo tratamento.

Bruzone: o novo problema

Doença já infesta 40 por cento da área plantada e quebra pode chegar a 30 por cento.

Originária do Cornélio Procópio, município do norte do Paraná, onde foi encontrada pela primeira vez no ano de 1985, a bruzone — doença comum nas lavouras de arroz — já está causando prejuízos econômicos aos tricultores de Mato Grosso do Sul. Ainda é cedo para que se possa ter uma avaliação mais precisa do dano, mas sabe-se que as regiões mais afetadas no Estado são justamente as de alta produtividade. Estima-se, porém, que a perda varie entre 25 e 35 por cento da produção.

No ano passado já haviam sido encontrados alguns focos de bruzone em Mato Grosso do Sul, que pode ter sido introduzida no Estado pelas sementes importadas da região norte do Paraná ou ainda ser proveniente da cultura do arroz. Dos focos do ano passado, a doença se propagou a ponto de afetar hoje perto de 40 por cento da área plantada, que é de 308 mil hectares.

A incidência da bruzone vem aumentando nos últimos três anos principalmente nas regiões mais quentes do País, tendo se espalhado do Paraná para Mato Grosso do Sul e São Paulo. O fotopatologista Erley Melo dos Reis, do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo (Embrapa/CNPT), diz que a doença ocorre somente após a floração, e as condições propícias para o seu aparecimento são altas temperaturas (acima de 25 graus centígrados) e seis horas de molhamento das plantas, podendo ser espalhada pelo vento a uma distância superior a 200 quilômetros.

Por ser uma doença nova em



A bruzone apareceu para complicar ainda mais a vida do produtor

se tratando do trigo, se desconhece a forma adequada de controle. Tanto é que os fotopatologistas não recomendaram nenhum tipo de prática para se tentar o controle da bruzone nas lavouras de trigo em Mato Grosso do Sul.

OUTRAS DOENÇAS

O aparecimento da bruzone só veio complicar ainda mais a vida do agricultor que já vinha enfrentando problemas com a bacteriose e a helmintosporiose. No caso desta última, existem formas de controle através da aplicação de fungicidas, uso de sementes sadias, rotação de cultura, escolha de

cultivares resistentes e manutenção da área livre de trigos voluntários e outras gramíneas, após a colheita.

Quanto a rotação de cultura, isto não significa o plantio de soja-trigo. O ideal é fazer a rotação com outra cultura de inverno, a aveia, por exemplo.

Já a bacteriose é de difícil controle, pois uma vez atingida a lavoura não há meios de se fazer o controle químico. A safra é evitar que ela se instale na área através da utilização de métodos como a rotação de culturas e o uso de sementes sadias.

TESTE DE PRODUTOS

Tanto a Embrapa/Uepae de Dourados quanto o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, também da Embrapa, estão testando diversos princípios ativos visando encontrar produtos que sejam eficazes ao controle químico da bruzone do trigo. Os experimentos compreendem três tipos de produtos: os já recomendados para outras doenças como o helmintosporiose e a ferrugem; produtos que estão em vias de lançamento, cuja ação sobre a bruzone ainda é desconhecida; e, por fim, os produtos que são eficientes no controle da bruzone no arroz.

Além do controle químico, a Embrapa está tentando identificar as variedades que são resistentes a doença. Os primeiros resultados indicam que existem variedades imunes, altamente suscetíveis e intermediárias. Trabalhos nesse sentido estão sendo conduzidos pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), no Paraná, e pelo CNPT, na região de Dourados.

Os trabalhos estão em fase adiantada e até a próxima safra espera-se que haja condições de fornecer informações aos tricultores, tanto em relação às cultivares resistentes quanto as formas de controle químico. Os nomes das variedades resistentes serão divulgados tão logo os trabalhos estejam concluídos.

O estoque da bruzone e da bacteriose nas lavouras de trigo acarretará uma redução na produção de sementes das variedades Anauac e Tapejara, as mais prejudicadas pela doença. Entretanto, o gerente agrotécnico da Regional MS acredita que a menor oferta de sementes destas variedades não trará problemas de falta de sementes, pois existe uma tendência entre os tricultores de não plantar estas variedades na próxima safra.

Márcio Portocarrero diz que os produtores vão querer outras variedades de trigo, que este ano não sofreram com a bruzone ou a bacteriose. A Cooperativa já está se preparando para atender uma maior demanda das variedades BH e Maringá, cuja produção de semente este ano é em quantidade suficiente para suprir a falta da Anauac e Tapejara. A Cotrijuf MS também produzirá sementes em quantidades suficientes das variedades BR 11 e BR 18, que não foram atacadas pelas doenças e são indicadas para solos de mata.

Apesar da bruzone e da bacteriose, a Cotrijuf está recebendo trigo destas variedades para a produção de sementes. Há, porém, um condicionante: que a semente seja aprovada em teste de sanidade a ser feito pelo Centro Nacional de Pesquisa do Trigo (CNPT), em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Se forem aprovadas, a Cooperativa irá comercializá-las na próxima safra; do contrário, não.

Os produtores têm dúvidas

Uma coisa é certa: a quebra na produção de trigo em função das doenças e, em parte, da seca preocupa os produtores. Estimar em número quais serão as perdas ainda pode ser precipitado, pois os prejuízos variam de acordo com as características de cada variedade plantada, com um certo atraso no plantio em algumas regiões e até mesmo com a falta de chuva.

Nem mesmo terminou a colheita deste ano, e os produtores já se preocupam em como será a safra do próximo ano, ou seja, se haverá algum método de controle para a bruzone e, também, se haverá semente disponível das variedades mais produtivas para os solos de alta fertilidade, que foram as mais afetadas pela infestação de bruzone, bacteriose e helmintosporiose.

O associado José Assola está decepcionado com a sua lavoura de trigo este ano. Ele plantou 64 alqueires (153 hectares) divididos em quatro áreas na região de Montese e esperava colher 120 sacos por alqueire (50 sacos por hectare). Só que esta estimativa inicial foi reduzida para 30 a 40 sacos por alqueire (de 12 a 16 sacos por hectare) em função do intenso ataque de bruzone.

Com os 64 alqueires plantados com a variedade Anauac, uma das mais prejudicadas pela bruzone, o seu José diz que nunca mais irá plantar esta variedade em suas ter-

ras. "Ano que vem, se não encontrar semente da variedade IAC-13 não planto trigo", afirma o associado.

"Não tenho sorte com o trigo" disse ainda José Assola, lembrando que na safra de 1986 também teve problemas com a cultura, problemas estes causados por uma estiagem na época de desenvolvimento da lavoura e, quando os grãos já estavam formados, por duas chuvas de granizo.

Em meados de agosto, o produtor Yoshimitsu Shirota, da região de Indápolis, município de Dourados, também estava muito preocupado com a sua lavoura de trigo, quase em ponto de colheita. Com 45 hectares plantados com a cultura, ele estimava uma quebra da produção ao redor de 20 a 30 por cento, em função da bruzone e também da helmintosporiose, cujo ataque foi controlado com produtos químicos.

Shirota tinha plantado três variedades de trigo (Tapejara, Anauac e BR-11), sendo que a primeira, de ciclo precoce, era a melhor,



José Assola

enquanto a Anauac sofria com maior intensidade o ataque da bruzone. Mesmo sabendo que não há formas comprovadas de controle químico da bruzone, o produtor aplicou "Kitazin" em sua lavoura, mas afirma que não se tem como ver se aplicação deu resultado. Apesar de tudo, Shirota ainda esperava colher 25 sacos por hectare.

Quanto a safra do próximo ano, aí sim o produtor fica em dúvida e afirma: "se não aparecer algum método de controle vou pensar muito antes de plantar trigo", acrescentando que caso decida não plantar o cereal irá cultivar feijão, seguindo a tendência de muitos produtores da região.

ASSINATURAS

A assinatura do Cotrijornal tem o custo anual de Cz\$ 300,00. Este valor deve ser enviado em cheque nominal para a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda — Cotrijuf — Rua das Chácaras, número 1513 (Caixa Postal, 111), Ijuí — RS — CEP 98.700.

Com altos e baixos

Apesar da quebra da produção, recebimento da Cotrijuí MS deve ser igual ao ano passado

A colheita de trigo em Mato Grosso do Sul se aproxima do final. Até a primeira quinzena de setembro a produção dos 380 mil hectares plantados com trigo deve estar colhida e armazenada, com uma quebra global que poucos se arriscam em estimar. O recebimento da Cooperativa deve entretanto, ficar nos mesmos níveis da safra passada, quando a Cotrijuí recebeu praticamente 190 mil toneladas, volume correspondente a 41 por cento da produção do Estado.

O diretor de Comercialização e Operações da Regional MS, Vilmar Hendges, diz que este ano houve muita variação no recebimento de trigo pela Cooperativa. Enquanto algumas Unidades receberam mais trigo que o esperado, outras não conseguiram igualar-se aos resultados do ano passado, em função das lavouras terem sido atacadas pela bruzone e a bacteriose, doenças para as quais ainda não existe controle.

A maior quebra na produção e no recebimento está localizada na região da Grande Dourados, justamente onde estão as terras mais férteis e onde a Cooperativa mantém a Unidade de Dourados e os postos de recebimento de Indápolis (distrito de Dourados), Montese (Distrito de Itaporã) e no município de Douradina, posto este ligado a Unidade de Rio Brilhante, onde a quebra da produção já foi menor.

Em Douradina, 80 por cento dos 7.900 hectares plantados com trigo este ano tiveram a cobertura do Proagro em função da bruzone. A produtividade média que antes da doença era estimada em 2.400 quilos por hectare, caiu para 1.500 quilos por hectare. As lavouras implantadas a partir da segunda quinzena de abril até meados de maio tiveram rendimentos entre 500 e 600 quilos por hectare, enquanto as plantadas nos primeiros dias de abril renderam de 2.500 a 3.000 quilos por hectare.

Nas regiões de Indápolis e Montese, bem como em

boa parte do município de Dourados, o quadro não é muito diferente. Em Indápolis, por exemplo, a quebra geral deve ficar em torno de 30 por cento, pois 50 a 60 por cento da área plantada era com a variedade anahuac, a mais afetada pela bruzone. Só escapou do prejuízo maior quem plantou mais cedo, nos primeiros dias de abril.

Em outros municípios da área de ação da Cotrijuí em Mato Grosso do Sul, as lavouras de trigo também enfrentaram problemas em função da bruzone, só que em menor escala. Em Rio Brilhante a quebra na produção deve ficar em torno de 15 por cento, apesar de 50 por cento da área plantada ser formada com variedades recomendadas para solos de mata e tenham registrado quebras significativas, algumas com até 100 por cento.

TAMBÉM A SECA

A falta de chuva também causou uma quebra na produção de trigo em Mato Grosso do Sul, principalmente na região de Bonito, onde as lavouras formadas durante o mês de maio apresentam uma sensível redução no rendimento, o que não aconteceu nas lavouras formadas durante o mês de abril, cujo período de maior necessidade de água não coincidiu com a seca.

Aliás, o atraso no plantio também é outro fator que contribuiu para uma menor produção. Em Mato Grosso do Sul muitos foram os produtores que esperaram pela definição do governo sobre os VBCs para a cultura, só plantando no mês de maio, já fora da época preferencial.

OS NÚMEROS

Para dar maior rapidez ao recebimento, principalmente na região de Dourados e Rio Brilhante, a Cooperativa alugou as instalações da Granol e da Socepar, em Dourados, e da Estância Dalias, em Rio Brilhante. Com isso, a Cotrijuí se estruturou para melhor atender ao quadro social, que correspondeu entregando até o dia 29 de agosto 144 mil toneladas, volume que já permite prever, até o

fim da safra, o cumprimento das metas.

Maracaju é a Unidade da Cooperativa que mais recebeu trigo este ano, com 24.294.643 quilos do produto, vindo a seguir Dourados, com 21.249.780 quilos. Só que em Dourados, a Cotrijuí recebeu ainda 8.716.735 quilos na Socepar e 7.741.914 quilos na Granol, totalizando mais 16 mil toneladas. Rio Brilhante vem a seguir com 14.402.376 quilos enquanto a Estância Dalias recebeu 492.284 quilos nesta safra.

Pela ordem, vêm depois os postos de Indápolis (10.413.791 quilos), e Montese (9.874.419 quilos) e a Unidade de Sidrolândia, com 9.471.195 quilos de trigo.



Meta de recebimento será alcançada até o final da safra

Nos demais locais, o recebimento, em quilos, é este: Vista Alegre - 1.409.453; Douradina - 7.892.247; Itahum - 5.770.020; Caarapó - 6.743.331; Tagi - 1.938.764; Guafba - 5.691.463; Jardim - 1.374.481; Bonito - 2.340.481; Ponta Porã - 3.543.728 e Anhandufo - 1.292.572, totalizando 144.653.677 quilos.

O tempo passou, mas têm coisas na vida que não passam nunca.



Em 30 anos, a Cotrijuí cresceu e mudou a vida de quem acreditou no trabalho, no esforço de cada um para o crescimento de todos. Partindo de um pequeno grupo de agricultores, a Cotrijuí e suas subsidiárias* contam hoje com uma completa estrutura de comercialização de safras, modernas unidades armazenadoras, um terminal graneleiro marítimo** e uma eficiente rede de transportes no RS e MS. A Cotrijuí ainda participa das seguintes Cooperativas: CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite; VALURUGUAI - Cooperativa Industrial de Lãs do Vale do Uruguai; CCGH - Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros; CCGC - Cooperativa Central Gaúcha de Carnes e CCGTel - Cooperativa Central Gaúcha de Telefonia Rural. Os associados se beneficiam de orientação agropecuária permanente, além de assistência médica e social. A Cotrijuí mantém lojas, armazéns e supermercados para suprir seus sócios de gêneros alimentícios, vestuário e insumos para lavoura. E, ainda, frigorífico, indústria de óleo, indústria de ração, engenho de arroz. Tudo isto é parte de um patrimônio que é seu, e que continua crescendo. Mas tem uma coisa que não muda nunca: a nossa emoção de ver que cada conquista, cada vitória, é fruto da união e do trabalho, da harmonia e da produtividade de cada um de nós.

IRFA - Instituto Riograndense de Febre Aftosa Ltda. COTRIDATA - Processamentos de Dados Ltda. TRANSCOOPER - Serviços de Transportes Ltda. COTRIEXPORT - Cia. de Comércio Internacional Ltda. COTRISEGUROS - Corretora de Seguros Ltda. HOSPITAL BOM PASTOR - Com três unidades hospitalares. Capacidade instalada estática = 1.400.000 toneladas.

COTRIJUI



30 ANOS

A UNIÃO FAZ A FORÇA QUE NEM O TEMPO DESFAZ.



COTRIEXPORT
CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

■ Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure orientação junto a nossa Corretora de Seguros.

■ Sem qualquer despesa adicional, prestaremos as informações para uma correta cobertura e taxa de seu seguro.

EM IJUÍ - Rua das Chácaras, 1513 - fones 332-2400 e 332-3765 - ramal 364

EM PORTO ALEGRE - Av. Júlio de Castilhos, 342 - 5º andar - Fone 21.08.09

O extra-cota mobiliza produtores

A possibilidade de aplicações do leite excesso voltou a mobilizar os produtores de leite. Refutando a medida, os produtores chamaram a CCGL para discutir o assunto.

Não aplicação do leite-excesso, pagamento do leite até o dia 10 e maior participação na estrutura administrativa da CCGL. Estas foram as propostas levadas pelos produtores de leite da Cotrijuf, Regional Pioneira, no dia 28 passado, ao presidente da Cooperativa Central Gaúcha de Leite, Frederico Dürr, numa reunião que contou com a presença dos sindicatos da região, conselheiros da CCGL e o presidente da Cotrijuf, Oswaldo Meotti. Com três horas de duração, a reunião aconteceu em meio a uma chuva de exigências e explicações, na qual os produtores mostraram disposição em não perder dinheiro.

Velha ameaça para muitos produtores, o leite excesso não tem sido aplicado pela CCGL, há três anos. Este ano, no entanto, considerado atípico pelo presidente Frederico Dürr, principalmente pela forte retração do consumo, a medida voltou a ser cogitada e teve aprovação do Conselho Administrativo da Central. Ao tomarem conhecimento da possibilidade de aplicação da medida, os produtores realizaram uma reunião no dia 17 de agosto, de onde foi formada uma comissão e decidido a apresentação das propostas a CCGL, e até a possibilidade de uma paralisação para derrubar a portaria.

POSSÍVEIS PERDAS

Aplicado diretamente na produção, o leite excesso não é, na realidade, um problema de desfnvel produtivo, mas sim de falta de poder aquisitivo do consumidor, como afirma Frederico Dürr. O arranjo, contudo, da defasagem entre maior índice de produção e consumo, é feito através da redução de 30 por cento do valor do litro de leite que ultrapassa a média da cota diária de cada produtor, a partir de setembro e com possibilidade de ir até fevereiro, que são os meses de maior produção do gado leiteiro.

Com uma produção prevista para dois milhões e 730 mil litros, os produtores da Regional Pioneira teriam, com aplicação da medida em setembro, 31,43 por cento de excesso, uma vez que o volume, em média subiria para 55 por cento a mais do que no inverno. Respondendo aos produtores, Frederico Dürr iniciou dizendo que o leite é o único produto tabelado pelo governo há 46 anos, a nível de produtor e consumidor, e que, por isso, nem sempre atende todos os interessados. "Nesse ano, por exemplo, o produtor teve dois aumentos, o que acabou desequilibrando o consumo e trazendo uma retração de 300 para 130 litros por pessoa".

Na indústria, segundo Dürr, este desequilíbrio aparece nos altos volumes de estoque, como o de mais de um milhão de quilos de leite em pó e mais 500 toneladas de manteiga estocada na Languiru. Mas não é só isso, disse o presidente. "Além do baixo poder aquisitivo, somam-se as importações autorizadas pelo governo para a formação de estoque regulador, ao invés de aproveitar o produto nacional". Analisando as perdas com a aplicação ou não do leite-excesso, Frederico Dürr demonstrou que a utilização do extra-cota não representaria uma perda



Aproximadamente 200 produtores exigiram a não aplicação do leite excesso...

tão grande para o produtor.

Para exemplificar a questão, ele citou um produtor que tenha, em média, 100 litros por dia. Sem excesso, este produtor está destinando 50 por cento da produção para o consumo, ganhando Cz\$ 10,15 por litro, e 50 por cento para a indústria, recebendo Cz\$ 9,64, o que lhe dá, em média, Cz\$ 9,80 por litro. No entanto, se ele passar a produzir 140 litros a partir do inverno, ele terá aplicação de 20 por cento de leite-excesso, uma vez que a CCGL estabelecerá o excesso, somente a partir de 120 litros, e portanto subsidiando 20 por cento.

Isto daria uma diferença de centavos, diz o presidente, acreditando que a maioria dos produtores não atinja nem 10 por cento de excesso.

Por outro lado, a não aplicação do extra-cota significaria para a Cooperativa Central, uma grande dificuldade de colocar os seus estoques no mercado, pois "o resto do Brasil aplicando excesso tem um custo de produção bem mais baixo que o nosso. Com isso estaríamos perdendo poder de barganha". De acordo com o presidente, a CCGL não aplicou o leite excesso há mais de três anos, porque "não havia razão para isso, tínhamos condições de não cobrar. É muito melhor transferir isso para o período estipulado do que acumular dinheiro e fazer uma distribuição de sobras defasada".

A idéia também vale para o frete de segundo percurso, afirmou Dürr. Hoje a CCGL tem um custo de Cz\$ 0,24 por litro, mas cobra Cz\$ 0,10. O ideal, diz ele, seria embutir este custo na margem da indústria e transferir para o consumidor, que hoje paga, Cz\$ 15,20 pelo litro do leite. "Se ele pagasse Cz\$ 15,48, o custo estaria coberto. O governo, no entanto, não entende isso".



... do presidente Frederico Dürr

PAGAMENTO NO DIA 10

O presidente da CCGL teve que explicar ainda, a razão pela qual a indústria tem que efetuar o pagamento do leite somente a partir do dia 20. Segundo Dürr, a Central recebe hoje 800 mil litros de leite, por dia, para ser industrializados e comercializados. Deste total, 50 por cento vai para o consumo in natura, enquanto os outros 50 por cento destinam-se a industrialização de 72 produtos diferentes. Muitos produtos, no entanto, levam até 45 dias para ser comercializados. O comprador, por sua vez, tem um prazo de 30 ou 60 dias para pagar. Portanto, muitos produtos, como é o caso do queijo prato, um dos produtos com mais saída no mercado, tem um retorno financeiro á empresa de mais ou menos 120 dias. "É preciso ter um fluxo de caixa que agüente isso", para pagar o produtor todo o dia 20. Se a CCGL quebrar o ritmo deste fluxo de caixa, ela terá sérios problemas, e por consequência, as próprias cooperativas e o próprio produtor".

Apesar das explicações do presidente da CCGL, os produtores não afastaram a possibilidade de paralisação, como forma de pressionar o governo a extinguir o leite-excesso. "Uma vez que o papelucho não dá mais resultados é preciso pensar até na possibilidade de paralisação", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Regional Fetag, Carlos Kar-

linski. O boicote, no entanto, foi lembrado pelo presidente da Cotrijuf, Oswaldo Meotti, como uma faca de dois gumes. "O governo bate palmas, diante desta atitude, pois ele tem chances de comprar barato para alegrar o consumidor, enquanto a produção nacional fica sem mercado".

Lembrando ainda que a discussão de um produto isolado merece uma análise global, Meotti disse que os preços mínimos tem sofrido com esta política econômica indexada, no que foi completado por Karlinski, que chamando a atenção para a importância de um posicionamento claro, disse que hoje o achatamento salarial é tão grande, que ao contrário de antigamente, passa fome quem trabalha.

PARTICIPAÇÃO

Ao final da reunião, os produtores aguardavam ainda uma outra resposta, que puxada pela aplicação ou não do leite-excesso, referia-se também a reformulação na administração da Central. Explicando que o Conselho apenas aprovou uma previsão da medida e somente para o mês de setembro, Dürr assegurou que no próximo dia 18 o Conselho se reunirá novamente para decidir o assunto. Quanto a participação, Dürr apenas lembrou que a Central é uma cooperativa das cooperativas singulares e que as reformulações são anteriores a CCGL. Segundo ele, o produtor tem que escolher o seu representante na cooperativa que vai representá-lo na Central. Uma outra sugestão de Dürr foi a criação de um conselho consultivo, formado por representantes de cada uma das 33 cooperativas associadas a CCGL, e que estes conselheiros fossem representantes de leite.

Continuando mobilizados os produtores também farão uma avaliação, depois do dia 18, sobre a decisão do Conselho. Afirmando que "o produtor não está perdendo pouco, pois produz 200 litros perde até 80 por cento e que o exemplo de Dürr não serve para todos todos", eles mantêm a expectativa de não aplicação do leite excesso, enquanto esperam a discussão das outras reivindicações a médio prazo, "pois é preciso reformular a estrutura das decisões". Ao mesmo tempo, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Carlos Karlinski, disse que continuam as articulações com outras regiões produtoras de leite para uma possível paralisação conjunta, se as decisões não forem satisfatórias.

Velha confusão

Conhecido motivo de discussão, o chamado leite excesso ou leite extra-cota sempre gerou muitos debates e algumas confusões. Instrumento legal que pode ser utilizado pela indústria quando o mercado consumidor não tem condições de absorver toda a produção, a portaria governamental aparece também, como uma medida de regulação deste mercado.

Como todo o produtor de leite sabe, o inverno é uma época de baixa produção, enquanto o verão, considerado já a partir de setembro, é um período de maior produção. Para regular estes desníveis, e principalmente quando a diferença entre produção e mercado consumidor é muito grande, o governo não exita em decretar a portaria do leite excesso.

A regulação do mercado, através da portaria, se dá pelo estabelecimento de uma cota diária que o produtor deve formar durante 122 dias do período entendido entre o mês de abril até julho. A partir de setembro, todo o leite que ultrapassar esta cota

será considerado excesso. Na CCGL, contudo, o produtor tem ainda uma margem de 20 por cento, além da cota, isto é, a Central subsidia o produtor, não considerando os 20 por cento a mais como excesso.

QUESTIONAMENTO

Questionado por vários setores ligados a produção leiteira, o leite excesso não é considerado um problema para aquele produtor que tiver uma produção estável, ou seja, que consegue equilibrar a sua cota tanto no verão, como no inverno. Muitos produtores, no entanto, estruturados para isso não conseguem fugir do extra-cota, levando-os a questionarem a lei. Por que formar cota nos meses mais críticos para a atividade, ou então, por que a indústria não concede um tempo suficiente para os produtores estabilizarem sua produção?

Com uma produção de 29 por cento acima do ano passado, a CCGL questiona leite excesso como um problema, mas entende que muitos produtores não terão prejuízos, justamente por estarem bem estruturados. A

Central, no entanto, afirma que este ano o problema não é de produção e sim da falta de poder aquisitivo do consumidor. Algumas medidas para a retirada do leite excesso como lei também já estão sendo tomadas. Segundo o presidente Frederico Dürr, as indústrias estão negociando com o governo a compra de 30 mil toneladas de leite para a formação de estoque regulador, das quais a Central participaria com 4 mil toneladas.

Além disso, a cogitação sobre a aplicação de ICM sobre o leite também foi explicada pelo presidente da CCGL. De acordo com Dürr, muitos estados já aplicam de oito a 11 por cento (a lei permite até 17) mas a indústria gaúcha não permitiu a aplicação no Estado. Agora, novamente, a questão foi levantada pelo Conselho Nacional Fazendário, porém, o Sindicato das Usinas de Leite do Sul já se posicionaram contra a aplicação. Seria mais um agravante para o mercado consumidor, diz Dürr, ressaltando que as indústrias gaúchas, querem permanecer em zero por cento.

As queixas de quem produz

Se para a indústria, o leite excessivo é um sinal de aperto no mercado, para o produtor significa, muitas vezes, uma perda do seu lucro. Por isso, toda vez que se fala em leite excessivo ou extra-cota, surgem reclamações e mesmo os produtores mais antigos não aceitam a medida. Este ano não é diferente.

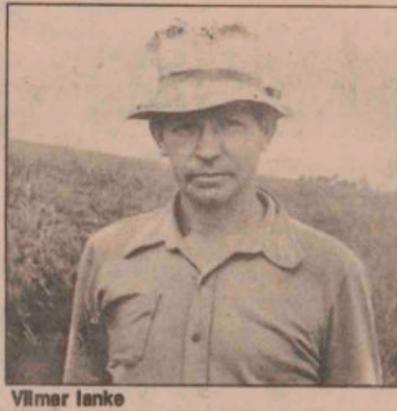
Vilmar Ianke é produtor de leite há mais ou menos uns 20 anos, mas só neste decidiu investir de vez na atividade. Ele faz parte da comissão de produtores de leite da Cotrijuf e é proprietário de 21 hectares de terra na localidade de Linha São José, interior do município de Chiapetta, onde vem procurando investir na diversificação de sua propriedade. Procurando melhorar a qualidade do plantel, hoje formado por 12 animais, todos de raça Jersey, "mas crioulos", como faz questão de dizer, seu Vilmar tem cinco vacas em lactação, produzindo uma média de 50 litros por dia. Para novembro, o produtor calcula que mais duas vacas, com cria, vão começar a produzir leite e, por isso, decidiu investir mais em pastagens, plantando aveia e azevém neste inverno. Para o verão está programando plantar um pouco de milho. Quem tem pouca terra, tem que investir mais na diversificação, diz ele.

DESCONTENTAMENTO

Como tantos outros produtores de leite, seu Vilmar não está vendo com bons olhos a notícia de que a CCGL, este ano, vai voltar a aplicar



Olga Zander



Vilmar Ianke

o leite excessivo. "Ela está alegando que está tendo problemas de armazenagem do produto, mas acho que aplicando o leite excessivo, ela não resolve em nada o seu problema", reclama. O produtor acha que se a CCGL insistir na sua idéia, o desistimulo entre os produtores vai ser grande. "De que adianta a CCGL incentivar a produção de leite no inverno e financiar semente de forrageira, se no verão, ela castiga o produtor?"

Embora sua produção esteja em 50 litros, no período de formação de cota — abril, maio, junho e julho —, seu Vilmar Ianke manteve uma média de 20 litros diários. Fazendo as contas ele chegou à conclusão de que no verão vai estar com uma média de 1.500 litros por mês. "Isso significa que 50 por

cento da minha produção vai entrar como leite excessivo, já que 20 por cento a CCGL está perdendo", afirma o produtor. "Calculando o que estou perdendo dá até para assustar". Para o seu Vilmar, o que está faltando é a CCGL ouvir e discutir mais os problemas com os produtores de leite. "Infelizmente, diz ele, nós não temos voz e nem vez na CCGL. É preciso que aconteçam mais reuniões e mais discussões".

Como o seu Vilmar, a dona Olga Zander é outra produtora que também não está contente com a notícia do leite excessivo. "Se aplicarem o leite excessivo vou ter que vender a metade e o resto vou dar para os animais. Só não vou parar porque quero me aposentar", afirma a proprietária de 12,5 hec-

tares na Linha 7 Leste, em Ijuí e que trabalha com leite desde 1954. Com um plantel de 15 animais, a produtora tem hoje, quatro produzindo 18 litros diários. Mas, em outubro, mais dois animais entrarão em produção, o que já fez dona Olga calcular 30 litros diários para este período e oito por cento de excesso. "Desse jeito não vou ter lucro nenhum", reclama a produtora que esperou o inverno passar para ter algum retorno e investir no plantel, "comprando mais duas vaquinhas".

Interessada em melhorar a qualidade dos animais, a produtora plantou neste inverno, três hectares de aveia, azevém e ervilhaca. Além disso, trata os animais com milho, mandioca e cana-doce, que é para o leite ficar "bem gordo". Embora achando que esta é uma boa alimentação, dona Olga quer melhorar ainda mais o trato dos animais e por isso participou do curso que está sendo realizado pelo Departamento Técnico da Cotrijuf. A notícia do leite excessivo, no entanto, fez a produtora pensar sobre o aumento da sua produção que "não vai ser valorizada". Segundo ela, "se existe muita produção e o leite tem que baixar de preço para nós, teria que baixar também para o consumidor". Reclamando também do desconto do frete dois, que ela acha injusto, a produtora se pergunta: "Se nós já pagamos até a usina, se a fábrica está bem, porque aplicar desconto duplo?"

A visita dos produtores a Tapera

"Queremos um produtor estável, produzindo e entregando leite o ano todo". A declaração é do coordenador do setor pecuário de leite da Cooperativa de Soja, Cotrisoja, Luis Renato Cassol, do município de Tapera, onde produtores, veterinários e técnicos da Cotrijuf, Regional Pioneira, estiveram visitando a bacia leiteira, no dia 13 de agosto. A viagem a Tapera, que já é a terceira realizada pelos produtores de leite da Pioneira, tem o objetivo de proporcionar uma análise dos resultados do sistema leiteiro baseado em elaboração de reservas alimentares para o gado e balanceamento da ração via computador, que agora começa a ser implantado pela Cotrijuf.

A visita em Tapera iniciou com uma abordagem feita pelo Luis Renato

Cassol, sobre a importância do equilíbrio de proteínas, minerais, energia, consumidos pelos animais, a necessidade de priorizar certos alimentos como aveia e azevém e o ganho real em produção e custos com o uso de soja tostada. O ponto mais destacado pelo veterinário, no entanto, foi o conhecimento e o interesse do produtor pelo trabalho de alimentação e qualidade do animal.

Em Tapera, o estímulo à produção leiteira começou a ser desenvolvido há dois anos atrás, quando a Cooperativa deu ênfase à ensilagem de aveia e em seguida, adquiriu máquinas ensiladeiras que são utilizadas por todos os produtores. Como a Cotrijuf, a Cotrisoja começou a realizar o trabalho de balanceamento alimentar via computador, através de um convênio com a Universidade Federal de Pelotas, e já em setembro, os produtores passaram a utilizar o sistema. Os resultados desse trabalho são relatados por alguns produtores da bacia leiteira de Tapera, hoje formada por 800 associados que produzem 24 mil litros por dia.

SOJA TOSTADA

"Não tem garantia para atividade, sem silagem no inverno". Esta é a opinião de Arlindo Köller, produtor do município de Selbach e um dos pioneiros no trabalho de ensilagem e balanceamento da alimentação. Na sua propriedade de 33 hectares, Arlindo tem, atualmente cinco hectares com aveia para ensilagem e mais dois hectares para pastagens. Antes de 78, conta o produtor, "tinha apenas quatro animais na propriedade. O resto era trigo e soja". Hoje, contudo, a história mudou. Arlindo não vende todas as novilhas, renova 20 por cento do plantel ao ano e conta com 12 animais em lactação e 12 terneiras, para as quais

não falta uma alimentação equilibrada. Além do farto fornecimento de pastagens, da silagem de aveia guardado em um silo com capacidade de 60 toneladas, Arlindo destina 150 sacos de soja para alimentação do rebanho. "Soja tostada tem sete por cento a mais de proteína do que o farelo", explica o produtor mostrando o tostador, de fabricação própria.

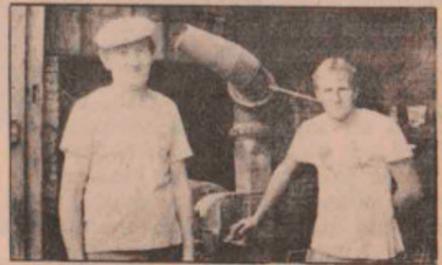
Celestino Jakobi, outro produtor de Selbach, também tem investido na silagem e nos animais. Campeão regional de produtividade em 82, e da conservação do solo em 83, Celestino afirma: "sempre tratei bem dos animais, mas desde o ano passado comecei a utilizar a soja tostada, porque segura o leite mais em nível". Trabalhando em 60 hectares, o produtor destina 11 de aveia só para ensilagem e cinco para pastagens dos seus 20 animais, dos quais cinco estão em lactação, rendendo 140 litros por dia. Este resultado, segundo o produtor, também é fruto do balanceamento via computador. "Antes eu dava muito milho e mandioca para os animais", diz o produtor, que hoje trata o rebanho com silagem de aveia, de milho, soja tostada, levando em conta o peso, a raça, a produção e o período de lactação de cada animal.

PRODUTIVIDADE

Uma área de 25 hectares, 15 animais em lactação e uma produção de 240 litros por dia. Este é o panorama da propriedade de Luis Roman Bogorny, que pode ser considerado um produtor modelo na atividade leiteira. Pioneiro do programa de leite, Luis Bogorny sabe da importância da alimentação certa e dos cuidados necessários para manter uma produção está-



Produtores observam o silo. . .



. . . na propriedade de Arlindo Köller

vel. Afora os 10 hectares de aveia e azevém para pastagens, Bogorny tem um silo com capacidade de 182 toneladas. "Sem pasto não dá", salienta o produtor, destacando também a importância da qualidade do pasto, e ressumindo a sua idéia: "Quando tem pasto bom, tem bicho bom, e se tem bicho bom, tem produção".

Para a próxima safra, o produtor que possui um rebanho de 37 animais, pretende ampliar a área de aveia e nos próximos meses construir mais dois silos. "Vou plantar mais proteína, porque a energia dá mais fácil", fala o produtor, lembrando que "só com as energias o bicho não produz". Tirando todo o sustento da família com o leite, Bogorny faz questão de ressaltar que todos os seus empreendimentos são feitos com recursos próprios. Não arrisco mais pegar dinheiro de fora, por isso todos os investimentos são feitos aos pouquinhos", diz o produtor, que há um bom tempo faz plantio direto com a soja e cultiva "trigo só para o gasto".



Celestino Jakobi



Luis Roman Bogorny

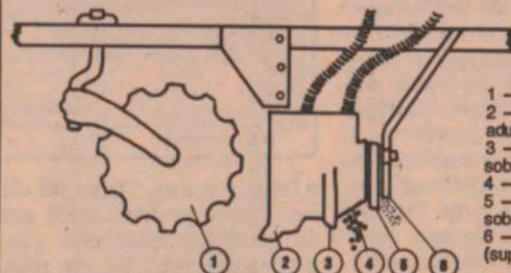


No piquete dos suínos, plantio direto de aveia sobre bermuda



João Miguel: plantio direto de aveia sobre pensacola

RENOVADORA DE PASTAGENS



- 1 - Disco cortador
- 2 - Sulcador - abre sulco e aduba
- 3 - Facas para depositar solo sobre o adubo
- 4 - Saída sementes grandes
- 5 - Facas para depositar solo sobre a semente
- 6 - Saída sementes pequenas (superficial)

Mais alimento no inverno

Como continuar utilizando os pastos perenes de verão, como a pensacola, o pânico, a setária, a grama missioneira e o capim nativo também durante os meses de inverno? Introduzindo nestas áreas de pastagens perenes de verão, forrageiras anuais de inverno, aconselha o agrônomo e gerente da Área de Produção Vegetal do Departamento Agrotécnico da Cotrijuf na Regional Pioneira, o João Miguel de Souza. Esse sistema de produção de pastagens sem a eliminação do pasto de verão, permite, além da economia, a obtenção de maior quantidade de pastagens por área numa época crítica.

Quem lida com pecuária de leite e leva a atividade a sério, sabe muito bem o quanto vale um pedaço de pasto no inverno. É garantia de vaca alimentada e produção de leite equilibrada. Deixar as áreas de pastagens de verão totalmente à-toa, sem produção, principalmente nestes tempos de crise, é, antes de tudo, sinal de que faltou uma programação para a produção de alimento para o gado no inverno. Uma saída a ser seguida, segundo o João Miguel, é o aproveitamento destas áreas de pastagens perenes de verão ou até mesmo de campo nativo, com pastos de inverno, como a aveia, o azevém, a ervilhaca e os trevos. O produtor não vai mexer no solo e nem retirar o pasto perene para introduzir as forrageiras de inverno. Todo o trabalho vai se resumir num rebaixamento prévio do pasto de verão e na introdução das espécies anuais de inverno.

A LANÇO OU PLANTIO DIRETO

O melhor período para a introdução destas forrageiras de inverno se estende entre os meses de abril e junho. Elas podem ser introduzidas através da sobre-semeadura ou do plantio direto. No caso da sobre-semeadura ou semente a lanço, como é mais conhecida entre os agricultores, a semente da forrageira anual de inverno é apenas lançada ao solo, sobre a pastagem de verão. Para que a semente fique em contato com o solo, o João Miguel sugere uma passada de grade fechada na área. Também pode ser colocada na área uma alta lotação de animais para pastoreio e rebaixamento da pastagem de verão. O pisoteio dos animais vai colocar a semente em contato com o solo, facilitando, portanto, a sua germinação sem qualquer prejuízo para a pastagem perene. Junto com a semen-

te, o produtor também deve colocar o adubo.

O plantio direto pode ser feito com uma máquina adaptada com sulcador ou então com discos. A máquina com sulcador, segundo o agrônomo, é a mais eficiente para o trabalho.

— Ela é considerada mais eficiente para o plantio porque tira um pedaço de leiva do solo, abrindo um espaço maior na grama. Esse espaço, além de facilitar o crescimento da forrageira de inverno, vai contribuir para diminuir a competição, por nutrientes, entre as pastagens.

A máquina com discos é a menos indicada. Ela não abre tanto espaço no solo, facilitando, portanto, a competição entre as plantas.

AS VANTAGENS

Ao introduzir forrageiras anuais de inverno em área de pastagens

de verão, o agricultor, além da economia em função dos baixos custos de implantação, estará assegurando maior quantidade de pasto para o gado, por área. As despesas do agricultor vão ficar por conta da semente e do adubo. Como a terra não vai ser mexida, já que a semente será feita a lanço ou através de plantio direto, a estrutura do solo ficará intacta, evitando-se desta forma, os problemas de erosão que frequentemente ocorrem nos períodos chuvosos. Também é uma ótima ocasião para se fazer a adubação das pastagens perenes de verão. Outra vantagem obtida com esse sistema é que em função do pisoteio dos animais, durante o pastoreio, ocorre menor estrago à pastagem de inverno. Diz o João Miguel:

— Como o solo não foi cultivado por ocasião da implantação da forrageira de inverno, ele vai se conservar firme. Neste caso, os estragos na pas-

tagem implantada, pelo pisoteio dos animais, vão ser mínimos.

Não existe nenhuma combinação ideal entre pastagens de verão e de inverno. Isto significa que junto com qualquer pastagem de verão, o agricultor pode colocar a aveia, o azevém, a ervilhaca ou os trevos. Mas de uma coisa ele não pode fugir: da adubação. Para os trevos e pasto nativo, o ideal é fazer uma correção superficial do solo no primeiro ano, incorporando o calcário com uso de uma gradagem. A dose de calcário deve ficar em torno de 30 por cento da dosagem normalmente recomendada para a área.

No Centro de Treinamento da Cotrijuf existem vários trabalhos de aveia, azevém, ervilhaca e trevos em cima do pânico, setária, guenoaro, pensacola, bermuda, hermátia e campo nativo. Estas pastagens vêm sendo aproveitadas pelo gado, pelos suínos e pelas aves.

NPK + MICRONUTRIENTES AGORA TEM NOME:

SOMAX

E SOBRENOME: TREVO

ADUBOS TREVO, o maior fornecedor de fertilizantes e corretivos do Brasil, traz para o agricultor brasileiro a última palavra da tecnologia para aumentar a produtividade agrícola: SOMAX.

É a soma perfeita de MACRO e MICRONUTRIENTES, na dose exata, nos grãos. SOMAX combina o tradicional NPK da TREVO com Zinco, Cobre, Boro e Molibdênio, em todas suas variadas fórmulas. A resposta é incrível. A produtividade explode. Pesquisas efetuadas pelas mais conceituadas entidades têm comprovado aumentos notáveis nos

índices de produtividade na lavoura, com a aplicação de MICRONUTRIENTES aliados ao NPK, em formulações corretas.

SOMAX é a garantia da formulação exata, distribuída uniformemente em toda a área de plantio.

SOMAX tem, principalmente, a garantia de uma empresa com 57 anos de tecnologia e serviços, líder nacional no seu setor.

Com SOMAX, a agricultura brasileira começa, seguramente, uma nova era. De melhores produtos e maiores safras.

O melhoramento dos campos em lugar de pastos artificiais

"O criador tem que fazer pastagens para alimentar o gado", costuma dizer o pecuarista Ruben Kessler da Silva, proprietário de 1.080 hectares de terra na localidade de São João Mirim, interior do município de Jóiá. Seu Ruben é a favor da implantação de pastagens, mas totalmente contra a destruição dos campos nativos. Prefere fazer o melhoramento dos campos do que trabalhar apenas com pastagens artificiais.

Em toda a sua propriedade, onde trabalha muito mais com gado de corte do que com a lavoura, seu Ruben adotou o sistema de divisão da terra em piquetes, "diferentes do sistema Voisin", como prefere deixar claro. São 47 piquetes. Alguns, muito poucos, são usados para lavoura, principalmente a soja e o milho no verão, e os demais para pastagens. Gosta de contar que começou a trabalhar com pastagens por volta de 1976, através da orientação do Renato Borges de Medeiros, agrônomo que na época recém estava chegando na Cotrijuf, mas era um especialista em forrageiras. Antes disso, trabalhava apenas com a aveia e o azevém. "Gosto de lidar com pastagens e produzir sementes", diz.

TAMBÉM A SEMENTE

O seu Ruben lamenta que a maioria dos criadores se queira saber de colocar o gado no pasto, sem se preocupar com a manutenção da planta e nem em fazer sementes. "O meu objetivo, além, é claro, de fornecer alimentos para o gado, é o de também produzir sementes. Ela me dá um grande retorno". Quando colhe o pânico, por exemplo, ele recolhe os cachos colhidos e deixa secar. Depois de uns dois dias de sol, tira ainda mais uns 30 a 40 por cento de semente. "Reconheço que é trabalhoso, mas vale a pena todo o serviço". No ano passado, numa área de pânico de quatro anos, ele conseguiu obter melhores resultados do que numa outra área, do mesmo tamanho, mas que havia sido plantada com soja. "Ainda levei a vantagem de que não tive nenhuma despesa com o pânico. Apenas fiz a colheita", conta o seu Ruben.

AS PASTAGENS

Durante o inverno ele mantém os piquetes com aveia, azevém e trevos. Ele tem trevo implantado há 10 anos. Faz apenas a implantação destas forrageiras de inverno, sem mexer com a estrutura da terra. Mas até que a aveia fique no ponto de pastejo, ele vai fornecendo cana cortada e feno para os animais. "Feno, tenho para qualquer hora. Escoro todo o gado, no começo do inverno, com o feno da pensacola".

Diz que planta aveia porque precisa para alimentar o gado no início do inverno, mas considera uma pastagem cara e que dá no máximo dois pastejos. A partir de julho e agosto, ele já começa a largar o gado no azevém, uma pastagem mais barata e que agüenta melhor o pisoteio dos animais. "É uma pena, lamenta, que seja um pasto muito do tarde".

Para o verão, o seu Ruben prefere as pastagens perenes, como a pensacola, a setária, o pânico e a bermuda. Ele ainda planta o milheto e o capim elefante. "Quase todas são pastagens perenes, explica, mas que de qualquer jeito precisam de cuidados. Se simplesmente largar o gado em cima, sem nenhum cuidado, em dois anos não se tem mais nada. No inverno, por exemplo, vence o ciclo da pensacola e para que a pastagem não termine de toda, ele retira os animais do piquete até que a aveia, o azevém ou os trevos estejam prontos para o pastejo.

Para fazer a renovação das pastagens e campos nativos, seu Ruben adquiriu em Nova Prata, uma renovadora de pastagens. Normalmente ele passa o escarificador e logo em seguida a grade e a renovadora com a semente e adubo. A pastagem nasce em carreiras. "Reconheço que não posso colocar grandes lotações de animais nestas áreas, mas no verão, o campo está limpo. Os caraguatás e barbas-de-bode morreram com a passada de grade. A pensacola, o pânico ou a setária voltam renovadas porque estão adubadas. A pastagem só vai sofrer onde foram abertos os sulcos.

O USO DO FENO

Seu Ruben optou pelo uso do feno considerando o seu alto valor nutritivo e as facilidades de consumo. "Considero a ensilagem melhor para o gado de leite. Para quem trabalha com gado de corte, o feno é bem mais prático e a despesa também é menor". Além do feno da pensacola ele faz feno do pânico e também da setária. Planta o pânico em consórcio com uma leguminosa, que tanto pode ser o siratro como o desmódio. A primeira colheita de semente é feita em dezembro ou janeiro. Depois de uns 20 dias, faz uma segunda colheita e em seguida faz o corte para o feno. Em março realiza mais uma colheita de semente e mais outro tanto de feno.

Nas áreas com pensacola ele deixa o gado no pastejo até dezembro, e depois faz a colheita das sementes. No inverno, quando não introduz nenhuma outra forrageira nesta mesma área, tira toda a lotação de gado de cima da pensacola.

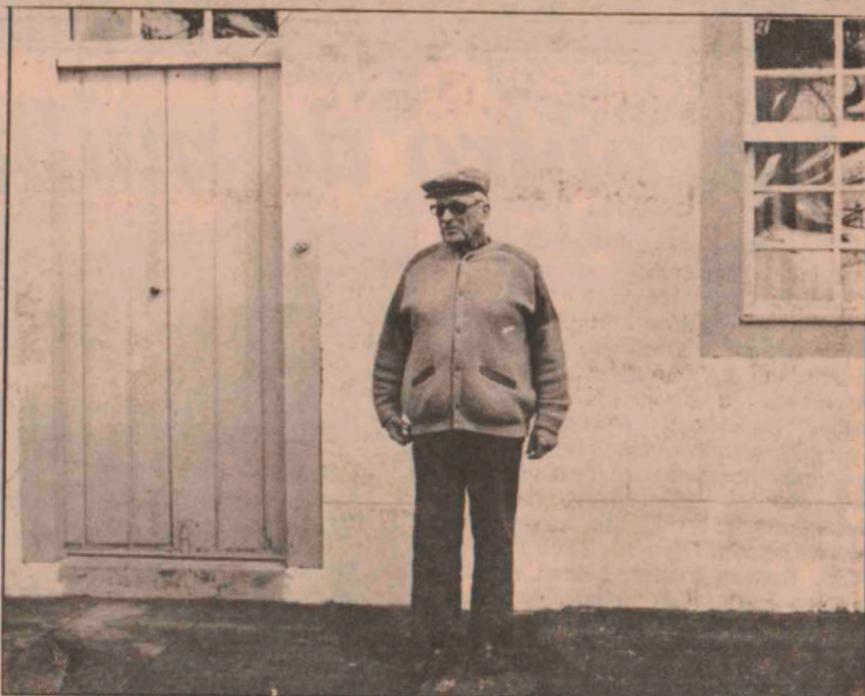
UMA EXPERIÊNCIA

No ano passado ele fez uma experiência plantando mudas de capim elefante. Ainda não tirou muito proveito da pastagem, embora considere o capim elefante um alimento de alto valor nutritivo. Como não fez nenhum corte no verão, como manda a recomendação técnica, o pasto ficou alto demais e não está sendo aproveitado pelo gado. "Por enquanto, conta, estou aproveitando apenas as pontas das plantas que são macias e o gado ainda está comendo". Mas em fevereiro

pretende dar um corte no capim, para que no próximo ano, por essa época, o pasto esteja mais baixo e possa ser consumido pelos animais. O engorde dos animais ele faz com o milheto.

Mesmo que a pastagem dê um certo trabalho, seu

Ruben acha quase impossível um criador trabalhar com gado, seja de corte ou de leite, sem fazer pasto. "A pastagem tem um grande valor na propriedade, mas também precisa de muitos cuidados. Se não for conduzida de forma correta, em dois anos ela não existe mais", alerta.



Ruben Silva: todo o criador precisa fazer pastagens



Aqui está um modo de proteger suas sementes.



Aqui está o modo mais fácil.

TECTO ajuda a proteger as sementes, revestindo-as com uma camada fungicida, formando uma barreira protetora contra os mais importantes fungos patogênicos da semente e do solo. TECTO por ser sistêmico, é absorvido durante a germinação e passa a atuar com ação curativa dentro da plântula, durante os estágios críticos de crescimento. TECTO oferece a você um tratamento de sementes confiável e fácil de fazer, por ser um produto seguro e eficaz, com formulações estáveis, não corrosivas e sim compatíveis com todas as máquinas de tratamento de sementes e equipamentos de plantio. TECTO é um dos meios mais importantes com que se conta atualmente para que o seu investimento inicial em sementes e outros insumos, esteja assegurado.

TECTO 100
a proteção necessária.

MSD AGVET
DIVISÃO DE MERCK SHARP & DOHME
Química e Farmacéutica Ltda

SARACURU Av. São Francisco, 1200 - Jd. Santa Cruz - Tel. 011-4143400

*Marca Registrada

(BIA-TT-32/84)



AC-14/84

Encontro de mulheres em Chiapetta

A participação da mulher na sociedade, no cooperativismo e numa nova política de saúde. Estes foram os temas apresentados a aproximadamente 80 mulheres que estiveram reunidas na Afucotri de Chiapetta, no dia 19 de agosto. Promovido pela Cotrijuf, unidade de Chiapetta, o encontro teve a participação de várias entidades ligadas a questão e culminou com a criação da União das Mulheres de Chiapetta. Para coordenar a entidade, foram escolhidas Carmem Otonelli, Zélia Foletto Kaist, Rosana Frantz, Noemi Hentz, Dolores Both, Nair Schuh, Ana Hoppen, Cledi Sawariz e Ivone Berguer.

O que é e o porquê da participação da mulher na sociedade foram os assuntos de discussão do encontro, que teve a apresentação do histórico da mulher na sociedade pela professora da área de saúde da Unijuf, Terezinha Weiller. Segundo a professora, nas sociedades primitivas, que se caracterizaram por um modelo produtivo de subsistência, a divisão do trabalho ainda não existia, portanto, a mulher e o seu trabalho não eram discriminados. Numa etapa posterior, ou das sociedades agrícolas, quando permanecia a agricultura primitiva, a participação da mulher aumentou, pois ela passou a ser responsável também pela produção de vestuário, alimentos e principalmente pela educação.

TECNOLOGIA

Com o descobrimento do ferro e o aparecimento da propriedade privada, na sociedade pré-feudal, surge o casamento monogâmico e as diferenças entre trabalho feminino e masculino, onde o primeiro será considerado inferior. Por extensão, toda a sua cultura, como os conhecimentos de medicina, passam a ser consideradas feitiçaria, ficando a igreja de posse destes conhecimentos. "É o tempo da caça às bruxas, ou seja, as mulheres que tentavam exercer a sua cultura eram consideradas feitiçarias e por isso queimadas pela Igreja".

O desenvolvimento da tecnologia,



Encontro reuniu trabalhadoras rurais e urbanas

através do surgimento da máquina substituindo o trabalho manual, dividiu ainda mais o trabalho. Mas é com o surgimento das indústrias que a mulher passa a ser duplamente explorada, pois além de ser incorporada como mão-de-obra das fábricas, o seu trabalho doméstico que a torna "rainha do lar", não é valorizado. Segundo Terezinha Weiller, a idéia de inferiorização passa a ser ainda mais forte na educação, onde se aceitam as profissões diferenciadas e principalmente na lei, que não estabelece direitos iguais para ambos os sexos.

LUTAS

Em meio as pressões exercidas pelo sistema, a mulher, já no século passado, começa a registrar a sua luta pela participação e exigir os seus direitos. Um caso que ficou marcado na história foi o das operárias americanas, que no dia oito de março de 1857, foram queimadas porque exigiam redução da jornada de trabalho, condições dignas de trabalho, moradia e educação. De lá para cá, esta disposição aumentou e evoluiu para a sua organização, tanto na cidade como no campo, através das associações e dos movimentos de trabalhadoras rurais.

Reivindicando trabalho e o reconhecimento deste, educação, saúde,

aposentadoria, direito a terra, a mulher começa a participar da política nas escolas, nos sindicatos, nas igrejas, partidos políticos e cooperativas. No entanto, como ressalta a professora, a sua organização ainda é incipiente, assim como os seus desafios e dos seus aliados são muitos. Um deles, está na Constituinte, onde a nível geral, as mulheres reivindicam leis que assegurem a soberania nacional e, paralelamente, exigem direitos iguais, mudança no código civil, acesso ao trabalho, estabilidade, saúde, aposentadoria e reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e de doméstica.

ORGANIZAÇÃO

"A luta das mulheres deve contar com a participação do homem, com a mesma disposição, pois, do contrário, não haverá uma organização equilibrada". A opinião é do Assessor de Desenvolvimento e Recursos Humanos da Cotrijuf, Walter Frantz, que falou sobre a participação da mulher na sociedade e também no cooperativismo, e para quem o trabalho é o indicativo da participação, uma vez que a igualdade na produção exige uma mesma distribuição. Reconhecendo o caráter coercitivo da lei com relação às mulheres, em determinados momentos e instâncias, como é o caso do cooperati-

vismo, Walter Frantz salientou que "uma lei pode ser uma conquista como pode ser uma derrota". Segundo o assessor, "não adianta ter uma carteira, um registro, sem uma constante organização das mulheres para criar melhores condições de vida". A participação da mulher, portanto, "se dá, mais do que na lei, no dia-a-dia, e não apenas no seu direito de dizer sim ou não, uma vez por ano".

SAÚDE

Ainda como palestrantes no encontro de Chiapetta, estiveram Lúcia Otonelli, da Cims de Ajuricaba, Cledis Otonelli e Margarida Breitenbach, da Coordenação das Trabalhadoras Urbanas e Rurais de Ajuricaba. Abordando a saúde em geral, a situação do Brasil, Lúcia Otonelli enfatizou os principais problemas enfrentados pela mulher, destacando o aborto, como um dos casos mais sérios. Citando o número de abortos por ano, que hoje é praticado no Brasil, Lúcia disse que isso representa "a afirmação da impossibilidade das mulheres em assumir um filho, devido as condições de vida que elas levam, e o desinteresse do estado em assumir o seu papel". Ao invés de informar ou dar oportunidade de esclarecimento sobre a sua saúde, o Estado repassa apenas comprimidos de contracepção, deixando a maior parte das mulheres sem condições físicas e psicológicas de saúde e à disposição dos interesses econômicos das multinacionais de medicamentos.

Encerrando as palestras, falaram Cledis Otonelli, sobre o sistema nacional de saúde e Margarida Breitenbach, sobre a luta da mulher na Previdência Social, destacando a importância do seu reconhecimento como trabalhadora e os seus direitos de aposentadoria. Otonelli, por sua vez, falou sobre o Sistema Único de Saúde, que prevê fim da divisão entre Ministérios da Saúde e da Previdência e propõe a administração da saúde através de comissões municipais e estaduais, com a coordenação do setor público.

Lubrificação de Máquinas Agrícolas

Aqui estão os óleos do seu dia-a-dia.



Shell Rimula CT

É o mais recomendado para motores diesel turbinado ou de aspiração normal que operam em condições extremamente severas. Modernos aditivos detergente-dispersantes reduzem ao mínimo a formação de lacas e vernizes nos êmbolos, cilindros, válvulas e a colagem dos anéis. Por sua vez, os poderosos aditivos antioxidantes do Rimula CT praticamente eliminam ou reduzem ao mínimo a formação e o depósito de lacas e borras resultantes da oxidação do lubrificante e do combustível.

Shell Spirax

Óleo lubrificante para engrenagens tipo hipóide. É recomendado para caixas diferenciais, caixas de redução, de câmbio, caixas de direção e juntas universais.

Proteção contra a corrosão e umidade.

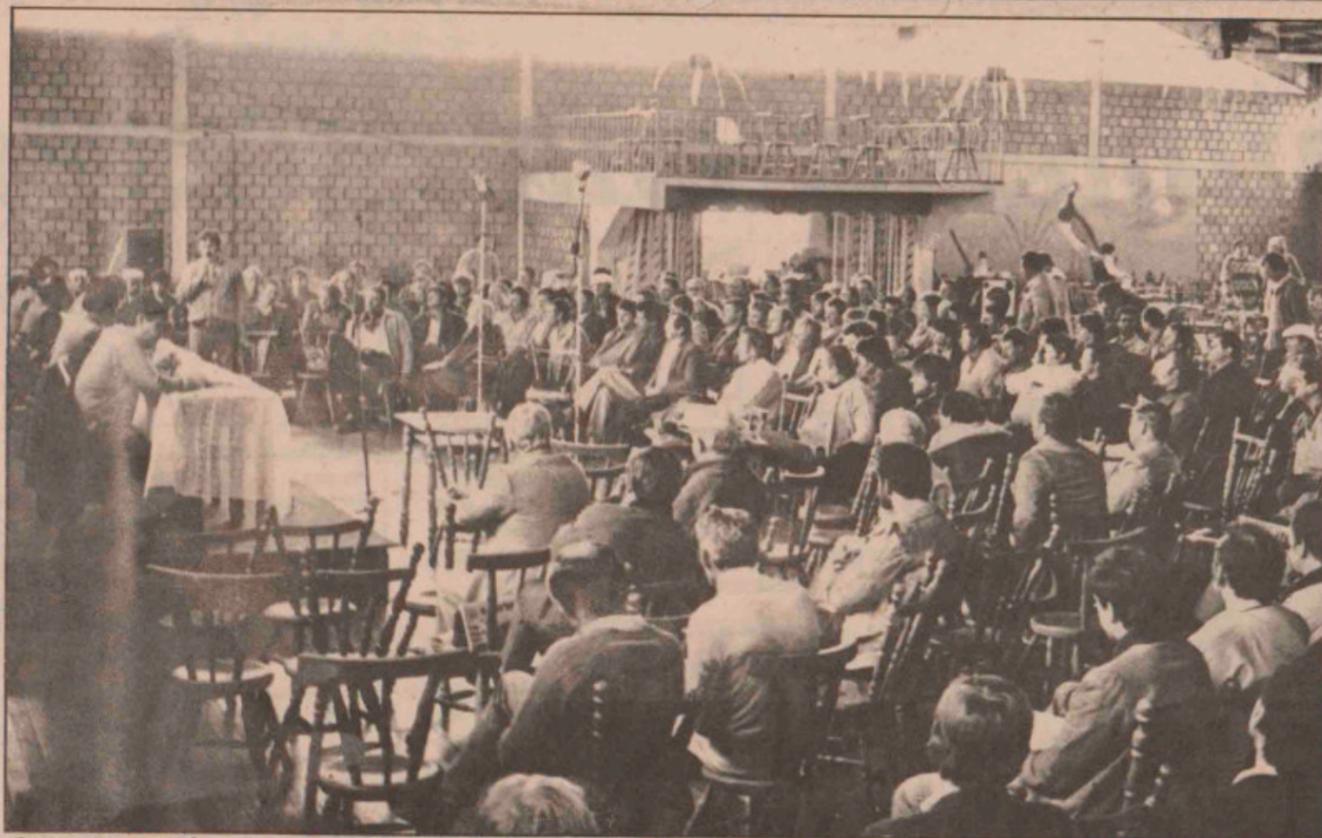
Spirax HD oferece proteção adequada contra a corrosão das engrenagens e outros componentes de eixos sujeitos à ação prejudicial da umidade. Apresentam também excepcional resistência à deterioração por uso prolongado.

Shell Tellus 68

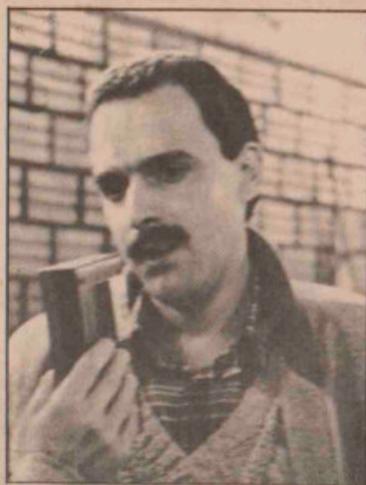
Óleo lubrificante para sistemas hidráulicos. É fabricado com básicos parafínicos altamente refinados e contém aditivos antioxidantes, antiferrugem, antidesgaste e antiespuma.



Você pode confiar



O encontro em Ijuí contou com a participação de 18 cooperativas da região



Ari Amarel

A discussão da viabilização da nova central de cooperativas chega ao produtor rural.

UNICOOP

O debate com os produtores

A Fecotriço, a Unicoop, a Centralsul e a Ocergs iniciaram uma rodada de reuniões pelo interior do Estado, buscando o apoio à nova Central de Cooperativas do Sul. A rodada de reuniões começou por Ijuí, no dia 19 de agosto, e contou com a participação de mais de 250 lideranças de cooperativas e sindicais dos 42 municípios que integram as regiões 5 e 6 da Fecotriço. O debate girou em torno da proposta de pagamento da dívida da Centralsul e da recuperação do parque industrial, que será repassado ao sistema Unicoop. O CTG Laureano Medeiros esteve lotado o dia todo e os produtores e dirigentes de cooperativas filiadas a Fecotriço não pouparam o presidente da entidade, Ari Machado do Amaral. Afinal de contas, ninguém queria voltar para casa com dúvidas na cabeça.

Participaram dos debates em Ijuí, Ari Machado do Amaral, presidente da Unicoop; Tercisio Redin e Aquelino Dalla Lsbera, presidente e vice-presidente da Fecotriço; Getúlio Martini, presidente da Centralsul; Adelar Cunha, presidente da Ocergs; Ademar Schardong, presidente da Cocecrer; José Maria Cirne Lima, assessor econômico da Unicoop e Adelino Gelai, presidente da Constituinte Cooperativa. Os debates contaram, ainda, com a participação dos professores Roque Lauschner, da Unisinos, e Telmo Rudi Frantz, da Unijuí, que falaram sobre a importância da agroindústria.

A REPRESENTATIVIDADE

Questionamentos não faltaram aos dirigentes das quatro entidades promotoras do debate, mas um assunto ganhou força entre os produtores: o da representatividade. Os produtores e dirigentes de cooperativas filiadas queriam saber como vai ficar a representatividade dentro da nova Central. Segundo José Maria Cirne Lima, as-

essor econômico da entidade, a participação garante direito a voz e voto, "para que as suas filiadas tenham condições de, também, decidirem sobre os rumos do processo administrativo. A Unicoop, disse ainda, prevê a participação de todas as cooperativas. Se a Centralsul não deu certo, a culpa não deve ser computada apenas aos dirigentes. Ela também foi de responsabilidade de todos". Mas garantiu que pelo que estabelecem os estatutos, tanto os produtores como as suas cooperativas não estarão sujeitos aos riscos que ocorreram com a Centralsul.

Esse chamamento que está sendo feito é a safada. Ou crescemos ou acabamos de vez. Mas precisamos reconquistar a nossa posição de trabalho e transparência, e temos certeza que é da crise que vamos tirar as melhores soluções", disse ainda Cirne Lima. O presidente Ari Amarel reforçou as afirmações, dizendo que qualquer capitalização que venha a ser feita pela Unicoop deverá acontecer através de chamada de capital. "Desta forma, diz ele, estaremos assegurando toda a liberdade para que as cooperativas decidam

sobre os investimentos.

Com relação ao percentual de contribuição que as filiadas terão de repassar a Central, Ari Amarel explicou que ele será de 0,5 por cento sobre a média aritmética do faturamento geral dos últimos três anos. É um percentual, segundo o presidente da entidade, que atinge um nível suportável para as suas filiadas, diante de tudo o que a Unicoop pretende repassar às cooperativas singulares.

PRAZO PARA AS ASSEMBLÉIAS

Ficou definido o dia 15 de outubro como o prazo para que as cooperativas filiadas a Fecotriço realizem assembleias com seu quadro social e definam o seu ingresso na Unicoop. O prazo foi estabelecido pelas 18 cooperativas presentes à reunião de Ijuí e endossado pelas demais cooperativas de outras regiões, onde o debate já foi levantado. Por enquanto, a Unicoop conta com o apoio de 10 cooperativas, embora outras seis já tenham realizado assembleias e se encaminham para a filiação.

SEMENTES FISCALIZADAS

MILHETO
PENSACOLA

INFORMAÇÕES



COTRIJORNAL
RUA DAS CHÁCARAS, 1513
FONE 332-2400
RAMAL 304
98.700 - IJUÍ - RS

A viabilização vai depender do apoio das cooperativas

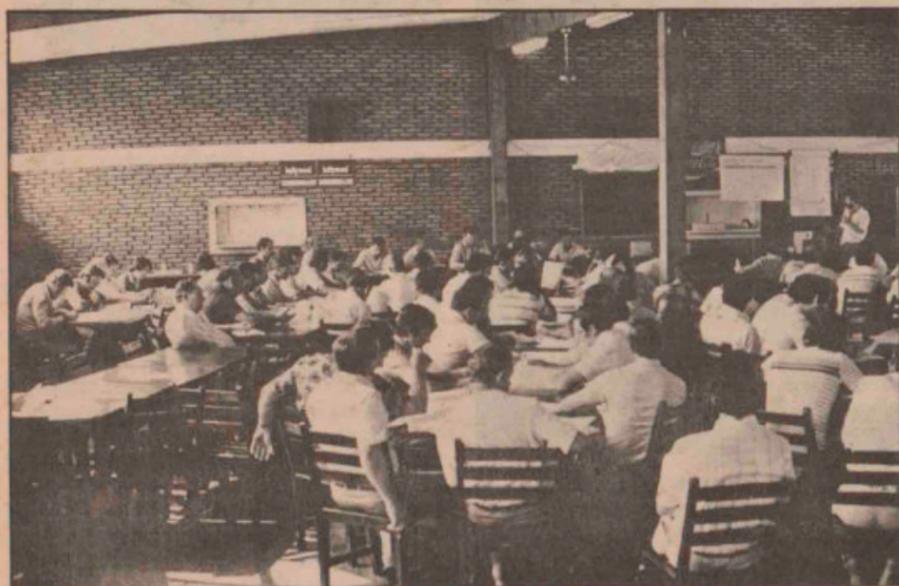
A União das Cooperativas do Sul foi criada no dia 30 de março deste ano e já conta com a adesão de 10 cooperativas singulares. Esta adesão só será efetiva a partir da entrega de produtos que, obviamente, ajudará na viabilização do projeto.

O plano a Unicoop prevê o pagamento de 30 por cento da dívida da Centralsul e a preservação destes bens, hoje avaliados num total de 186 milhões 799 mil dólares. São um total de 16 bens, contando as indústrias, a Fazenda do CEP, localizada no município de Cruz Alta e os terminais graneleiros, a integrar o novo sistema das cooperativas. A Centralsul, por sua vez, vai abrir mão de parte de seus bens que serão repassados a Unicoop, que ficará no compromisso de comprar as indústrias. Para a operação de compra das indústrias, ela vai contar com dinheiro financiado pelos próprios bancos credores, a juros de 12 por cento ao ano e mais as variações da LBC - Letras do Banco Central. Todo o endividamento a ser refinanciado alcança a cifra de 174 milhões e 410 mil dólares, que ao final de 15 anos somará um custo de pouco mais de 312 milhões de dólares. O protocolo de intenções, assinado entre a nova Central e os credores no final do mês de julho, prevê o pagamento da dívida com os recursos gerados pelas indústrias.

Mas para que a Unicoop consiga viabilizar o seu projeto de recuperação da Centralsul, ela precisa contar com o apoio, não apenas econômico, mas também político das demais cooperativas. "A retomada dos espaços conquistados pela Centralsul e as indústrias, afirma Ari Amarel, vai depender da vontade das Cooperativas".

Os números entre as regiões

A conta corrente entre as regionais foi aprovada pelos Conselhos de Administração e de Representantes



O relatório foi elogiado em todos os Conselhos

"Espero que este trabalho sirva para unir mais a Cotrijuf". Este foi o comentário do presidente Oswaldo Meotti após a apresentação ao Conselho de Representantes do trabalho sobre as "Operações entre Regionais". A apresentação aconteceu no dia 13 de agosto durante reunião dos Representantes de todas as Regionais da Cooperativa na Colônia de Férias da Associação Comercial de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. No dia anterior, o relatório havia sido aprovado com elogios pelos membros do Conselho de Administração da Cotrijuf.

O relatório, solicitado pelos membros do Conselho Fiscal, demonstra a evolução das operações envolvendo recursos financeiros e produtos entre as regionais da Cooperativa no período de 1977 a 1986, com valores atualizados pelo índice oficial da variação monetária.

O trabalho foi apresentado pelo contador geral, Carlos Krause, que a partir de maio coordenou uma equipe de funcionários das Regionais para o levantamento de todas informações contábeis, sempre com o apoio e supervisão dos gerentes administrativos.

OS NÚMEROS

O levantamento da conta corrente entre as regionais mostrou que a Região Pioneira da Cotrijuf tinha até 31 de dezembro de 1986 uma posição credora de Cz\$ 487.084.125,92 (veja a tabela Demonstrativo Geral das Operações), composta por um débito junto ao Staff em Porto Alegre de Cz\$ 129 milhões e créditos junto às regionais de Rio Grande (Cz\$ 64 milhões), Dom Pedrito (Cz\$ 250 milhões) e Mato Grosso do Sul (Cz\$ 301 milhões) em valores atualizados até aquela data com base na OTN de Cz\$ 106,40 (veja tabela relativa a Regional Pioneira).

Rio Grande também apresenta uma posição credora, composta por débitos junto às Regionais de Dom Pedrito (Cz\$ 134 milhões), Mato Grosso do Sul (Cz\$ 57 milhões) e Pioneira (Cz\$ 64 milhões) e um crédito junto ao Staff (Cz\$ 444 milhões), totalizando um saldo credor de Cz\$ 187.905.290,04 (veja Demonstrativo

Geral e tabela relativa a Rio Grande).

Dom Pedrito, por sua vez, apresenta um saldo devedor da ordem de Cz\$ 106.841.769,32, composto por débitos junto ao Staff (Cz\$ 4 milhões) e Regional Pioneira (Cz\$ 250 milhões) e créditos junto a Rio Grande (Cz\$ 134 milhões) e Mato Grosso do Sul (Cz\$ 13 milhões). A posição do débito da Regional de Dom Pedrito (veja tabela referente a esta Regional) apresentou crescimento constante de 1977 a 1985, caindo no ano passado para níveis semelhantes ao do ano e 1982 (Cz\$ 106 milhões).

A Regional de Mato Grosso do Sul também apresenta uma posição devedora em relação às demais Regionais, composta por débitos junto às Regionais Pioneira (Cz\$ 301 milhões) e Dom Pedrito (Cz\$ 13 milhões) e créditos junto a Rio Grande (Cz\$ 57 milhões) e o Staff (Cz\$ 72 milhões). A dívida da Regional MS cresceu de 1978 a 1981 quando alcançou Cz\$ 310 milhões, caindo desde então até chegar a Cz\$ 186 milhões (veja tabela da Regional MS).

O Staff em Porto Alegre, criado a partir de 1983, também tem um saldo devedor, que em 31 de dezembro do ano passado era de Cz\$ 383.413.839,10, composto por débitos junto a Rio Grande (Cz\$ 444 milhões) e Mato Grosso do Sul (Cz\$ 72 milhões) e créditos junto a Regional Pioneira (Cz\$ 129 milhões) e Dom Pedrito (Cz\$ 4 milhões).

ATUALIZAÇÃO

Também foi apresentado um balancete que atualiza estes números até o dia 30 de junho deste ano (base OTN de Cz\$ 310,53), com o que a Regional Pioneira tem uma posição credora de Cz\$ 1,3 bilhão junto as demais regionais, o mesmo acontecendo com Rio Grande que tem a receber Cz\$ 599,6 milhões.

A Regional Dom Pedrito tem um saldo negativo de Cz\$ 312,8 milhões na movimentação entre as regionais da Cooperativa, o mesmo acontecendo com Mato Grosso do Sul (saldo devedor de Cz\$ 509,6 milhões) e o

Staff (Cz\$ 1,1 bilhão).

Durante a reunião, o presidente Oswaldo Meotti anunciou que mensalmente esta posição será atualizada tendo por base a variação mensal das OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), e divulgado um balancete para o conhecimento do quadro social.

TRANSPARÊNCIA

Ao comentar os dados apresentados, o presidente Oswaldo Meotti destacou que o trabalho realizado foi um inventário da Cotrijuf, onde se procurou conhecer a situação de antes das incorporações e a realidade de hoje, dados estes importantes para que os associados tenham conhecimento da Cooperativa. Saliu ainda ser seu desejo ver "os herdeiros continuarem a operacionalizar as dívidas da Cooperativa em condomínio", ou seja, mantendo a atual estrutura político-administrativa.

Pedro Afonso Pereira, suplente do Conselho Fiscal, disse que o objetivo do Conselho ao pedir este trabalho a equipe de assessores foi de dar maior coesão à Cotrijuf como um todo, "pois se ficamos discutindo o passado não estaremos trabalhando pelo desenvolvimento da Cooperativa".

Já o vice-presidente da Regional MS, Nedy Borges, destacou que o trabalho mostra como "fluíram as riquezas entre as regionais da Cooperativa, seja elas representadas por recursos financeiros ou por produtos, elogiando ainda o trabalho desenvolvido pela equipe das três regionais e mais do Staff.

O trabalho desenvolvido pela equipe administrativa mereceu, aliás, elogios tanto do Conselho Fiscal, que o aprovou em reunião realizada no dia 17 de julho, quanto dos Conselhos de Administração e de Representantes, pela fidelidade ao objetivo principal e, principalmente, pela transparência que proporciona às informações da vida da Cooperativa ao quadro social.



Pedro Pereira: "trabalho pela coesão"

DEMONSTRATIVO	
Regiões	Pioneira
Pioneira	
Rio Grande	64.379.043,71
Dom Pedrito	250.120.695,07
Mato Grosso	301.804.670,74
Staff	(129.220.283,60)
Total	487.084.125,92

ANO	Rio Grande	Dom Pedrito
1977	C 243.503.626,51	C 10.499.458,44
1978	D 73.835.171,76	C 36.538.915,02
1979	D 303.017.604,14	C 30.207.648,05
1980	D 30.808.164,45	C 55.777.020,27
1981	D 27.730.959,80	C 32.221.432,38
1982	D 144.956.831,60	C 27.525.981,19
1983	C 75.636.508,08	C 3.521.911,79
1984	C 339.206.151,15	C 63.603.792,17
1985	D 9.844.525,24	D 3.142.317,14
1986	D 3.773.985,04	D 6.633.147,10
Soma	C 64.379.043,71	C 250.120.695,07

ANO	Pioneira	Dom Pedrito
1977	D 243.503.626,51	C 4.140.458,44
1978	C 73.835.171,76	D 21.248.915,02
1979	C 303.017.604,14	D 12.582.648,05
1980	C 30.808.164,45	D 16.501.020,27
1981	C 27.730.959,80	D 15.933.432,38
1982	C 144.956.831,60	D 18.019.981,19
1983	D 75.636.508,08	D 5.764.911,79
1984	D 339.206.151,15	D 45.348.792,17
1985	C 9.844.525,24	C 3.028.317,14
1986	C 3.773.985,04	D 6.351.147,10
Soma	D 64.379.043,71	D 134.579.915,07

ANO	Pioneira	Rio Grande
1977	D 10.499.458,44	D 4.140.458,44
1978	D 36.538.915,02	D 21.248.915,02
1979	D 30.207.648,05	C 12.582.648,05
1980	D 55.777.020,27	C 16.501.020,27
1981	D 32.221.432,38	C 15.933.432,38
1982	D 27.525.981,19	C 18.019.981,19
1983	D 3.521.911,79	C 5.764.911,79
1984	D 63.603.792,17	C 45.348.792,17
1985	C 3.142.317,14	D 3.028.317,14
1986	C 6.633.147,10	C 6.351.147,10
Soma	D 250.120.695,07	C 134.579.915,07

ANO	Pioneira	Rio Grande
1977	- 0 -	- 0 -
1978	D 30.011.119,04	- 0 -
1979	D 161.259.952,81	C 83.383.119,04
1980	D 152.453.019,82	C 21.608.119,04
1981	D 49.658.746,38	D 18.908.119,04
1982	D 9.844.857,29	D 965.119,04
1983	D 13.226.939,73	C 1.793.119,04
1984	C 73.588.979,61	D 29.304.119,04
1985	C 5.487.299,14	C 1.142.119,04
1986	C 15.883.971,00	- 0 -
Soma	D 301.804.670,74	C 57.607.119,04

ANO	Pioneira	Rio Grande
1983	D 39.472.344,58	D 49.032.119,04
1984	D 3.867.604,20	D 336.701.119,04
1985	C 188.390.961,96	D 46.955.119,04
1986	D 15.830.729,58	D 11.782.119,04
Soma	C 129.220.283,60	D 444.471.119,04

TABLITA

Um alívio para os produtores

Depois de muitas discussões a respeito da tablita, os produtores da Cotrijuf, Regional Pioneira puderam respirar aliviados, quando, no dia quatro de agosto, os Conselhos de Administração, Fiscal e de Representantes decidiram não aplicar a tabela de deflação nos contratos de venda futura da soja. Beneficiando cerca de três mil

produtores da Pioneira, a decisão significa um descaixe de Cz\$ 19,5 milhões para a Cotrijuf, que serão absorvidos pelo Instituto Riograndense de Febre Aftosa e pelo Terminal de Rio Grande, que têm apresentado uma movimentação física acima das previsões. Os Conselhos sugeriram ainda, que a Cotrijuf permaneça encaminhando a questão via judicial.

período, com duas midi-desvalorizações do cruzado.

Quanto a questão da ordem jurídica, a aplicação da tablita atinge 50 por cento da comercialização, pois o produtor que assinou um contrato de financiamento, em setembro ou outubro, com juros pré-fixados de 10 por cento, não vai ter este contrato deflacionado. Isto porque, o decreto estabelece deflação para contratos realizados a partir de janeiro de 1987. Mas, o produtor, de um modo geral, sabe o quanto será sua dívida junto ao banco, em 31 de julho. Citando um exemplo, Meotti diz que, se o produtor tomou emprestado Cz\$ 200.000,00 colheu 1.000 sacos de soja, e o preço, em janeiro e fevereiro estava em Cz\$ 220,00, ele certamente vendeu futuro, na certeza de quitar a sua dívida com o banco e ainda lhe sobrar Cz\$ 20.000,00. O que acontece hoje, diz Meotti, é que os Cz\$ 200,00 continuam reais, porque o contrato antecedeu 1º de janeiro. Contudo, os Cz\$ 220,00 da sua soja, com o deflator, viraram Cz\$ 140,00.

Mas não é somente o mercado que tem preocupado as cooperativas e demais entidades que pleiteiam o fim da tablita. A maioria dos contratos assinados com os produtores antecede o mês de maio e se concentram numa época em que a perspectiva de inflação era muito pequena. Por isso, destaca Meotti, não é correto dizer que o produtor ao contratar o seu soja futuro, adicionou 20 ou 25 por cento da inflação, e que o governo, desta forma, estaria deflacionando apenas 15 por cento. No máximo, os contratos adicionaram seis ou sete por cento, e portanto, "seria uma outra injustiça para o produtor".

Finalizando Meotti observa que a questão da tablita fortalece o sistema cooperativista e as demais entidades de classe. Segundo o presidente, a médio e longo prazo, os prejuízos serão recuperados pela maior união das classes produtoras e cooperativas.

Ao anunciar publicamente a decisão dos Conselhos, em não deflacionar os contratos de soja realizados pelos produtores da Regional Pioneira, o presidente Oswaldo Meotti falou sobre os argumentos do sistema cooperativista gaúcho e demais entidades ligadas a agricultura, ao buscar uma definição clara sobre o assunto junto ao governo. Numa entrevista coletiva concedida a imprensa de Ijuí, Meotti salientou as implicações injustas da tablita e também o fortalecimento do cooperativismo gaúcho em buscar uma solução conjunta.

INCONGRUÊNCIA

"Indiscutivelmente, o decreto 2.342 saiu por "lobby" da indústria junto ao governo", afirmou o presidente, explicando a incongruência do decreto-lei, assinado no dia 10 de julho passado, com relação a três setores, o dos bancos, da indústria e o de ordem jurídica. No primeiro caso, o caráter injusto da tablita pode ser verificado, porque as instituições financeiras, ao emprestarem dinheiro à pessoa física ou jurídica sempre fazem com correção monetária e um determinado juro. No entanto, quando tomam dinheiro dos investidores, usam taxas pré-fixadas, que por lei está sujeita a deflação. A indústria, por sua vez, também não está perdendo, diz o presidente, pois sabemos muito bem que a venda de farelo e óleo de soja enlatado são feitas à vista, mediante embargo. Logo, é impropriedade qualquer argumento da indústria, como o de que a soja seria uma exceção no mercado". Regida por Chicago, a soja acompanha a suba diária do dólar, além de ter contado, neste

O dinheiro perto do produtor

Para o presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Dejanir Dalpascuale, chegou o momento do agricultor começar a administrar seu próprio dinheiro, deixando de lado os bancos. Dejanir Dalpascuale acompanhou a discussão dos representantes da Cotrijuf que resultou na aprovação e encaminhamento da proposta de empréstimo rotativo a ser feito pela Cooperativa, com o seu quadro social. A reunião de discussão final da proposta aconteceu em Campo Grande, Mato Grosso, no dia 13 de agosto.

Dalpascuale elogiou a coragem da Cotrijuf de sair a campo discutindo seus problemas com os associados, na tentativa de encontrar melhores soluções dentro do próprio quadro social. "Vivemos momentos de transição e de muitas mudanças, quando as cooperativas enfrentam problemas de investimentos altos, mas com capital de giro deficiente. Essa é, realmente, a melhor hora de se discutir melhores formas de ser distribuída essa capitalização", observa o presidente do BNCC.

Ao procurar administrar seu próprio dinheiro, o agricultor vai começar a se impor, porque até agora, segundo Dalpascuale, ele vem sendo comandado e muito pouco ouvido. Diz que de pouco adianta a boa vontade do presidente Sarney e do ministro da Agricultura, se eles continuam esbar-

rando em medidas da área econômica.

JUSTIÇA

Ele acredita que a constituição das cooperativas de crédito, sem dívida nenhuma, é o primeiro passo da grande justiça. "Através das cooperativas de crédito o agricultor vai ter condições de administrar seu próprio dinheiro. Ele vai ter dinheiro à disposição não na capital nem nas grandes cidades, mas lá no interior, perto da sua propriedade". Ele acredita que através das cooperativas de crédito se estará suprindo uma das grandes dificuldades deste país, que é exatamente a falta de recursos.

O presidente do BNCC se considera um grande defensor do cooperativismo de crédito, mas confessa que tem amargado sérios problemas pela frente, que têm impedido o avanço do sistema. De todo o jeito, tem certeza de que as cooperativas de crédito vão encontrar respaldo tanto na área econômica como política e vão se expandir por esse país afora. Como exemplo de cooperativas que têm dado certo, ele citou o caso das que existem no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. "O crescimento destas cooperativas de crédito é extraordinário e os benefícios para os seus cooperados, sem dívida nenhuma, são ainda maiores", diz Dalpascuale.

ATIVO GERAL DAS OPERAÇÕES - 1977 A 1986

Rio Grande	Dom Pedrito	Mato Grosso	Staff
(64.379.043,71)	(250.120.695,07)	(301.804.670,74)	129.220.283,60
(134.579.962,72)	134.579.962,72	57.607.640,35	(444.471.936,82)
(57.607.640,35)	13.343.113,23	(13.343.113,23)	(4.644.150,20)
444.471.936,82	(4.644.150,20)	72.806.336,08	(72.806.336,08)
187.905.290,04	(106.841.769,32)	(184.733.807,54)	(383.413.839,10)

REGIÃO PIONEIRA

Mato Grosso	Staff	Total ano	Acumulado
- 0 -	- 0 -	C 254.003.084,95	C 254.003.084,95
C 30.011.119,94	- 0 -	D 7.285.137,70	C 246.717.947,25
C 161.259.952,81	- 0 -	D 111.550.003,25	C 135.167.943,97
C 152.453.019,82	- 0 -	C 177.421.875,84	C 312.589.819,81
C 49.658.746,38	- 0 -	C 54.149.218,96	C 366.739.038,77
D 9.844.857,29	- 0 -	D 127.275.707,70	C 239.463.330,87
C 13.226.939,73	C 39.472.344,58	C 131.857.704,18	C 371.321.035,05
D 73.588.979,61	C 3.867.604,20	C 333.088.567,91	C 704.409.602,96
D 5.487.299,14	D 188.390.961,96	D 206.865.103,48	C 497.544.499,48
D 15.883.971,00	C 15.830.729,58	D 10.460.373,56	C 487.084.125,92
C 301.804.670,74	D 129.220.283,60	C 487.084.125,92	

REGIONAL RIO GRANDE

Mato Grosso	Staff	Total ano	Acumulado
- 0 -	- 0 -	D 239.363.000,64	D 239.363.000,64
- 0 -	- 0 -	C 52.588.380,73	D 186.774.619,91
D 83.383.114,00	- 0 -	C 207.052.129,48	C 20.277.509,57
D 21.608.667,26	- 0 -	D 7.302.265,91	C 12.975.243,66
C 18.908.753,92	- 0 -	C 30.706.375,40	C 43.681.619,06
C 965.838,90	- 0 -	C 127.903.002,73	C 171.584.621,79
D 1.793.624,60	C 49.032.241,89	D 34.161.927,23	C 137.422.694,56
C 29.304.310,85	C 336.701.836,68	D 18.549.829,96	C 118.872.864,60
D 1.138,16	C 46.955.093,78	C 59.827.150,54	C 178.700.015,14
- 0 -	C 11.782.764,47	C 9.205.274,90	C 187.905.290,04
D 57.607.640,35	C 444.471.936,82	C 187.905.290,04	

REGIONAL DOM PEDRITO

Mato Grosso	Staff	Total ano	Acumulado
- 0 -	- 0 -	D 14.640.084,31	D 14.640.084,31
- 0 -	- 0 -	D 15.292.123,99	D 29.932.208,30
- 0 -	- 0 -	D 17.625.287,39	D 47.557.495,69
C 707.515,25	- 0 -	D 38.567.741,92	D 86.125.237,61
C 2.088.362,15	- 0 -	D 14.199.731,91	D 100.324.969,52
C 3.258.173,54	- 0 -	D 6.248.139,88	D 106.573.109,40
C 3.903.542,92	D 3.202.488,26	C 2.943.179,31	D 103.629.930,09
D 1.359.159,80	D 7.578.532,39	D 27.191.658,02	D 130.821.588,11
C 1.179.492,51	D 6.654.256,73	D 5.361.116,76	D 136.182.704,87
C 3.565.186,66	C 12.791.127,18	C 29.340.935,55	C 106.841.769,32
C 13.343.113,23	D 4.644.150,20	D 106.841.769,32	

REGIONAL MATO GROSSO DO SUL

Dom Pedrito	Staff	Total ano	Acumulado
- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
- 0 -	- 0 -	D 30.011.119,04	D 30.011.119,04
- 0 -	- 0 -	D 77.876.838,81	D 117.887.957,85
D 707.515,25	- 0 -	D 131.551.867,81	D 239.439.825,66
D 2.088.362,15	- 0 -	D 70.655.862,45	D 310.095.688,11
C 3.258.173,54	- 0 -	C 5.620.844,85	D 304.474.843,26
D 3.903.542,92	C 34.416.369,73	C 19.079.511,88	D 285.395.331,58
C 1.359.159,80	D 26.319.402,63	C 19.324.425,93	D 266.070.905,65
D 1.179.492,51	C 33.604.968,02	C 37.913.912,81	D 228.156.992,84
C 3.565.186,66	C 31.104.400,96	C 43.423.185,30	D 184.733.807,54
D 13.343.113,23	C 72.806.336,08	D 184.733.807,54	

REGIONAL STAFF

Dom Pedrito	Mato Grosso	Total ano	Acumulado
C 3.202.488,26	D 34.416.369,73	D 119.718.467,94	D 119.718.467,94
C 7.578.532,39	C 26.319.402,63	D 306.671.505,86	D 426.389.973,80
C 6.654.256,73	D 33.604.968,02	C 114.485.156,89	D 311.904.816,91
D 12.791.127,18	D 31.104.400,96	D 71.509.022,19	D 383.413.839,10
C 4.644.150,20	D 72.806.336,08	D 383.413.839,10	



Representantes definiram as pessoas que vão formar a comissão

EMPRÉSTIMO ROTATIVO

Uma comissão escolhida no final da reunião dos Conselhos de Administração e de representantes, ficará encarregada de elaborar o anteprojeto que vai reger o programa do empréstimo rotativo da Cotrijuf

Comissão definirá critérios

Os critérios que regerão o programa de empréstimo rotativo serão definidos no anteprojeto a ser elaborado pela comissão escolhida ao final da reunião dos Conselhos de Administração e de Representantes, realizada em Campo Grande no dia 13 de agosto. Esta comissão receberá as sugestões das bases, unificando-as num projeto que será amplamente discutido pelo quadro social antes de ser posto em prática.

A comissão, depois de ampla discussão, ficou constituída por Israel Fernandes da Rocha e Mário Paludo, pela Regional Pioneira, Eduardo Menezes e Antônio João Martins, por Dom Pedrito, e Frederico Stefanello e Omar Cunegatti, pela Regional Mato Grosso do Sul. Esta comissão terá o apoio técnico do contador geral da Cooperativa, Carlos Krause, e de uma pessoa a ser designada pela empresa Nardon & Nasi, responsável pela auditoria externa da Cotrijuf.

MENTIRINHA

O presidente Oswaldo Meotti lembrou que a assembléia aprovou a

unificação das taxas de capitalização em 2 por cento para todos os produtos, índice este que não pode ser elevado agora em função da necessidade de maior capitalização da Cooperativa, pois a decisão poderá provocar uma retração dos associados na entrega dos produtos, quando, na verdade, a Cotrijuf precisa receber mais.

Meotti disse ainda que hoje o patrimônio da Cotrijuf é de "mentirinha" dos associados, pois a dívida que a cooperativa mantém com os bancos vem corroendo suas reservas. A substituição do credor banco pelo credor associado, um dos objetivos do programa de empréstimo rotativo, faria com que o associado fosse de fato como de sua Cooperativa.

O trabalho apresentado por Paulo Roberto Silva mostrou que os associados detêm apenas 8,5 por cento (dados de 31 de março deste ano) do patrimônio da Cooperativa, enquanto

as dívidas representavam 23,7 por cento e as reservas 67,8 por cento. Com uma inflação projetada de 300 por cento até o final do ano, o capital integralizado pelos associados subiria para 10,3 por cento do patrimônio, enquanto a dívida crescerá para 28,9 por cento, com as reservas caindo para 60,8 por cento.

COMISSÃO

Além de esclarecer algumas dúvidas sobre a operacionalização do programa do empréstimo rotativo, os representantes apresentaram sugestões no sentido de viabilizar o mais rápido possível esta proposta.

A proposta de que o Conselho Fiscal, a exemplo do que aconteceu no trabalho sobre as Operações entre Regionais, coordenasse a elaboração de anteprojeto foi contestada por Antônio Cândido da Silva Neto, para quem a função do Conselho é fiscalizar, não podendo, por isso, fazer projetos nem

leis, e sugeriu que o prazo da comissão a ser escolhida fosse de 60 dias.

O vice-presidente da Regional MS, Nedy Borges, lembrou a experiência da Regional em trabalho semelhante junto ao quadro social, que possibilitou a construção dos prédios dos supermercados e lojas em Sidrolândia e Rio Brillante. Segundo ele, o ideal seria que fosse grande o empréstimo de parte dos associados, mas ressaltou que não devemos sonhar grande.

A iniciativa da Cotrijuf em discutir com o quadro social novas fórmulas de capitalização foi elogiada por um profundo conhecedor das dificuldades das cooperativas brasileiras, Dejandir Dalpasquale, presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que compareceu à reunião acompanhado do gerente da agência de Campo Grande, Norberto Mendes, para trazer uma mensagem de incentivo à direção e associados.

Um passeio pelas unidades

Quatro ônibus trouxeram o pessoal da Pioneira e Dom Pedrito para a reunião dos dias 12 e 13 de agosto em Mato Grosso do Sul. Um deles veio direto a Campo Grande, para a reunião do Conselho de Administração. Os demais ficaram em Dourados para um passeio pelas Unidades e Postos da Cooperativa.

Depois do chimarrão e do café, o pessoal ouviu do gerente Clóvis Canova uma explanação sobre a Unidade e Postos ligados a Dourados. Os associados também procuraram se inteirar dos problemas com o trigo, e ficaram com medo de levar a bruzone para o Rio Grande.

Mesmo assim, foram visitadas as instalações e lavouras de associados junto aos postos de Indápolis e Montese. Em Indápolis, foram visitadas as propriedades dos associados Oliveira Hoffmann e Alcides Goi, enquanto em Montese era visitada a lavoura de José Assola, todas elas atacadas pela bruzone. O pessoal que foi a Montese também viu de longe o posto de Douradina, ligado a Rio Brillante, próximo ponto da viagem, onde conheceram a Unidade e o Supermercado da Cooperativa.

O roteiro incluiu também Maracaju, onde os representantes da Pioneira e Dom Pedrito foram recepcionados com um almoço e uma série de informações sobre a Unidade, transmitidas pelo gerente Izidoro

Bremm. À tarde, visitaram ainda as instalações do CTC-MS, onde são realizados trabalhos de pesquisa e experimentação com várias culturas. A viagem de passeio só terminou à noite, em Campo Grande.



Os representantes viram de perto o problema da bruzone



COTRIEXPORT -
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.

INVESTIMENTO EM
SEGURO, SEJA
INCÊNDIO, VEÍCULOS,
ROUBO, VIDA,
ACIDENTES PESSOAIS
E OUTROS,
REPRESENTA
TRANQUILIDADE
CONTRA AS
INCERTEZAS DO
DIA-A-DIA.

Em Ijuí: Rua das Chácaras 1513
- fone: 332: 2400 ou 332-3765,
ramal 364

Em Porto Alegre: Av. Júlio de
Castilhos, 342 - 5º andar
fone: 21-08-09

As reivindicações do trabalhador rural: assistência previdenciária, reforma agrária e mudanças na política agrícola.



Os instrumentos de trabalho foram para a Praça



O movimento contou com a presença de 300 agricultores da região

O protesto do produtor rural

Doze de agosto, o dia das Margaridas. Uma data especial para o trabalhador rural e o movimento de mulheres. Esse dia lembrava o assassinato da líder sindical Maria Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoas Grande, Paraíba, ocorrido em 1983. Para homenageá-la, os trabalhadores rurais, em vários municípios do estado, foram para as praças ou sindicatos, reivindicar seus direitos. Em Ijuí, o movimento contou com a participação de cerca de 300 agricultores e trabalhadores rurais da região que ocuparam a Praça da República, exigindo a colocação em prática de alguns benefícios previdenciários já conquistados, mas ainda no papel; uma reforma agrária "no chão e não na televisão" e uma mudança na política agrícola.

O movimento de protesto, organizado pela Regional da Fetag, contou com a presença de agricultores de Jóia, Augusto Pestana, Ijuí, Ajuricaba, Chiapetta, Santo Augusto, Condor, Catupe, Pejuçara, entre outros. Os cartazes e faixas colocadas na Praça da República, era uma mostra evidente de que o agricultor está querendo uma resposta imediata para seus problemas. A previdência rural e a reforma agrária foram as questões mais levantadas e debatidas entre os participantes dos debates.

AS POUCAS CONQUISTAS

Carlos Karlinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí e coordenador Regional da Fetag, lembrou os anos de luta dos agricultores e as poucas conquistas, principalmente na área de saúde. Entre os benefícios — alguns deles ainda no papel —, estão o auxílio-doença, o auxílio-reclusão — que a família recebe por ocasião da prisão do agricultor; pensão para viúvas com mais de 70 anos e que perderam os maridos antes de 26 de maio de 1971 ou seus dependentes; auxílio-acidente de trabalho para as mulheres trabalhadoras rurais e filhos de até 12 anos. A estes benefícios, junta-se o anúncio da equiparação do trabalhador rural ao urbano em caso de exames laboratoriais. "Temos algumas conquistas, mas também muitos problemas. Tem muita coisa que não

está sendo cumprida na prática", disse ele.

Comparou a situação atual dos sindicatos, a dos bombeiros: só correm quando existem problemas. "Não podemos continuar assim. Temos que avançar na luta e trabalhar organizados. As conquistas só acontecem quando trabalhamos organizados".

Mas de qualquer forma, ele acha que o movimento de Ijuí foi positivo e valeu como um avanço na conscientização e organização da classe trabalhadora rural, embora também admita que ele serviu para mostrar que tem muito trabalho ainda a ser feito. "É preciso investir mais no trabalho de mobilização das bases", reconheceu.

POSITIVA

Considerou a participação dos médicos Gilberto Pereira Gomes, representando o Inamps de Ijuí e Darcísio Perondi, diretor do Hospital de Caridade, como positiva. "Os agricultores tiveram a oportunidade de ouvir esclarecimentos em relação aos seus direitos e como devem proceder em caso de consulta médica ou internação. Ficou bem claro que o agricultor, e isso foi dito pelo médico Gilberto Pereira Gomes, que o agricultor não deve fazer nenhum pagamento quando internado em quarto previdenciário.

O debate correu solto e os agricultores não pouparam os dois médicos. Eles queriam saber, por exemplo, o que é um quarto semi-privativo; quando devem pagar taxas nas consultas; como fazer para não pagar nada; que documento apresentar como comprovante de que é um agricultor; ou como fazer para encaminhar denúncias de cobranças indevidas, entre outros questionamentos.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A participação das mulheres no movimento do dia 12 não ficou assinalada apenas pela presença significativa na Praça. Elas também se fizeram presentes nos debates, pronunciamento e na condução de frases como por exemplo: "povo organizado jamais será pisado" ou "queremos nossos direitos", entre tantas outras.

O movimento das trabalhadoras rurais de Jóia, através da dona Juvelina

Gonzales, leu um manifesto falando da discriminação da mulher e dos trabalhadores e defendendo os direitos e as reivindicações específicas da mulher. "Enquanto nós nos organizamos, dizia o documento, reivindicando nosso trabalho e o direito a terra, a assistência médica e aposentadoria como os demais trabalhadores, o governo nos oferece o auxílio reclusão".

Maira Botega, 34 anos, coordenadora do movimento de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catupe, integrante da coordenação regional da Fetag e da comissão executiva estadual, considerou o movimento como mais uma conquista. "O agricultor saiu daqui melhor informado sobre os seus direitos, principalmente no que

se refere a assistência previdenciária. Está certo que muitas destas conquistas ainda estão no papel, mas estamos lutando para que elas entrem em prática". Reforçou a necessidade, de homens e mulheres, urbanos ou rurais, lutarem unidos pelo atendimento de suas reivindicações. Reconhece que o espaço de luta já foi conquistado. Falta o reconhecimento pelo seu trabalho, e, enquanto este não vem, as mulheres continuam lutando por uma aposentadoria aos 50 ou 55 anos de idade, ou após 30 ou 35 anos de contribuição — tanto para a mulher como para o homem trabalhador rural; o valor desta aposentadoria não deve baixar de um salário mínimo; salário-maternidade; abono de permanência em serviço; auxílio-natalidade e salário família.

Carta aberta a população

O Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais leu uma Carta aberta a população, onde lembrava o assassinato da líder sindical Maria Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoas Grande, na Paraíba. O crime aconteceu no dia 12 de agosto de 1983, "e até hoje continua impune". "Com o assassinato de Margarida Alves, diz ainda a Carta, "tentaram acabar com a mobilização dos trabalhadores da região, que reclamavam na justiça o cumprimento de direitos adquiridos: carteira assinada, jornada de oito horas, 13º salário e um pedaço de terra para o cultivo dos alimentos junto à moradia do trabalhador assalariado, já que na região a cana-de-açúcar é cultivada em grande escala. Com isso, também quiseram impedir a participação da mulher e a organização de sua luta".

... "A situação dos trabalhadores piorou. A situação de fome, miséria e desemprego tem aumentado. Vivemos o maior arrocho salarial da história brasileira, com um dos mais baixos salários mínimos e a

maior jornada de trabalho do mundo".

Mais adiante a Carta lembra a tentativa de organização dos trabalhadores e a desarticulação do movimento. Quando os trabalhadores rurais ou urbanos começam a se organizar para conseguir melhores condições de vida, a Nova República responde com a lei de Segurança Nacional e o exército na rua. Quando os trabalhadores reclamam comida, emprego, salário e preço dos produtos, a Nova República elabora o Plano Bresser para assegurar o aumento do volume de exportações garantindo o lucro dos capitalistas estrangeiros e nacionais ligados a elas".

"O Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, diante da miséria absoluta em que vive a quase totalidade da população brasileira, vem reafirmar sua disposição de luta e a necessidade de mobilização e da organização dos trabalhadores para reverter esse quadro. E também reafirma sua luta em defesa dos direitos e reivindicações próprias das mulheres trabalhadoras rurais".

Um grande passo para o produtor

Apesar de nascer com a expansão da monocultura, a unidade de Chiapetta amplia os seus serviços para a propriedade diversificada e para a saúde comunitária.

Dois cavaletes e uma tábua, três funcionários administrativos, 120 associados e liquidação manual. Assim começou a funcionar a Cotrijuf, unidade de Chiapetta, como lembra um dos seus mais antigos funcionários, Artêmio Fritzen. Obra da necessidade e solicitação dos produtores em transportar, armazenar e comercializar a sua produção cada vez mais crescente, a Unidade começou a operar em março de 1973, quando recebeu, neste ano, mais de 120 mil sacos de soja e mais de 300 mil sacos de trigo. Para realizar todas as operações de armazenagem nada mais que 12 funcionários, que desdobravam as filas de entrega, de dois ou três dias, a ser guardada em um armazém com capacidade de 20 toneladas.

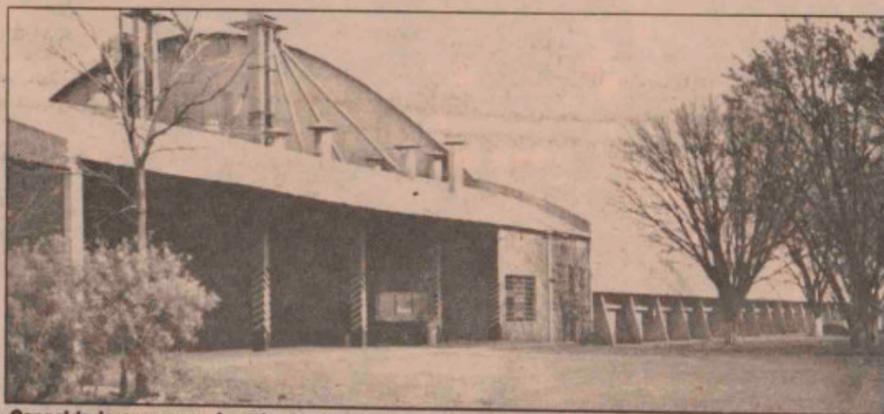
Apesar de pequena em relação a sua capacidade armazenadora atual, o primeiro armazém teve um significado importante no crescimento da produção local. "Em função deste armazém começamos a produzir soja em escala e até por isso projetou-se a sua ampliação mais tarde", afirma o gerente da Unidade, João Frantz. Com o aumento da área de plantio e, por consequência, da produção, a Unidade chegou a receber, em 1975, algo em torno de 660 mil sacas de soja, o que levou a ampliação do armazém em mais 40 toneladas. Ao mesmo tempo, porém, que se fazia uma projeção da frente agrícola da monocultura, o processo de diversificação começava a tomar parte da realidade regional. "A diversificação ocasionou até a ociosidade de parte dos armazéns", diz o gerente apontando a falta de conservação do solo, a baixa produtividade e os altos custos da lavoura, como fatores que contribuíram para a inibição da frente agrícola.

DIVERSIFICAÇÃO

No entanto, se a área da soja diminuía, em pouco tempo a Unidade começou a aumentar o seu recebimento de outras culturas, como o milho, o feijão, o sorgo, o alho e até de suínos. Para efetuar o serviço de secagem e armazenamento de grãos, foi preciso instalar cinco moegas de recebimento, com capacidade de 2.500 sacos cada uma, além dos três secadores com capacidade de 40 toneladas — um deles — e 20 toneladas — outros dois —. As novas modificações na estrutura física da Unidade, aconteceram em 1978, quando para completar um projeto de auto-serviço, instalou-se o mercado e a loja, que hoje atendem a toda a comunidade.

No campo econômico e social do município, a criação da Cotrijuf foi significativa, tanto que, hoje, ela representa uma das principais fontes de emprego do município. Na safra passada, por exemplo, a Unidade registrou um recebimento de mais de 17 mil toneladas de soja e mais de três mil toneladas de milho, com uma média de 1.500 quilos por hectare, além da participação, 292.595 quilos, do arroz, 26.786 quilos, do feijão, 1.975 quilos, do amendoim, 726 quilos do alho, 542 quilos e de suínos com 81.831 quilos.

Embora 60 por cento da terra pertencam às grandes propriedades, o município de Chiapetta é caracterizado pelo minifúndio, o que permite uma tendência no aumento da produção di-



Capacidade armazenadora de 60 toneladas

versificada. Além das frustrações ocorridas com a soja nas últimas safras, os projetos cooperados, que visam a diversificação da propriedade a partir de atividades com baixos custos, registram 32 programas em suínos, quatro programas de aves, com 800 aves de postura, três programas de peixe e vários cooperados de eucalipto que já estão em andamento. Com uma previsão de produção de aproximadamente 9.360 toneladas para a próxima safra, a Unidade tem hoje a perspectiva de instalação de mais três silos, com aeração, para melhorar o recebimento da produção diversificada.

O incentivo à produção diversificada também está presente em alguns eventos ou projetos mantidos pela Unidade, como a Feira de Produtos Colo-

niais, "que é uma forma de mostrar as alternativas da propriedade", ressalta o gerente João Frantz. Realizada pela primeira vez, este ano, por ocasião dos 30 anos da Cotrijuf, a Feira de Chiapetta contou com a participação de 11 associados e rendeu cerca de Cz\$ 15.000,00. O interesse do produtor e a boa aceitação do consumidor motivaram a Unidade a marcar uma outra feira para o dia cinco deste mês, com o objetivo de realizá-la mensalmente.

SAÚDE

Contando hoje com 580 associados e 68 funcionários, a Unidade desenvolve vários projetos na área de conservação do solo e presta vários serviços de saúde. É o caso do projeto de microbacias, que já está sendo de-

envolvido em algumas propriedades. Para o reflorestamento já estão previstos 250 hectares, enquanto na área da saúde, a Unidade volta-se especialmente para o trabalho de prevenção, integrando-se a comunidade, através da Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde. Por solicitação dos núcleos de representantes e de mulheres, a Unidade já treinou, desde o ano passado, 12 agentes de saúde para atuarem no interior do município, além de contar com uma comissão interna que discute o plano de saúde municipal até o atendimento hospitalar. Quanto ao atendimento odontológico, a Cotrijuf sustenta o serviço realizado pelo sindicato, ao quadro social e oferece, gratuitamente, aos funcionários e seus dependentes.

Ainda na área da saúde, está sendo desenvolvido um projeto de plantas medicinais, com o objetivo de preservar o conhecimento popular e esclarecer os efeitos da propaganda de medicamentos. Para realizar este projeto, a Unidade já montou um pequeno herbário, onde são cultivadas 30 espécies de plantas, além de incentivar o plantio de hortas caseiras e em escolas. Divulgando o projeto pelo interior, a Unidade pretende, ainda, futuramente, centralizar um herbário com todas as plantas da região e incentivar a sua produção em viveiros domésticos para comercializar nas feiras de produtos coloniais.

Antiga confiança

Os tempos de abrir mato para entregar o excedente da produção já passou, mas muitos dos antigos produtores de Chiapetta que passaram por esta época, recordam estes fatos, e junto com os mais novos, eles lembram, principalmente, as mudanças que ocorreram com o surgimento da Cotrijuf no município. Um deles é o seu João Otonelli, fundador da Unidade que participou da Cooperativa, pela primeira vez, com uma produção de 400 sacos de soja. "Assinei o livro de matrícula em cima de um hanco", lembra o produtor dizendo que "mercado sempre existiu, mas não tinha um elo de união como a Cooperativa".

Para o seu João Otonelli, a Cooperativa facilitou bastante o transporte e a comercialização. "Antes tinha que entregar tudo ensacado, o que piorava quando faltava sacaria". Proprietário de 25 hectares na Linha São Judas, salienta também que a Cooperativa trouxe mais alternativas para a pequena propriedade. Mas não foi só isso. Uma das maiores contribuições foi a formação do quadro técnico. "A gente não sabia se adubo servia para



João Sartori

isso ou aquilo. E as companhias que aqui trabalhavam queriam apenas vender os produtos", destaca o produtor.

Otonelli também não esquece o crescimento e as melhorias que vieram com o passar do tempo. "Teve épocas em que a entrega do produto úmido deu filas até fora da cidade, e por isso se construiu um outro armazém". Voltado para a produção leiteira, o produtor afirma que, "se não fosse a Cotrijuf, o município estaria muito atrasado e mesmo que o granjeiro tivesse recursos, para o pequeno produtor foi a salda".

CONFIANÇA

Um outro produtor que não esquece as facilidades de transporte e comercialização que a Unidade de Chiapetta trouxe para o agricultor é o seu Edgar Schossler, que por muito tempo trabalhou em duas colônias de terra. "Para comercializar esta produção era um pouco difícil, tinha que ensacar na lavoura, botar no galpão e ainda levar de carroça para vender", fala o antigo produtor, salientando que depois da criação da Cotrijuf, "todo o seu produto foi para a Cooperativa".

Mais novo que o seu Schossler, mas da mesma opinião, o seu João Sartori, que possui 10 hectares na Linha São José, diz que "já colhi muita soja a muque e fui explorado no preço". Por isso começou a participar da Cooperativa, "ainda na época do repasse da lavoura, por causa da segurança da comercialização que outras empresas não davam".

Também fundador da Unida-



Edgar Schossler



João Otonelli

de, Werno Korrad participou da Cooperativa, pela primeira vez, com 1.100 sacos. Os benefícios da Cotrijuf são lembrados por ele em casos como o da soja chuvada, em 1983. "Se não fosse a Cotrijuf toda a produção seria estragada", afirma o produtor, lembrando ainda os repasses que o pequeno produtor recebia através da Cooperativa para o plantio da lavoura. Segundo o produtor, a segurança de armazenagem, a facilidade de comercialização e a oferta de emprego, entre outros serviços, foram as grandes contribuições que a Cotrijuf trouxe para Chiapetta.

A colônia que virou município

Formada inicialmente por colonos, na sua maioria alemães, Chiapetta caracteriza-se pela produção agrícola, onde destaca-se ainda soja, o trigo e o milho.



Chiapetta, um município emancipado há 21 anos

Localizado na região noroeste do Estado e compreendendo uma área de 500 quilômetros quadrados, o município de Chiapetta surgiu a partir de um programa de colonização elaborado pela viúva de Carlos Chiapetta, um imigrante italiano que veio para o Brasil no ano de 1.883. Separando-se dos seus irmãos Ângelo e José, que seguiam para outras regiões do Estado, Carlos Chiapetta veio para a região Serrana, onde adquiriu a Fazenda Monte Alvão, na época, pertencente ao município de Santo Ângelo. Com a sua morte em 1928, sua esposa Victória Carvalho D'Avila Chiapetta, passou a administrar as terras da família, dando início, em 1936, a um plano básico de colonização, através do qual uma extensa área de mato que caracterizava a região começou a ser ocupada por migrantes de outras regiões, como Augusto Pestana.

Estevão Rochembach, Lourenço Weber, Alberto Walter, Francisco Cavalheiro e Percival Becker, são alguns dos nomes que contam nos registros contábeis da empresa colonizadora, que tornou a localidade conhecida como Colônia Victória D'Avila Chiapetta, e mais tarde como "Colonização Chiapetta". Quem lembra estes tempos é Werno Konrad, um dos primeiros desbravadores da Colônia que ali esteve, pela primeira vez, em 1937. "Entramos a cavalo em março de 37, e em abril do mesmo ano meu pai instalou a terceira serraria da Colônia", conta Konrad, lembrando os tempos em que Chiapetta "era tudo mato fechado, com uma agricultura de subsistência".

Apesar de apresentar uma considerável pecuária extensiva na sua área de campo, a Colônia Chiapetta, com a chegada dos colonos, começou a se caracterizar pela grande produção colonial, onde se destacou, principalmente, a suinocultura. "Foi um desenvolvimento lento, até pela falta de mecanização da agricultura", diz Werno Konrad, ao recordar a época em que, para plantar, "era preciso antes derrubar o mato e depois colher a muque". Mas aos poucos, a população crescia, a produção aumentava e o próprio comércio, representado primeiramente pelas serrarias e pelas lojas que abasteciam os colonos, iam compondo a estrutura do município.

Em 1961 a Colônia passa a ca-

tegoria de distrito e passa a denominar-se Sede Chiapetta, ou 7º Distrito de Santo Ângelo. A denominação, no

entanto, durou pouco tempo. Já em 1961, o então distrito de Catuípe, que pertencia a Santo Ângelo, teve a sua

Projetos administrativos

Com uma população de 7.309 habitantes, Chiapetta é hoje um dos municípios mais desenvolvidos da região, afirma o secretário de administração municipal Joel de Almeida Fonseca. Segundo o secretário, o surgimento da Cotrijuf, foi "um grande passo" para o município, não só no campo econômico, como administrativo e político, uma vez que trouxe maior segurança para o produtor e também pela sua participação nos projetos comunitários.

Entendendo a educação como uma meta prioritária, a atual administração criou a partir de 1983, o Serviço Municipal de Transporte Escolar, que atende professores e alunos da zona rural, além de efetuar várias ampliações nas escolas municipais. O magistério municipal também foi contemplado, com a aprovação do plano de carreira, enquanto outras escolas também já estão na lista das reformas físicas. Outra preocupação da atual administração é quanto ao reflorestamento, para o qual já foram distribuídas 20 mil mudas gratuitamente, e a conservação do solo, que possui um projeto juntamente com a Cotrijuf e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Na área da saúde, o município conta atualmente com o Serviço de Saúde e Bem-Estar Social, que segundo Joel de Almeida Fonseca permitiu uma sensível diminuição no índice de mortalidade infantil do município. Para ampliar os serviços de saúde, a Prefeitura adquiriu a única casa de saúde do município, transformando-a em Hospital Municipal de Chiapetta, com planejamento realizado pela área da saúde da Cotrijuf. Com uma participação efetiva na Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde, a Prefeitura criou também uma farmácia base, que, de acordo com Joel, distribui



Joel de Almeida Fonseca

medicação gratuita para a população carente.

NOVO DISTRITO

Com 24 escolas, vários bancos, duas cooperativas e várias entidades sociais, o município apresenta também um evento cultural, a Mateada e Folclore em Praça Pública, realizada anualmente e que reúne um grande número de visitantes. Maiores destaques, no entanto, estão por vir, como acredita o secretário Joel Fonseca. Recentemente, o município ampliou seu mapa, quando o distrito de Inhacorá, por solicitação dos próprios moradores, resolveu incorporar-se a Chiapetta. Um dos motivos foi a distância da localidade a Catuípe, dificultando as operações comerciais e sociais da população. "Com Inhacorá veio toda uma infra-estrutura que propiciará um maior desenvolvimento a Chiapetta", afirma o secretário administrativo, destacando o Distrito como uma área muito produtiva.

Além da abertura de escolas, a atual administração pretende instalar um viveiro de mudas nativas e melhorar o serviço de telefonia, através do sistema DDD. A maioria dos projetos, contudo, estão sendo pleiteados junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Comunitário, do qual o município espera realizar 34 projetos, na zona rural e urbana, todos na área social.



Werno Konrad

emancipação, passando Chiapetta a pertencer ao município, como 3º Distrito. Esta mudança político-administrativa pouco repercutiu no desenvolvimento econômico do Distrito, que continuando a sua trajetória baseada na agricultura, fortalecia também as suas estruturas sociais e culturais, tornando-se um dos distritos mais destacados de Catuípe.

INDEPENDÊNCIA

Na ponta desse desenvolvimento, alicerçado pela agricultura de subsistência, aparecia um quadro político, formado principalmente pelos comerciantes, que, ao mesmo tempo em que vendiam os produtos básicos de consumo para os colonos, também absorviam a sua produção excedente. "Os comerciantes faziam papel de intermediários e até de banco", lembra Werno Konrad. É neste momento que "Sede Chiapetta" começa a reivindicar a sua independência administrativa.

Para realizar esta proposta, formou-se então, a Comissão Emancipacionista, da qual participaram, em grande parte, os comerciantes e também produtores do Distrito. No início do ano de 1965, plebiscito popular aprovou o projeto de emancipação, contando com apenas dez votos contra. Mesmo disputando a emancipação com Inhacorá, na época um outro distrito de Catuípe, Chiapetta conseguiu a aprovação do governo estadual, passando a categoria de município no dia 15 de dezembro de 1965.

Após a emancipação, o município ainda ficou três anos sob intervenção do Estado, pois o governador Walter Perachi de Barcellos nomeou como interventor, Cláudio Aloisio Zimmer, que permaneceu no cargo até 1969. Neste ano toma posse, como prefeito eleito, Werno Konrad, o qual governou até 1973. "Os primeiros anos foram muito difíceis", conta o ex-prefeito, referindo-se especialmente ao corte no fundo de participação dos municípios, efetuado pelo governo Costa e Silva. Mas, passados os primeiros anos, a cidade dá início ao seu desenvolvimento como município, e a partir de 1972, começa a receber outros impulsos, mudando, inclusive, a sua configuração política.

Junto ao desenvolvimento das obras de infra-estrutura como pavimentação das ruas e saneamento básico, o município assiste também a uma mudança nos modos de produção agrícola. De acordo com Werno Konrad, "a partir de 72, a mecanização entra na região da colônia, através dos granjeiros que já tinham mecanizado a área de campo", iniciando, desta forma, a produção em escala do trigo e da soja. Do aumento da produção, que Werno calcula em 20 vezes, surgiu também a Cotrijuf, como um suporte para esta mesma produção e dando garantia ao transporte, ao armazenamento e a comercialização. Ficava para trás a época das carretas de boi que atravessavam o mato para trazer o excedente, da mesma forma que o comerciante deixava de ser a principal força política do município.

A comunidade econômica em crise

A crise da CEE e as tendências do mercado externo da soja, foram os assuntos das teses defendidas pelo professor Argemiro Luis Brum no encerramento do curso de mestrado realizado na França.

"A evolução e as tendências do Mercado da Soja e o papel da Comunidade Econômica Européia" e o "Mercado da Comunidade Econômica Européia de Oleoproteaginosas frente as dificuldades econômicas da política agrícola comum", foram os assuntos escolhidos pelo professor e analista de mercado, Argemiro Luis Brum, para a defesa de suas teses de conclusão de curso. Argemiro Luis Brum reside há três anos em Montpellier, na França, onde realiza estudos sobre o comércio das oleaginosas. A primeira tese foi apresentada no final do ano passado, no Instituto Agrônomo Mediterrâneo, ao final do curso de Mestrado. A segunda tese, apresentada em junho deste ano, fazia parte da formação doutoral do curso de Sócio Economia de Desenvolvimento e correspondente ao primeiro ano do curso.

Na primeira tese em que fala da evolução e tendências do mercado da soja, Argemiro Brum procurou fazer um levantamento do que vem acontecendo no mercado mundial da soja, estudando, uma a uma, as grandes fases da economia da soja no século XX. Na primeira fase — entre 1923 a 1945 — acontece a consolidação da soja nos Estados Unidos. Numa segunda fase, entre 1945 a 1971, aparece a expansão, a nível mundial, do modelo americano de consumo do milho e da soja. A terceira fase, entre 1971 e a primeira metade dos anos 80, é marcada pela instabilidade do mercado mundial da soja e na quarta fase ele procura mostrar a situação atual e as suas dificuldades. Ele também situou o Brasil dentro do contexto e o seu aparecimento no mercado internacional, tanto a nível de produção como de exportação.

A COMUNIDADE ECONÔMICA

A Comunidade Econômica Européia — CEE — também recebeu, dentro deste mesmo trabalho, atenção especial por parte do professor Argemiro. Ele estudou a CEE como principal importador de farelo e grão de soja do mundo e as razões que levaram, de uns tempos para cá, a estagnação no consumo destes produtos. Ao investir na trituração interna de grãos, a CEE passa, paulatinamente, da condição de mais importante consumidor de farelo de soja, para ser igualmente um exportador. Desta forma, ela passa a fazer concorrência com os tradicionais países exportadores do mundo: Estados Unidos, Brasil e Argentina.

Mas por que razão aconteceu essa estagnação nas importações do farelo de soja por parte da CEE? A explicação, responde Argemiro, pode ser encontrada, no aumento da produção interna de oleoproteaginosas, que neste ano, segundo as previsões, pode chegar a 13 milhões de toneladas de grãos de colza, girassol, ervilha, entre outros, contra os 10,6 milhões de toneladas produzidas no ano passado.

Soma-se ao aumento interno da produção de oleoproteaginosas, a entrada da Espanha e de Portugal na CEE. Portugal tem uma baixa potencialidade agrícola, mas um importante parque industrial de trituração de grãos. A Espanha, além de forte parque industrial — chegou a esmagar, nos últimos anos, uma média de três milhões de toneladas de grãos de soja

anuais — tem grande potencialidade de produção de girassol — um milhão de toneladas anuais.

A França, o principal país da Europa, com alta produção na agropecuária em geral e significativa produção de oleoproteaginosas, também vem passando por algumas mudanças em seu mercado interno, capazes, inclusive, de contribuir para a redução do consumo de farelo de soja importado.

Ele também observou que produtos internos como a colza e o girassol, já começam a fazer frente aos produtos importados. A própria atividade de trituração de grãos da França começa a se voltar também para a moagem de grãos de soja, com significativo crescimento. "Isso significa, diz ele, que a França começa a fazer, aproveitando o seu potencial de trituração de grãos de soja, a moagem interna, deixando de lado, portanto, o farelo importado. Assim, o grão começa a ocupar espaços importantes nas importações européias e que antes eram ocupados pelo farelo de soja".

SOBRA PRODUTO

Mas além do estímulo à produção interna de oleoproteaginosas, o Argemiro identificou um outro fator que também vem contribuindo para a estagnação das importações de farelo de soja pela Europa: o excesso de produtos agropecuários como o leite, a manteiga e derivados. Diante da escassez de recursos — os estoques custam caro —, as sobras de produtos, somados a um consumo estagnado, força a CEE a restringir a produção destes produtos. Como saída para evitar novos estoques, ela vem procurando reduzir, por exemplo, a produção de leite. Para isto, lançou mão das cotas leiteiras, forçando uma redução no plantel de vacas. Menos vacas, significa menos consumo de farelo de soja.

UMA SÉRIA CRISE

Levado por todas estas mudanças que vêm ocorrendo no mercado interno europeu, o Argemiro decidiu entrar mais a fundo na questão do Mercado Comum Europeu, o que o levou ao assunto de sua segunda tese, defendida em junho deste ano em Paris. Descobriu que a Comunidade Econômica Européia passa por uma profunda crise econômica em sua política agrícola comum. "Essa crise, explica, se reflete no esgotamento do orçamento que a CEE lança mãos para subsidiar a produção, a comercialização e a exportação agropecuária. E como a produção de oleoproteaginosas é praticamente toda subsidiada, ele pergunta: até quando a Europa vai continuar produzindo oleoproteaginosas para concorrer com a soja?"

Ele também constatou que a organização comum do mercado europeu de oleoproteaginosas tem uma lógica voltada para o exterior tendo como objetivo evitar qualquer confronto com os interesses dos países exportadores, principalmente os Estados Unidos. Temendo represálias econômicas e de mercado, ele tem evitado, a todo o custo, qualquer "provocação" aos Estados Unidos. "É preciso lembrar, diz ele, que esses estímulos à produção de oleoproteaginosas ainda não estão incomodando de forma significativa aos interesses americanos, embora o



Argemiro Luis Brum: a crise da CEE na defesa de tese

farelo de soja tenha grande importância na alimentação animal".

Parelelamente, esta crise da política comum, segundo Argemiro, está inserida na divisão dos países membros da CEE. Um grupo liderado pela Inglaterra e Alemanha deseja implantar reformas na política agrícola comum, procurando frear as despesas orçamentárias, entre as quais o estímulo a produção de oleoproteaginosas. Esse grupo é contra a taxaço nas importações de grãos e farelo de soja porque não deseja, de forma alguma, atingir os interesses dos Estados Unidos.

O outro grupo, liderado pela França e Itália, tem idéias mais protecionistas. Deseja reformas, desde que os preços internos sejam mantidos elevados. Quer a proteção da produção interna de oleoproteaginosas e a taxaço sobre as importações.

O que se pode observar é que o orçamento agrícola é o ponto crítico da crise da política agrícola comum e que a solução do problema passa por um acordo entre os dois grupos. A tendência, segundo pode observar o professor Argemiro, é de se resolver o problema orçamentário levando-se em conta os interesses dos países não membros da CEE. Mas de todo o jeito e considerando que a expansão da produção de oleoproteaginosas encontra-se comprometida pelos custos orçamentários da CEE — não se pode esquecer que a produção de oleoproteaginosas cresceu graças as subvenções dadas pela CEE — o Argemiro conseguiu identificar três cenários que poderão ou não se confirmar.

Um destes cenários seria de que tudo continuaria como está. Ou seja: a CEE continuaria investindo na produção de oleoproteaginosas sem taxar as importações de soja e derivados. Os recursos necessários para o estímulo à produção das oleoproteaginosas seriam buscados em outras fontes, como por exemplo na cobrança de impostos internos.

Caso se confirme a taxaço sobre as importações características do segundo cenário —, o Mercado Comum

Europeu vai se fechar às importações de soja e o Brasil poderá ficar numa situação crítica. Os recursos obtidos com a taxaço sobre a soja, o farelo e o óleo seriam usados no estímulo e produção interna de oleoproteaginosas. Se decidir taxar apenas o grão, a CEE vai prejudicar os Estados Unidos e também a Argentina. O grande favorecido será o Brasil, o maior exportador de farelo de soja. Neste caso, vai desestimular a indústria européia que tritura o grão importado, mas também pode estimular a produção de grãos na CEE.

Se a CEE decidir taxar apenas o farelo de soja, o Brasil terá sérios problemas e os Estados Unidos serão os beneficiados. O Brasil terá de reestruturar suas exportações, dando mais atenção ao grão. Aqui tem outra questão levantada pelo Argemiro: se a taxaço for igual para todo o tipo de farelo, o produtor gaúcho será seriamente afetado, já que segundo os europeus, ele é de mais baixa qualidade que os farelos produzidos com a soja originária do Paraná e de Mato Grosso do Sul.

Aparece um terceiro cenário mais liberal, considerando a possibilidade de que a CEE não faça nenhuma taxaço. Neste caso, ela também não estimularia mais a produção interna de oleoproteaginosas, importando o total de suas necessidades de proteínas, já não teria recursos para manter as subvenções à produção. Este cenário seria benéfico para os países exportadores. Na realidade, o professor Argemiro acredita que o primeiro cenário seja o caminho a ser tomado pela CEE, pelo menos até o final da década de 80. Quer dizer: tudo continuaria como está. A CEE investindo na produção interna de oleoproteaginosas sem taxar as importações de grão e de farelo de soja.

Mas de qualquer forma, o Argemiro lembra que estes três cenários representam apenas tendências. Alerta ao produtor para que se mantenha sempre informado a respeito dos rumos da CEE, pois dela dependerá bons ou maus preços para a soja da próxima safra.



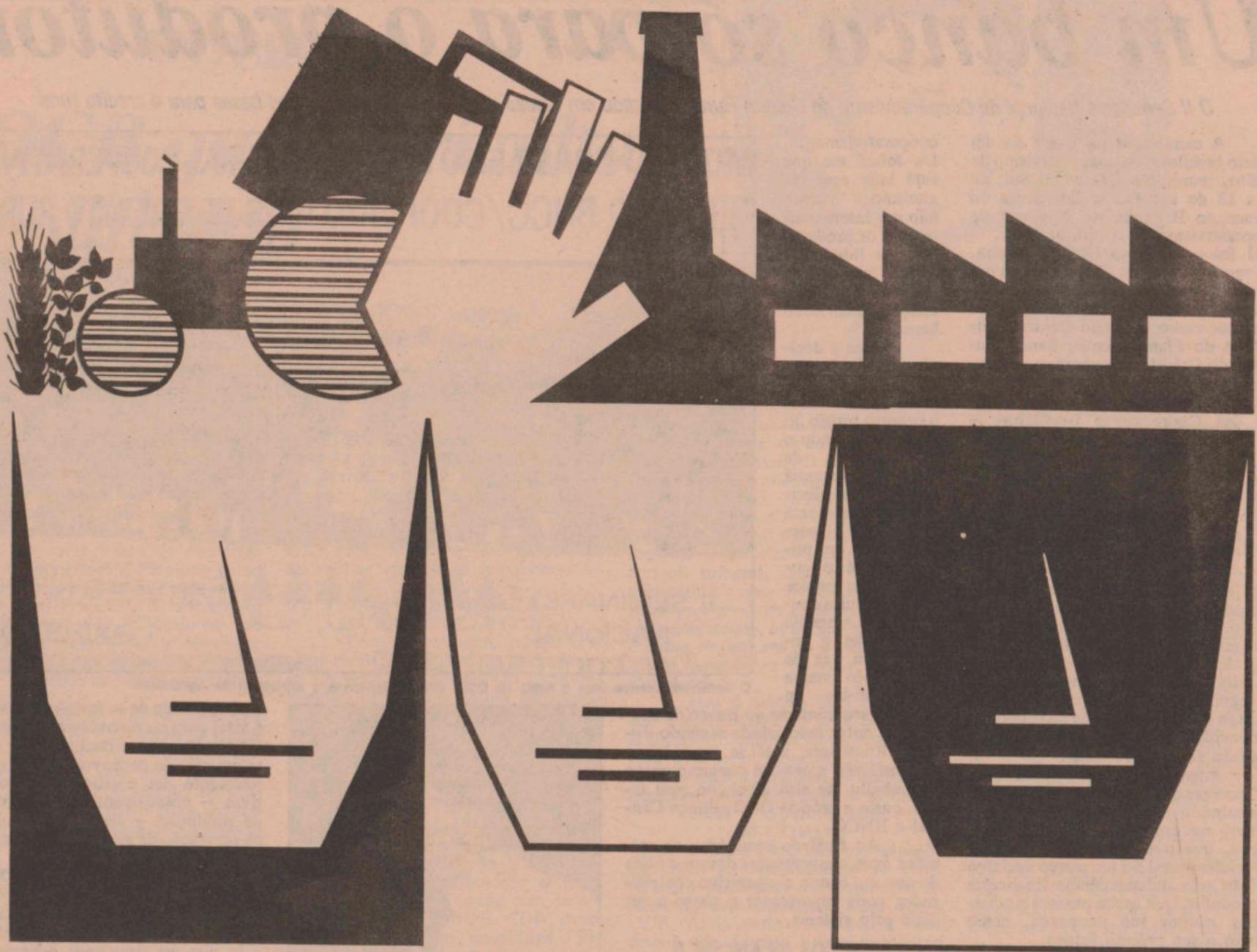
QUEM PLANTA JÁ COMPAROU.

Braskalb

**SEMENTES DE MILHO,
SORGO E GIRASSOL
HÍBRIDOS.**

Tecnologia Mundial em Sementes

Escritório Central: Rua Visconde de Taunay, 321
Cx. Postal 1741 - Telex 0191334 - BK BC BR
13023 - Campinas - SP - PABX: (0192) 324599



III EXPO-IJUÍ I FENADI

DIVERSAS VERTENTES FAZEM O RIO DAS GRANDES ÁGUAS

EXPOSIÇÃO-FEIRA e FESTA CULTURAL

Agropecuária • Indústria • Comércio
Artesanato • Culturas Diversificadas

10 A 19 DE OUTUBRO DE 1987

PARQUE REGIONAL DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES ASSIS BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUÍ
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IJUÍ

IJUÍ-RS

Um banco só para o produtor

O II Seminário Nacional de Cooperativismo de Crédito Rural, realizado em Caxias do Sul, em agosto, lançou bases para o crédito rural.

A caminhada na busca de um modelo brasileiro de cooperativismo de crédito, reuniu em Caxias do Sul, de 11 a 13 de agosto, as lideranças do sistema no II Seminário Nacional de Cooperativismo de Crédito Rural. O local foi o espaçoso Hotel Samuara, que recebeu mais de 300 cooperativistas de diversos estados do país, além de autoridades e representantes de organismos como o Banco Central, Ministério do Planejamento, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Secretaria da Agricultura, entre outros.

A realização foi da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, com o apoio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Ministério da Agricultura e da Senacop, Secretaria Nacional de Cooperativismo, sendo organizado pela Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul — Cocecrer.

Qualificado como um "verdadeiro ato de fé na união que estabelecerá nosso grandioso futuro" — no dizer do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues, o seminário estabeleceu as bases para um cooperativismo integrado. É, segundo o líder cooperativista, "a semente da independência da economia agropecuária brasileira, que retira seu oxigênio do cooperativismo".

Ademar Schardong, presidente da Cocecrer e que presidiu a instalação do seminário, declarou ao final dos trabalhos, em entrevista coletiva à imprensa, que o II Seminário Nacional de Crédito Rural foi um marco decisivo na luta pela independência financeira do produtor, que assim passará a administrar melhor sua poupança, construindo o seu próprio futuro.

O presidente do BNCC, Dejanir Dalpascuale, um dos painelistas do seminário, encareceu no pronunciamento a necessidade do cooperativismo se manter unido para superar as dificuldades que entravam seu crescimento. "O importante é que não nos dispersemos, pois só unidos seremos fortes, até indestrutíveis", enfatizou.

Alertou para as investidas anti-cooperativistas dos que tentam solapar as bases do sistema através da divisão de forças. Contra esses agentes da discórdia é necessária a união de todos os verdadeiros cooperativistas. Deu como exemplo os inúmeros obstáculos que vêm sendo enfrentados pelo grupo de trabalho criado pelo Banco Central, que tem a finalidade de estudar e sugerir medidas de interesse do cooperativismo.

SISTEMA QUER CRIAR UMA NOVA IDENTIDADE

Os seminaristas buscaram, de maneira homogênea, pelo que se observou nos diversos grupos de trabalho, a criação de uma nova identidade para o cooperativismo de crédito rural. A intenção é que venha resultar em segurança para o sistema em todos seus níveis. O trabalho dos diferentes grupos levado à sessão plenária, apesar de suscitar intensos debates dos participantes, acabou aprovado por maioria absoluta, com destaque para os seguintes itens principais: existência de uma central cooperativa por estado, convergindo para uma confederação nacional, que poderá ser sediada em Brasília, e a formação de um banco de cúpula para o sistema. Esse banco poderá ser o próprio BNCC, desde que seja sob controle acionário e administrativo do

cooperativismo. Da forma em que está hoje esse organismo parece não ser interessante para os produtores. As lideranças estão falando da possibilidade de criação de um novo banco.

Mas a decisão final vai depender de dois fatores. De um lado, o próprio futuro do BNCC. Segundo o presidente da OCB, o amanhã desse estabelecimento é ainda uma incógnita. Quem tem falado em privatizá-lo é o governo, mas parece que sem muita convicção. E ninguém duvida que o governo, em vez de privatizá-lo venha a extingui-lo, ou passar o seu controle ao Banco do Brasil. Por outro lado, ainda segundo Roberto Rodrigues, está-se dependendo da conclusão a que vai chegar o grupo de trabalho de alto nível, do qual fazem parte a própria OCB, Banco Central e BNCC.

Ao final do seminário, as opiniões mais convergentes davam a idéia de que um banco cooperativo centralizador pode representar o passo a ser dado pelo sistema.

MODELOS FRANCÊS E ALEMÃO SERVEM DE INSPIRAÇÃO

O painel apresentado pela Cocecrer, na manhã do dia 13, que reuniu Ademar Schardong, Algenor Pagnussatto e Pery Marzullo, começou por apresentar uma visão mundial do cooperativismo, ao destacar três países onde o sistema tem significativa importância no conjunto de suas economias: Alemanha Ocidental, França e Estados Unidos. Na Alemanha, onde surgiu no ano de 1860, implantado pelo padre Raiffeisen, o cooperativismo de crédito rural conta atualmente com 3.714 caixas locais, 11 caixas centrais e um banco central cooperativo, com 19.500 agências, por toda a República Federal.

E o sistema de crédito rural cooperativo da França, que financia 74 por cento das necessidades da agricultura do país, pode ser considerado a maior organização bancária do mundo, segundo revelou Ademar Schardong. Possui três mil caixas de crédito conectadas por 94 centros regionais, 4.631 escritórios permanentes, 4.159 escritórios periódicos e 3.970 unidades móveis de atendimento.

O sistema francês tem como órgão máximo a Caixa Nacional de Crédito Agrícola, um estabelecimento do governo, embora sujeito ao comando das cooperativas, que têm voto majoritário na administração. O perfil mostrado pelos painelistas ainda aprovou os sistemas de crédito rural cooperativos vigentes nos Estados Unidos e na Holanda, onde igualmente têm participação muito atuante no conjunto de suas economias.

MODELO BRASILEIRO DE CRÉDITO RURAL COOPERATIVO RELAÇÃO BNCC/COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL



II SEMINÁRIO NACIONAL DO COOPERATIVISMO Samuara Alfred Ho Caxias do Sul

O Seminário contou com o apoio da OCB, BNCC, Senacop e Ministério da Agricultura



Ademar Schardong

SOLTANDO AS AMARRAS DO DESENVOLVIMENTO

O presidente da OCB, que fez a palestra de abertura do seminário, disse que a semente da independência da agricultura brasileira é o cooperativismo de crédito e este não pode ser ignorado. Ressaltou que "o que nós estamos fazendo aqui é um verdadeiro ato de fé, plantando uma semente, a qual talvez só nossos filhos irão colher os frutos. Roberto Rodrigues evidenciou muito bem a expectativa que cercou, desde o início, as decisões tomadas no II Seminário Nacional de Cooperativismo de Crédito Rural. Para ele,

a necessidade de se fortalecer o sistema é vital para o desenvolvimento do país. Enfatizou que o Brasil somente soltará as amarras do desenvolvimento quando realmente der condições às cooperativas — notadamente as de crédito e de produção — de se desenvolverem na prestação de serviços aos seus associados.

O QUE FOI DECIDIDO

Com o voto contrário dos representantes de São Paulo e Rio de Janeiro (canavieiros), ficou estabelecido que em dois anos deverão estar formadas centrais de crédito cooperativo rural nos estados. Para a formação de uma central tem que existir pelo menos três cooperativas singulares. Os paulistas e fluminenses reivindicaram o direito de formar mais do que uma central por estado, mas foram vencidos pela maioria, que votou por apenas uma central estadual. O argumento determinante contra a tentativa de pluralizar as centrais estaduais foi de que, com isso, se estaria estimulando a formação de facções políticas que poderiam dividir o sistema. A maioria votou pela formação de apenas uma única central em cada estado e um banco centralizador.

Para Ademar Schardong, presidente da Cocecrer e organizador do II Seminário Nacional do Cooperativismo de Crédito Rural, foram dados passos muito importantes para a consolidação e expansão do cooperativismo de crédito, como resultante do seminário.

SEMENTES DE MILHO COTRIJUÍ

PLANTE O QUE É NOSSO

CONSULTE O DEPARTAMENTO TÉCNICO



COTRIJUÍ
RUA DAS CHÁCARAS, 1513
FONE 332-2400
RAMAL 304
98.700 - JUÍ - RS

ENTREVISTA

OCB quer agricultor politizado

Para Roberto Rodrigues, presidente da OCB, o sistema cooperativista precisa de uma maior dimensão política para conseguir alcançar seus objetivos. A má vontade para com o cooperativismo tem ocasionado sérios prejuízos para o País.

"São dois os maus juízos a travar o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. O socialismo radical vê a expansão do cooperativismo como instrumento do fortalecimento do capitalismo, enquanto que o capitalista radical o vê como forma de socializar os meios de produção. Pensado como sanduíche entre esses dois enfoques, o sistema vem lutando para sobreviver e crescer, vencendo as barreiras que são impostas com mão de ferro por uma sociedade organizacional acostumada a privatizar os lucros e socializar os prejuízos".

A afirmação é do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, agrônomo e agropecuarista Roberto Rodrigues, que vem desenvolvendo uma gestão no sentido de conquistar espaços políticos mais participativos para a categoria que representa. Ele esteve recentemente em Caxias do Sul, participando do II Seminário Nacional do Cooperativismo de Crédito Rural, realizado no Hotel Samuara nos dias 11, 12 e 13 de agosto.

Para o líder cooperativista nacional, resulta que temos absoluta necessidade de fazer o sistema crescer em uma maior dimensão política, sem o que não atingirá jamais seu objetivo. Entende que essa má vontade, quase rejeição de determinados setores para com o cooperativismo, tem ocasionado inúmeros prejuízos para o país.

E o que falta de autonomia e vitalidade política para o cooperativismo, resulta também em fraqueza da economia agropecuária como um todo. Ao longo dos últimos 40 anos se observou no Brasil uma sistemática drenagem de recursos da agricultura — que era o único setor então capitalizado da economia — para desenvolver o setor urbano industrial, de tal forma que a agricultura acabou subsidiando a montagem da programação industrial interna, principalmente em sua primeira fase. E esse processo de "drenagem" se fez através de um funil, que é o sistema financeiro. E este acabou segurando a nata de todo o processo,

sendo hoje o setor de maior desenvolvimento na economia brasileira. Penso que é urgente que se faça reverter esse processo. Ao invés da agricultura continuar cedendo recursos para o desenvolvimento do setor urbano industrial, esses recursos devem ficar na própria agricultura através de seu sistema de crédito rural cooperativo.

TUDO PRIVILEGIA O "ESPECULATIVO"

Esse procedimento vai ajudar o setor rural a se capitalizar, promovendo um verdadeiro impulso do desenvolvimento rural, com melhor remuneração ao trabalhador e criando um mercado para o consumo de produtos industrializados, que hoje é muito frágil, praticamente inexistente.

Roberto Rodrigues argumenta que as normas do Banco Central praticamente inviabilizam o crescimento do cooperativismo de crédito rural do Brasil. Proíbe a remuneração de depósitos a prazo, o que significa que as CCR ficam impedidas de operar com cadernetas de poupança, RDB, CDB, overnight, etc. Com isso, inviabiliza o depósito à vista e até o depósito a prazo nas cooperativas de crédito. E numa política de total privilégio ao capital meramente especulativo, impede também a própria compensação de cheques de cooperativas no sistema bancário.

Esse problema foi contornado graças a compreensão e boa vontade do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC, que enfrentando até ameaças de punições do Banco Central, contrário à medida, passou a prestar o referido serviço. Mas as CCR não podem também instalar postos avançados, só podem captar em suas respectivas sedes. Resulta que com todo esse cerceamento de liberdade operacional, elas ficam impedidas até mesmo de atender seus próprios associados que residem em localidades afastadas da sede.

O cooperativismo de produção só se desenvolve com pujança quando pode contar com o cooperativismo de crédito. Daí resulta em grande parte,

o excelente nível de desenvolvimento dos países europeus. O crédito a juros compatíveis é a alavanca do desenvolvimento de uma agricultura rentável e segura. Em país de clima instável como o Brasil, só a disponibilidade de recursos financeiros mais o seguro agrícola integral, darão a segurança e tranquilidade que os produtores necessitam para produzir. É assim nos países mais adiantados, de sólidas economias, e assim deverá ser no Brasil, se realmente desejarmos ter uma economia equilibrada.

Mas é preciso ficar bem claro que o cooperativismo de crédito, por si só, não é nenhuma tábua de salvação para o sistema cooperativista, ressaltou Roberto Rodrigues. O que se faz necessário é um conjunto de medidas.

OCB E UDR: NADA EM COMUM

Sobre a propalada participação da OCB na manifestação da UDR (União Democrática Ruralista) em Brasília, Roberto Rodrigues disse que a OCB, como entidade nacional, nada teve a ver. Quanto a participação de segmentos do cooperativismo na passeata, não vê nada de mais, pois cada um é dono de seu próprio nariz.

Pessoalmente, concorda com a manifestação dos produtores, pois quanto mais organizados eles estiverem, melhor. Mas não concorda com o uso do nome da OCB, que até mesmo ignorava que a UDR fosse usar de tal expediente. Ocorre que o presidente da Organização das Cooperativas de Minas Gerais, Paulo Roberto Bernardes, é vice-presidente da UDR e participou da passeata, mas o fez em nome pessoal e não como titular da entidade que preside. Essa foi a origem da confusão e do mal entendido, disse Roberto Rodrigues.

É PRECISO PROFISSIONALIZAR OS PRODUTORES RURAIS

A OCB está integrada em todos os segmentos legítimos da sociedade produtora organizada do país. Estamos em consonância com as aspirações da

Sociedade Rural Brasileira e federações de agricultura de todos os estados do país. Podemos dizer que, no conjunto, representamos todos os segmentos da produção primária, pequenos, médios e grandes produtores. Ninguém é da UDR.

O que fez a Frente Ampla surgir foi a sensação de desunião da agricultura e a falta de representatividade, reclamada pelo próprio setor sindical. Roberto disse já ter discutido esse assunto com o Flávio Menezes (presidente da Sociedade Rural Brasileira); com Ary Marimon (presidente da Farsul) e com Antonio Ernesto Salvo (presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais), e todos concordam que o produtor rural precisa politizar-se e profissionalizar-se mais.

UMA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA

A OCB tem dado sua contribuição não só na produção de alimentos mas também no encaminhamento de propostas de solução para problemas crônicos. Já encaminhamos um projeto de reforma agrária ao ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire e ao presidente do Incra.

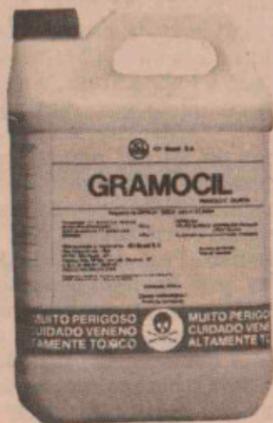
A reforma que propomos — ainda sem resposta daquelas autoridades, consiste no seguinte: o Incra desapropriaria uma propriedade e encaminha a questão para a OCB. Técnicos da OCB verificam a vocação natural da terra e qual a atividade ideal. Em seguida a OCB mobiliza a cooperativa mais próxima (que seja de produção rural) para providenciar o assentamento dos agricultores. O convênio é assinado entre a cooperativa e o Incra, sob a legislativa prevista no Estatuto da Terra.

Partimos do princípio de que a cooperativa deva se instalar para depois promover o assentamento. É a inversão do processo. Pela proposta da OCB o produtor já vai começar integrado, com regras estabelecidas. Acharmos que esse é meio caminho andado para dar certo, finalizou o presidente da OCB. (Por Raul Quevedo).



Roberto Rodrigues

PLANTIO DIRETO É CARO? COM GRAMOCIL NÃO É.



DEFENDA-SE DO MATO



ICI Brasil S.A.
Divisão Agrícola
Rua Verbo Divino, 1356 - CEP-04719
Tel.: (011) 525-2322 - São Paulo - SP.



É mais uma opção para a região

Luiz Volney de Mattos Viau

O girassol está entre as cinco principais culturas de sementes oleaginosas — soja, algodão, amendoim e colza. A Rússia, os Estados Unidos e a Argentina são os maiores produtores, contribuindo com 60 por cento da produção mundial.

Em termos gerais, a cultura do girassol poderia fazer parte de nosso sistema de produção, após a observação de sua capacidade produtiva e sua adaptabilidade em nosso ambiente. Também se faz necessário a observação dos seguintes fatores:

- O óleo de girassol é combustível de boa qualidade. Contém um elevado teor de ácidos graxos poli-insaturados, fator importante do ponto de vista nutricional. O óleo refinado de girassol é de cor amarela clara e caracteriza-se por possuir alta concentração de ácidos graxos insaturados, principalmente ácido linoleico e oleico, um baixo nível de ácido linolênico, menos de 15 por cento de ácidos graxos saturados. A composição de ácidos graxos do óleo de girassol o torna desejável como óleo comestível, dadas as evidências de que ácidos graxos saturados aumentam os níveis de colesterol no sangue e a incidência de problemas cardíacos.

- O girassol pode apresentar teor de óleo superior a 50 por cento. O rendimento dos grãos é superior a dois mil quilos por hectare, o que confere alta produção de óleo por hectare.

- Produz uma torta com 36 por cento de proteína de elevado valor biológico, altamente digestível para uso em ração animal;

- É uma planta melífera; produzindo 20-40 quilos de mel por hectare;

- O maior interesse do girassol em nossa região é a possibilidade do seu plantio em agosto, podendo, portanto, serem realizadas culturas na mesma estação de crescimento — girassol/soja; girassol/milho; girassol/sorgo ou girassol/feijão;

- O girassol tem a propriedade de produzir substâncias alelopáticas que poderiam, dentro de um sistema de rotação, reduzir a infestação de algumas invasoras. Estudos realizados no Centro Nacional de Pesquisa da Soja — Londrina — revelam que a combinação girassol/centeio proporcionou significativo controle de ervas daninhas.

- A indústria tem demonstrado interesse no girassol, isso em razão do melhor aproveitamento da sua capacidade ociosa, que no Brasil chega a 50 por cento.

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

O girassol é uma planta anual, de polinização cruzada, com adaptação a diferentes climas e solos. Apresenta uma boa resistência ao frio e a períodos de seca. Apesar de ser uma cultura de primavera-verão, nas condições do Rio Grande do Sul, pode ser cultivado desde agosto até janeiro. Excesso de chuvas e muitos dias nublados durante o florescimento podem acarretar considerável quebra na produção.

É uma cultura que requer solos férteis, profundos e com boa drenagem. É conhecida como uma planta resistente a seca, porém, em dois períodos a falta de água acarreta acentuado decréscimo na produção: o que vai da formação da inflorescência até o início do florescimento, e do final do florescimento até a maturação fisiológica.



O girassol pode ser semeado de agosto a janeiro

É bastante sensível à acidez do solo e resistente à alcalinidade.

IMPLANTAÇÃO

Implantação do solo — O sistema radicular do girassol, do tipo pivotante, apresenta baixa capacidade de penetração, porém, se não encontra obstáculos pode explorar o solo em profundidades superiores a 100 centímetros. O preparo do solo deve ser o convencional, constando de aração e gradagem.

Calagem — O girassol é bastante sensível à acidez do solo. Em solos ácidos, ocorre má germinação, entortamento da raiz pivotante, mau desenvolvimento das raízes secundárias, com conseqüente diminuição no desenvolvimento da planta e no rendimento de grãos.

Adubação Mineral — Para a recomendação de nutrientes é indispensável uma análise do solo. Resultados de pesquisa em Latossolo Roxo, em Londrina, e conduzida durante três anos, indicam como mais eficientes a aplicação de 40 quilos de Nitrogênio por hectare, sendo um terço na semeadura e dois terços aplicados 50 dias após a germinação. Quanto ao fósforo e o potássio, as doses mais eficientes foram 40 quilos e 60 quilos por hectare respectivamente. O girassol também é exigente em boro. Em caso de deficiência, recomenda-se a aplicação de um quilo por hectare.

Semeadura — Tem-se utilizado máquinas para o plantio de milho com sistema de distribuição de discos e pneumáticos, que permitem melhor uniformidade na distribuição e germinação das sementes. No plantio de pequenas áreas, pode-se utilizar o saraquá.

A semente deve ser coberta, no máximo, com uma camada de cinco centímetros de terra. Por ser o girassol de desenvolvimento rápido, diferenças de velocidade de emergência das sementes são importantes e podem reduzir a produção. A regularidade da emergência depende, em parte, da regularidade da profundidade da semeadura. Sob condições adequadas de umidade e temperatura, a emergência estará completa sete dias após o plantio.

A densidade ideal situa-se ao redor de 50 mil plantas por hectare. A quantidade de semente varia de quatro a cinco quilos por hectare e o espaçamento entre fileiras de 70 a 100 centímetros. Para densidade de 50 mil plantas por hectare e espaçamento entre fileiras de 70 centímetros, a distância entre plantas na linha deverá ser de 28,5 centímetros, na semeadura mecanizada. Normalmente usa-se 5-6 sementes por metro linear para compen-

sar perdas no momento da germinação. Se o plantio for feito com saraquá, utilizar 2-3 sementes por cova.

Época de semeadura — Nas condições do Rio Grande do Sul o girassol pode ser semeado desde agosto a janeiro. No entanto, resultados de pesquisas tem indicado que o rendimento de grãos decresce à medida que se retarda a época da semeadura. Ela também influi no teor de óleo no grão. As semeaduras de agosto e setembro são as que têm propiciado os maiores teores de óleo no grão. A semeadura do cedo ainda determina a menor incidência de moléstias e de pragas, além da menor probabilidade de ocorrência de períodos com deficiência hídrica durante o ciclo da planta.

Cultivares recomendadas — A Cotrijuf irá conduzir lavouras experimentais com os híbridos DK 180 e Conti 711. Entretanto, face ao comportamento de variedades de polinização aberta — Issanka, IAC-Anhandy

e Caburá-INTA —, a Cooperativa dispõe de pequena quantidade de sementes destes genótipos que serão multiplicados e avaliados no CTC.

Tratos culturais — O girassol necessita permanecer livre de ervas daninhas até cerca de 40 dias após o plantio. Trabalhos conduzidos pelo CEP-Fecotriga demonstram que melhor resposta no rendimento do grão foi alcançado quando o controle de ervas daninhas foi feito até 20 dias após emergência.

Rotação de culturas — A moléstia *Sclerotinia Sclerotiorum*, comum na soja, pode atingir o girassol. Portanto, é preciso alguma precaução no sucesso girassol-soja. Trabalhos do CNPSoja indicam como melhor sucessão girassol-milho.

Pragas — No Paraná, a lagarta do girassol foi considerada, nos últimos quatro anos, a praga de maior dano econômico para a cultura. Trabalhos realizados demonstram que lavouras com desfolhamento até 25 por cento no estágio vegetativo não requer controle.

Moléstias — Em São Paulo, a altermaria tem sido um problema, enquanto que no Paraná a sclerotinia foi responsável pelo desestímulo dos produtores pela cultura.

Colheita — O ideal é fazer a colheita quando a umidade dos grãos atingir 14 por cento. Considera-se uma cultura de ponto de colheita quando os capítulos se tomam de coloração marrom, as flores caem descobrindo os grãos e as folhas da base e do meio da planta secam. A colheita pode ser manual ou mecânica.

● **Luiz Volney de Mattos Viau é engenheiro agrônomo e pesquisador do Centro de Treinamento da Cotrijuf.**

TABELA: Características agrônomicas e rendimentos de grãos (kg/ha) de genótipos de girassol cultivados em agosto

Genótipo	Ciclo (Dias)	Cor do Grão	Óleo (%)	Estatura (cm)	Rendimento de Grãos (kg/ha)			Média
					1 84/85	1 85/86	2 86/87	
DK-180	139	Rajado	38	155	2316	—	3234	2775
Conti-711	123	Preta	44	135	1777	1800	2850	2142
Issanka	111	Preta	42	135	2310	1505	2354	2053
Iac-Anhandy	137	Preta	—	165	1744	1703	2804	2085

1/ Dados de rendimento de grãos obtidos em Santo Augusto (RS). Secretaria da Agricultura.
2/ Dados de rendimento de grãos obtidos em Chapecó (SC). CPPP.

Husqvarna

A fera das moto-serras



- Eletrônica
- Mais rápida no corte
- Menor vibração
- A única com trava automática de segurança.

A venda na
COTRIJUF e suas filiais
Distribuidor para a Região Sul

Nova Santa S.A.

Máquinas e Ferramentas
Fone: 42-5955 - Porto Alegre

COOPERATIVISMO & GUIA RURAL ABRIL.

As melhores armas para o produtor defender o seu negócio e o seu lucro.

SERVIÇO DE ASSINATURAS

São Paulo	: (011) 823.9222	Florianópolis	: (0482) 22.7982
Belo Horizonte	: (031) 226.3735	Porto Alegre	: (0512) 33.9034
Brasília	: (061) 226.6963	Recife	: (081) 224.6175
Curitiba	: (041) 263.3013	Rio de Janeiro	: (021) 295.5544
		Salvador	: (071) 235.5037

Com o cooperativismo surge a união de interesses e a força de representação do produtor rural. Com a revista Guia Rural Abril ele tem a indispensável informação para tocar o seu negócio com segurança: a informação útil, prática e confiável da mais completa publicação brasileira do setor. Todo o final de mês a revista Guia Rural Abril apresenta as tendências do mercado agropecuário, inclusive do exterior. As decisões governamentais que influenciam a política agrícola. A cotação dos principais produtos. As técnicas e as práticas alternativas de preparo do solo, do plantio e da colheita.

A utilização correta e a manutenção de máquinas e equipamentos. O mercado de leilões. Os cuidados com a criação e a saúde dos animais. São reportagens e matérias que cobrem o território nacional pois a revista Guia Rural Abril é a única publicação especializada que mantém repórteres e colaboradores permanentes em todos os centros agropecuários importantes. Cooperativismo e Guia Rural Abril: duas poderosas armas para o produtor rural enfrentar o tiroio da política, da economia e das adversidades naturais do campo.

Saque rápido! Você encontra a revista Guia Rural Abril todo o fim de mês nas bancas de todo o Brasil.



A Editora Abril
Garante

Guia Rural

A INFORMAÇÃO QUE ORIENTA

JÁ NAS BANCAS!

Alimento a ser "descoberto"

Para o diretor de Safras & Mercados, a soja é um alimento ainda a ser "descoberto" pelo brasileiro.

Ao contrário de algumas informações pessimistas que argumentam em termos de uma súbita queda no consumo mundial, a soja tem crescido no mercado e as perspectivas são as melhores possíveis num futuro imediato. Seja pela cada vez maior multiplicidade de uso em termos de consumo humano, seja pelo seu crescimento em volume na alimentação animal, a soja tem acompanhado não só crescimento vegetativo da população mundial como até mesmo superado, em alguns casos, nos últimos 30 anos.

Temos uma população mundial crescente, cujos indicadores apontam para, pelo menos, seis bilhões de pessoas no ano 2000, um bilhão a mais do que temos hoje aqui a apenas 13 anos. Isso significa a necessidade de maior quantidade de alimentos, seja de proteínas nobres de origem animal ou de proteínas vegetais. E neste caso, só a soja tem condições de suprir a expansão das necessidades.

A tese é defendida pelo jornalista e editor Silmar César Müller, diretor responsável pela publicação Safras & Mercados, especializada em mercado agrícola nacional e internacional.

Ele prevê que a demanda terá caráter crescente, seja para o simples consumo animal, na condição de ração, seja para suprir a carência de proteína animal no ser humano, dado o custo mais elevado deste último alimento. Ressalta haver indicadores que apontam para a duplicação da demanda mundial do produto no final do século, a partir de um índice localizado nos anos 70. Quer dizer, num espaço de menos de 30 anos, a duplicação de um volume de 100 para 200 milhões de toneladas.

Para Silmar Müller, existem apenas três países para acompanhar a necessidade desse crescimento: os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil. Mas argumenta que os Estados Unidos estão reduzindo, paulatinamente, a área de plantio. Para ele, trata-se de uma tendência que pode ser caracterizada como histórica.

META É A MAIOR PRODUTIVIDADE

Já foi alcançado um patamar de área no país e só muito dificilmente será superado a curto ou médio prazo. Até mesmo porque os espaços físicos naquele país estão se estreitando para a produção agrícola. O crescimento da produção americana dar-se-á só em termos de maior produtividade. É certo que eles partirão para esta possibili-



Silmar Müller: escala maior de produtividade, que aliás é perfeitamente factível.

Na Argentina dá para sentir a mesma coisa. Eles já emparelham com os Estados Unidos em termos de produtividade e deverão manter a tendência. Silmar Müller revelou ter estado há pouco naquele país e pode constatar que os espaços ali estão muito limitados. Além disso eles pretendem ampliar a pecuária. Pensa que já na próxima safra a redução dos espaços para a soja vai ser realidade. Sentiu que a soja, limitada, vai disputar espaços com a lavoura de milho e sorgo, mas não com os campos, que serão preservados para o gado.

A Argentina, que já conquistou uma produtividade de 2.500 quilos por hectare nas áreas mais nobres e a média geral de 2.100 quilos, muito superior a média brasileira.

O que sobra para aumento horizontal da soja é o Brasil, que ainda tem espaços em termos de fronteira agrícola, talvez não no Rio Grande do Sul, mas notadamente no centro oeste. Mas desde já precisamos perseguir uma escala maior em termos de produtividade. Isso é perfeitamente viável através do uso adequado da tecnologia. Depende mais de decisões políticas do governo e de impulsos de cunho empresarial.

DEPENDÊNCIA DE MERCADO EXTERNO

Silmar Müller concorda que o ponto fraco da soja brasileira é a dependência de situar-se na esfera do mercado externo, em vista do fraco consumo interno. Essa realidade, diz ele, torna o produto ainda mais dependente de decisões políticas.

Existe a tendência de crescimento de demanda, que lhe parece tranquila durante os próximos 10 ou até 15 anos. E o Brasil tem grandes possibilidades de ocupar o espaço que os principais países concorrentes forçosamente deixarão em aberto.

O ideal é que o Brasil aumente o consumo interno, por duas razões fundamentais importantes. Primeiro, porque tem grande mercado com carência de proteínas. 65 por cento da população — e este é um dado de consenso indiscutível — está situada naquela faixa que vai da pobreza, em seus diversos níveis, até a miséria absoluta. Significa que existe um espaço imenso a ser conquistado. Essa população que não tem poder aquisitivo para consumir proteínas de origem animal, pode, perfeitamente, ser suprida com a proteína da soja, principalmente se conseguirmos reduzir os custos de produção via aumento da produtividade. Esse dado é tanto mais importante se conside-

ramos que 65 por cento da população significa 90 milhões de brasileiros.

É PRECISO DIVULGAR QUALIDADES DA SOJA

Temos praticamente um quarto de nossa população na periferia. Por que não estimular o consumo da soja junto a essa gente, que geralmente é mal nutrida? Citou os exemplos dos Estados Unidos e da China, verificando como é grande o consumo do grão naqueles países, tanto diretamente, na base de proteína texturizada — bifes, hamburgers, sopas e mingaus, sucos, sorvetes, e também indiretamente, através da transformação em proteína animal.

Silmar relatou que na China a soja participa mais como alimento direto, desde tempos remotos. Eles consomem a soja in natura da mesma forma que nós consumimos aqui o feijão preto comum.

Há no Brasil um certo complexo a respeito da soja, que é totalmente improcedente, disse. Se a soja causasse males ao organismo humano — advertiu — os chineses já teriam desaparecido da superfície da terra.

Disse que "Safras & Mercado" vem fazendo um trabalho de divulgação da soja como excelente alimento natural, por entender que é importante a criação de uma consciência nacional a respeito do produto. Há pouco promoveu em São Paulo o III Ciclo de debates sobre perspectivas da soja, onde um dos objetivos era difundir a idéia da soja como alimento salutar e rico em propriedades calóricas e proteicas. Participaram do seminário — como convidados, um especialista chinês e outro norte americano, quando forneceram detalhes sobre a excelência do produto para consumo humano. Disse que os técnicos estrangeiros ficaram admirados da soja não ter maior consumo pelo povo brasileiro.

Sobre o gosto característico do paladar da soja, revelou que estão sendo desenvolvidas espécies isentas da enzima que transmite o referido sabor. A Embrapa, localizada em Londrina, no Paraná, já desenvolve pesquisas de campo no sentido de ambientar as novas variedades.

Mas reclamou que a soja é discriminada em termos de recursos financeiros pelo próprio governo. Citou a lavoura de arroz, que recebeu financiamento de 100 por cento, enquanto o produtor de soja fica em torno dos 50 por cento de VBC, finalizou Silmar Müller. (Por Raul Quevedo).

Você sabe que ervas vão nascer? Não gaste antecipadamente. Espere e aplique Flex e Fusilade.

As ervas daninhas estão prestes a atacar a sua soja. Por isso, aplique os pós-emergentes ICI somente quando e onde as ervas aparecerem. Assim, você fica sabendo quais invasoras combater, tem a certeza da segurança para a sua soja e amplo espectro no controle de ervas. Além dessas vantagens, com Flex e Fusilade você reduz a erosão do solo.



ICI Brasil S. A.
Divisão Agrícola
Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
Tel. (011) 525-2322 - São Paulo - SP

CALENDÁRIO

Troca de soja por farelo

Uma novidade para o produtor associado da Cotrijuf para a próxima safra de verão: ele vai poder trocar a soja indústria por farelo de soja. Esta nova modalidade de prestação de serviço ao quadro social vai funcionar de forma bastante simples, esclarece o veterinário e gerente da Área de Produção Animal da Cotrijuf na Região Pioneira, o Paulo Garcez. "Basta apenas, explica, que o produtor faça a opção por ocasião da entrega do seu produto. Isto significa que ele vai reservar um saldo do seu produto entregue na Cooperativa para ser

trocado por farelo de soja no decorrer do ano. Para esclarecer melhor o produtor sobre essa modalidade, o Paulo cita um exemplo: se ele reservar 100 quilos de soja indústria, terá direito a 85 quilos de farelo de soja. Esta nova prestação de serviços adotada pela Cotrijuf, segundo o veterinário, vem atender uma antiga reivindicação do próprio quadro social. "A Cooperativa entendeu, diz, que oferecendo mais esta opção, ela estaria proporcionando ao associado a possibilidade de ter insumos suficientes para os animais da propriedade durante todo o ano,

Centro de Treinamento

O Centro de Treinamento da Cotrijuf, localizado no interior do município de Augusto Pestana, já recebeu, até o mês de agosto deste ano, um total, 744 eram agricultores, 664 técnicos e 334 estudantes. Só os cursos realizados no CTC já envolveram um total de 104 agricultores.

Entre as visitas que apareceram durante o mês de agosto, o responsável pelo setor de Treinamento e Educação do Centro, o Pedro Lufs Maboni, registrou a da Secretaria da Agricultura de São Luiz Gonzaga; a da Escola Agrotécnica de Concórdia, de Santa Catarina; a da Escola Estadual José Lang, de Augusto Pestana; a do núcleo de associados de Vista Gaúcha, da unidade de Tenente Portela e a do núcleo de associados de Linha 11 Leste, de Ijuí. Além dos cursos e dias de campos, foram realizados dois cursos: um sobre Cooperativismo para os formandos do Curso Agrotécnico do Imeab/Ijuí e o outro sobre Diversificação Agropecuária, para os filhos de associados das unidades de Ijuí, Santo Augusto e Coronel Bicaco. Um terceiro curso, sobre piscicultura e promovido em conjunto com o Senar, envolveu apenas agricultores.

OUTRAS VISITAS
Mas tirando as visitas de agricultores, estudantes e técnicos, o CTC recebeu, ainda este mês passado, a visita do diretor presidente do Banco Nacional Social, Carlos Lessa. Também visitaram o CTC: Clóvis Schwertner o CTC: Clóvis Schwertner, presidente da Emater no Rio Grande do Sul; Suimar Bressan, diretor administrativo da Emater/RS; Edmundo Schmidt, delegado substituto do Coordenador de Sementes Básicas da Secretaria da Agricultura do Estado; Carlos Cláudio Perdomo e Paulo de Brum, coordenadores do Programa Nacional de Pesquisa de Sufnos e Aves da Embrapa/Concórdia, Santa Catarina e de José Carlos Nascimento, coordenador do Programa Nacional de Pesquisa em Diversificação, da Embrapa/Brasília.

UM CONVÊNIO

Em agosto foi assinado o convênio entre CTC/Cotrijuf e Senar, no sentido de procurar melhorar o atendimento aos associados, principalmente nos aspectos de treinamentos e cursos, que continuam em andamento. Segundo Pedro Maboni, os agricultores interessados em participar de cursos desenvolvidos no CTC devem procurar suas unidades e, junto ao departamento técnico, providenciar na sua inscrição.

Seminário de diversificação

A Diretoria Agrotécnica da Cotrijuf, Região Pioneira, vem realizando, desde o dia 28 de agosto, vários Seminários sobre os programas de diversificação ora em andamento pela Cooperativa, com associados da região. "São ao todo 14 seminários, observa Léo Góbi, agrônomo e diretor Agrotécnico, que têm como objetivo ampliar a visão dos nossos associados em relação a todos os programas de produção desenvolvidos pela Cotrijuf. Queremos que o associado participe da discussão desses programas, buscando, em conjunto, os melhores caminhos para a diversificação na Cooperativa. Os Seminários já aconteceram em Jóia, Santo Augusto, Coronel Bicaco,

Barreiro - Ijuí -, Chiapetta, Augusto Pestana e Ajuricaba. Eles ainda vão ser realizados em Tenente Portela e nas localidades de Santo Antônio, Rincão dos Góbi, Floresta, Mauá e Linha 8 Oeste, em Ijuí. Em cada Unidade as discussões tomam o rumo das características da região. "Temos tido a preocupação de dar prioridade aos programas que interessam aos associados daquela região", observa Léo Góbi. Assim deverá acontecer em Tenente Portela, quando as discussões, certamente, desembocarão para o lado dos programas de fruticultura, suinocultura e leite.

Milho: recomendações de plantio

Luiz Volney Mattos Viau e Francisco Tenório Falcão Pereira

O milho teve a sua origem na América Tropical. Difundiu-se a partir da época do descobrimento por todos os continentes, graças a sua ampla adaptabilidade. É considerado a principal cultura da propriedade rural pela segurança que representa na alimentação da humanidade. Possui múltiplas utilizações, sem necessidade de uma industrialização mais sofisticada. Desta forma, pode ser transformado em carne, leite, ovos.

O milho possui facilidade de adaptação em diferentes condições climáticas e de solo. Sua produção, no entanto, depende da combinação desses fatores. Assim sendo, desenvolve seu potencial tanto mais quando melhores forem as condições do solo, disponibilidade de água, luminosidade e temperatura.

ÉPOCA DE SEMEADURA
A melhor época de semeadura deve possibilitar uma germinação normal da semente e evitar que o período de maior necessidade de água e luz pela planta (pendoamento, embonecamento) coincida com épocas de alta probabilidade de ocorrência de estiagem ou em dias mais curtos.

Recomenda-se a semeadura no cedo, porque a demanda evaporativa da atmosfera aumenta na primavera até o verão, atingindo o máximo na segunda quinzena de janeiro. Como o milho apresenta um máximo consumo de água durante o pendoamento-espigamento, uma semeadura mais cedo fará com que este período coincida com uma maior disponibilidade hídrica no solo, em comparação com uma época de semeadura mais tardia. Outras razões da semeadura no cedo é que a cultura sombreia o solo mais cedo, reduzindo a perda de água por evaporação, apresenta as raízes distribuídas mais profundamente no solo. Esse maior enraizamento significa maior capacidade de extração de água disponível.

DENSIDADE DE SEMEADURA
Uma das condições fundamentais para a obtenção de altos rendimentos é a população ideal das plantas, de maneira a utilizar mais eficientemente as disponibilidades ambientais, solo, fertilizantes e outros. Recomenda-se uma população em torno de 50.000 plantas/hectare. De modo geral deve-se usar espaçamento de um

metro entre linhas e uma densidade de 6 a 8 sementes por metro linear, para compensar possíveis perdas de germinação e ataque de pragas na emergência das plantas. A baixa densidade tem sido um dos fatores determinantes na redução do rendimento de grãos. Portanto, é importante que o produtor use a densidade recomendada.

CULTIVARES RECOMENDADAS
Além das cultivares híbridas disponíveis para plantio, a Cotrijuf tem avaliado o comportamento das variedades de polinização aberta, Empasc-151, Empasc-152, CEP-304. Estas variedades têm apresentado expressivo rendimento de grãos, revelando boa adaptação em nossa região. Também tem avaliado o comportamento de populações regionais denominadas "crioulas", no sentido de identificar e selecionar as que apresentam características aceitáveis para o plantio.

A Cotrijuf dispõe de sementes destas variedades, sendo importante que os produtores plantem parte de sua lavoura com estas cultivares para avaliar o seu potencial de produção.

ADUBAÇÃO
O milho é uma das culturas que melhor se adapta às diversas condições ecológicas. Seu rápido desenvolvimento faz com que a planta apresente já nas primeiras fases de crescimento uma elevada demanda de nutrientes facilmente assimiláveis.

O milho não tolera solos ácidos, como também é uma cultura que responde à aplicação de nutrientes. Uma boa adubação de Nitrogênio, Fósforo e Potássio, garante bom rendimento, quando os demais fatores de ambiente são favoráveis à cultura. Com relação ao Nitrogênio, deve-se fracionar sua aplicação, ou seja, colocar um terço ou um quarto por ocasião da

semeadura e o restante quando as plantas estiverem com 40 a 60 centímetros de altura.

PLANTAS INVASORAS
As plantas invasoras competem com o milho, principalmente em relação a água, luz e nutrientes. A competição é maior durante a fase inicial de desenvolvimento da cultura, sendo mais crítico o período dos 20 aos 40 dias.

O controle das plantas invasoras normalmente é feito através de capinas manuais ou mecânicas e pela aplicação de herbicidas. No caso do controle químico é necessário conhecer as invasoras predominantes na área. A quantidade a ser usada por hectare dependerá do herbicida, do tipo de solo e do grau de infestação. No caso do uso de herbicida deve-se sempre ter o máximo de cuidado para evitar problemas de intoxicação para o aplicador e resíduos no produto colhido. Sempre que possível recomenda-se o uso de capinas, manual ou mecânica.

PRAGAS
Muitas pragas estão associadas a cultura do milho e provavelmente são as que apresentam maior número de inimigos naturais. Geralmente o desequilíbrio biológico favorece a proliferação das pragas em índices capazes de causar prejuízos econômicos.

Quando a população da praga, respondendo a condições favoráveis, aproxima-se do nível de dano econômico, os pesticidas são geralmente o único meio capaz de reduzir o seu nível populacional. Uma vez reduzida a população a um nível aceitável, sem danos, o controle com inseticidas deve ser suspenso.

* Luiz Volney de Mattos Viau e Francisco T. Falcão Pereira são agrônomos e coordenadores do programa de Milho da Cotrijuf na Região Pioneira.

	Época de Semeadura		Ciclo das Cultivares
	Recomendada	Preferencial	
I	15.08 a 15.11	15.09 a 15.10	Precoces
	01.09 a 15.11	01.09 a 30.10	Tardios
II	20.08 a 15.11	10.09 a 15.10	Precoces
	01.09 a 15.11	10.09 a 30.10	Tardios
III	01.09 a 15.11	15.09 a 15.10	Precoces
	01.09 a 15.11	01.09 a 30.10	Tardios
IV	15.09 a 30.11	01.10 a 15.11	Precoces
	15.09 a 15.12	15.10 a 30.11	Tardios

Rumo às discussões finais

Com muitas críticas e correndo o risco de alguns atrasos no seu calendário, a Constituinte passa, agora, por uma ampla fase de discussão, onde as negociações terão um peso fundamental. No atual substitutivo do relator Bernardo Cabral, o capítulo destinado a reforma agrária é um dos tantos temas que está na ordem de prioridade das negociações, como um dos mais polêmicos.

Projetada no papel ou buscada na própria terra, a reforma agrária tem sido alvo de críticas de todos os setores ligados a questão. Enquanto permanece inalterada na prática, apesar das pressões do movimento dos sem terra, na Assembléia Nacional ela já começa a ser esboçada, muito embora, o seu texto final, que deve ser votado a partir do dia 20, dependa das negociações parlamentares, que deverão escriturar uma nova ordem constitucional para um dos maiores problemas econômicos e sociais do País.

Apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, o atual projeto da nova Constituição, é nesta fase, um substitutivo do anterior, que no caso da reforma agrária, apresentou um caráter extremamente conservador. Longe de atender as reivindicações das entidades como o Movimento dos Sem Terra, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e parte da Igreja, o projeto se refere a questões importantes como o prazo de imissão de posse das terras desapropriadas. Este item, no entanto, como outros deverão ser debatidos e poderão sofrer modificações, uma vez que parlamentares apresentarão outras emendas e um novo substitutivo, ou um novo anteprojeto deverá ser votado pela Comissão de Sistematização, no dia 10 deste mês.

As questões mais divergentes entre os grupos de parlamentares conservadores, que estão representando os interesses do latifúndio e o grupo formado por parlamentares do PDT, PT, PSB, PC do B, PCB e alguns parlamentares do PMDB, serão objeto também de emendas coletivas, deste último grupo, que também está pleiteando a votação nominal do projeto pela Assembléia.

GRANDES DIVERGÊNCIAS

Capítulo que tem conseguido a rejeição de todos os interessados no assunto, a reforma agrária do projeto de Bernardo Cabral tem sido classificada de demagógica pela União Democrática Ruralista, UDR e de defasada pelos grupos pró-reforma, que afirmam que ele está aquém da realidade de conflitos de terra existentes no País. Um pouco eufórico, quando o anteprojeto não apresentava nem a expressão reforma agrária, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, agora reclama do projeto de Bernardo Cabral e não tem poupado críticas e graves acusações ao Incra. Já o Movimento dos Sem Terra, que conta com 1,3 milhão de assinaturas populares pela reforma agrária, diz que o retrocesso é maior do que o próprio Estatuto da Terra.

No bojo de todas estas divergências estão os temas mais essenciais que são reivindicados pelas entidades. O primeiro deles é o limite máximo de propriedade, que pelo Estatuto da Terra, está previsto como latifúndio por dimensão, a área superior a 600 módulos rurais ou 600 vezes a média dos imóveis da região.

Já os trabalhadores sem terra dizem que ninguém poderá ser proprietário, direta ou indiretamente, de imóvel rural com área contínua ou descontínua superior a 60 módulos regionais

de exploração agrícola, a UDR, por sua vez, não quer limite máximo nem mínimo do tamanho da propriedade.

Outra questão causadora de divergências é a função social da terra, que o Estatuto da Terra, afirma sua existência, quando ela, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores que nela trabalham, inclusive suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Os trabalhadores defendem que a obrigação social é cumprida quando, simultaneamente: a) o imóvel rural é racionalmente aproveitado; c) conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente; c) observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção e não motivam conflitos ou disputas pela posse ou domínio; d) não excede a área máxima prevista como limite regional; e) respeita o direito das populações indígenas que vivem nas suas imediações. A UDR também concorda com o Estatuto.

DESAPROPRIAÇÃO

Quanto ao item que estabelece o que deve ser desapropriado, o Estatuto diz que podem ser desapropriados latifúndios e minifúndios, áreas já beneficiadas ou em via de sê-lo, áreas onde os proprietários desenvolvam atividades predatórias aos recursos naturais; áreas destinadas a colonização que não cumpriram este objetivo, área com grande número de arrendatários, posseiros, e parceiros, áreas sem vocação econômica e latifúndios acima de 600 módulos rurais ou 600 vezes a área média dos imóveis da região, definidos como latifúndios de dimensão. Os trabalhadores rurais dizem que o imóvel rural que não cumprir a sua função social deve ser arrecadado mediante perda sumária e desapropriação por interesse social. A UDR, no entanto, defende que devem ser desapropriados os imóveis improdutivos da União, dos Estados e dos Municípios, de pessoas jurídicas e de empresas multinacionais. O tamanho da propriedade não deve ser levado em conta para a desapropriação.

Em relação a indenização, o Estatuto apenas diz que os minifúndios serão indenizados em dinheiro. Os trabalhadores dizem que a indenização deve ser feita através de títulos da dívida agrária, de valor por hectare e liquidez inversamente proporcional à área e a obrigação social não atendida, com prazo diretamente proporcional aos mesmos fatores. E a UDR quer a indenização pelo seu justo valor e em dinheiro. Por fim, quanto a origem dos recursos, o Estatuto prevê a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária com recursos equivalentes a três por cento do orçamento da União. Os trabalhadores defendem a criação do Fundo, mas com adoção de cinco por cento da receita prevista no orçamento da União. A UDR, simplesmente, acha que o Governo não tem recursos para promover a reforma agrária.



Esta população ainda tem muito pouco assegurado

O texto atual

No atual projeto de constituição a reforma agrária encontra-se da seguinte forma:

Art. 245 — É garantido o direito de propriedade do imóvel rural condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos em lei.

Art. 246 — Compete a União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária o imóvel que não esteja cumprindo a sua função social, em áreas prioritárias, mediante indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua imissão, cuja utilização será definida em lei.

§ 1º — As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º — O orçamento fixará anualmente volume total de títulos da dívida agrária assim como montante de recursos em moeda para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 3º — O valor da indenização da terra e das benfeitorias será determinado conforme dispuser a lei.

Art. 247 — A desapropriação será precedida de processo administrativo consubstanciado em vistoria do imóvel rural pelo órgão fundiário nacional, garantida a presença do proprietário ou peritos por este indicados.

Art. 248 — A declaração do imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 1º — Na petição inicial, instruída com comprovantes do depósito do valor da terra em títulos e o das benfeitorias em dinheiro, a autora requererá sejam ordenadas, a seu favor, a imissão de posse do imóvel e o registro deste na matrícula competente.

§ 2º — O juiz deferirá do plano a inicial. Se não o fizer no prazo de noventa dias, a imissão opera-se automaticamente com consequências previstas no parágrafo anterior.

§ 3º — Se decisão judicial re-

conhecer que a propriedade cumpria sua função social, o preço será totalmente pago em moeda corrente corrigida até a data do efetivo pagamento.

Art. 249 — A alienação ou concessão, a qualquer título de terras públicas com área superior a quinhentos hectares a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, executados os casos de cooperativas de produção originários do processo de reforma agrária, dependerão de prévia aprovação da Câmara Federal e do Senado da República.

Parágrafo único — A destinação das terras públicas e devolutas será compatibilizada com o plano nacional de reforma agrária.

Art. 250 — os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inalienáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único — O título de domínio será conferido ao homem e a mulher, esposa ou companheira.

Art. 251 — O plano nacional de desenvolvimento agrário, de execução plurianual, englobará simultaneamente as ações de política agrícola, a política agrária e reforma agrária.

Art. 252 — A lei limitará aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, bem como os residentes e domiciliados no exterior.

Parágrafo único — A aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira ficará subordinada à prévia autorização da Câmara Federal e Senado da República.

Art. 253 — São suscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, os pequenos e médios imóveis rurais, na forma que dispuser a lei, desde que seus proprietários não possuam outro imóvel rural.

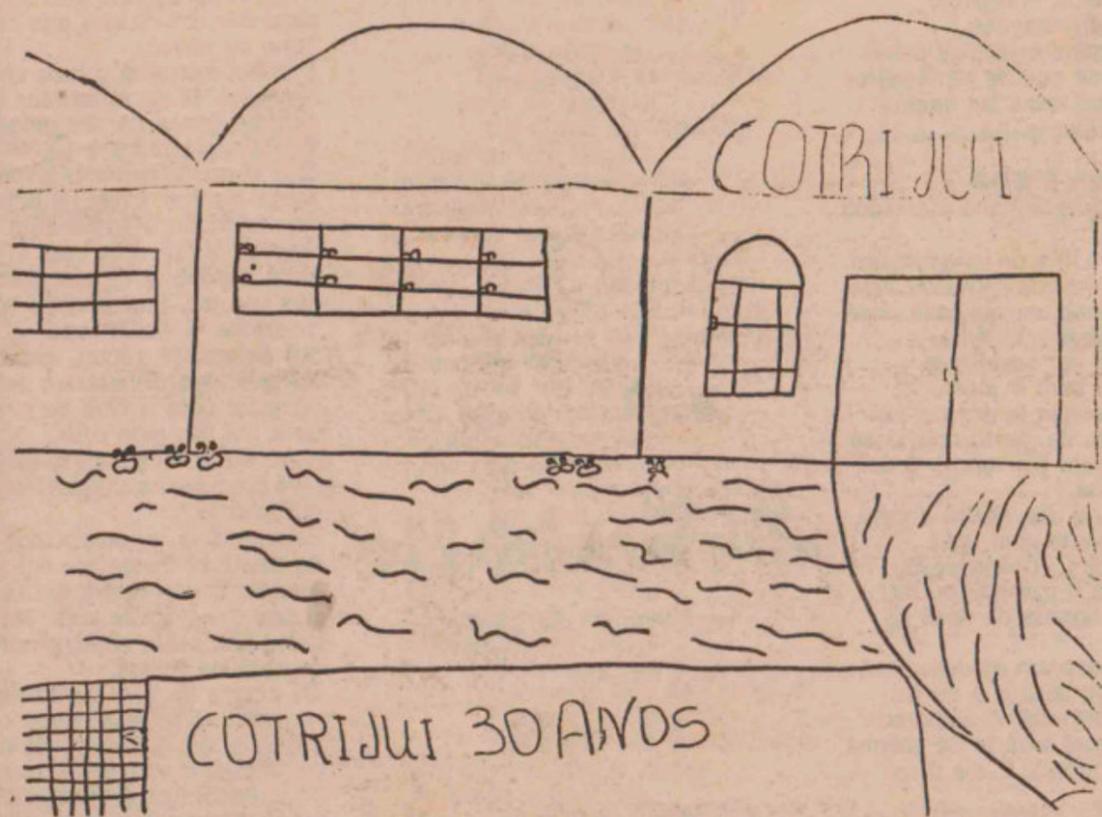
Art. 254 — A lei estabelecerá política habitacional para o trabalho rural com o objetivo de garantir-lhe dignidade de vida e propiciar-lhe a fixação no meio onde vive.



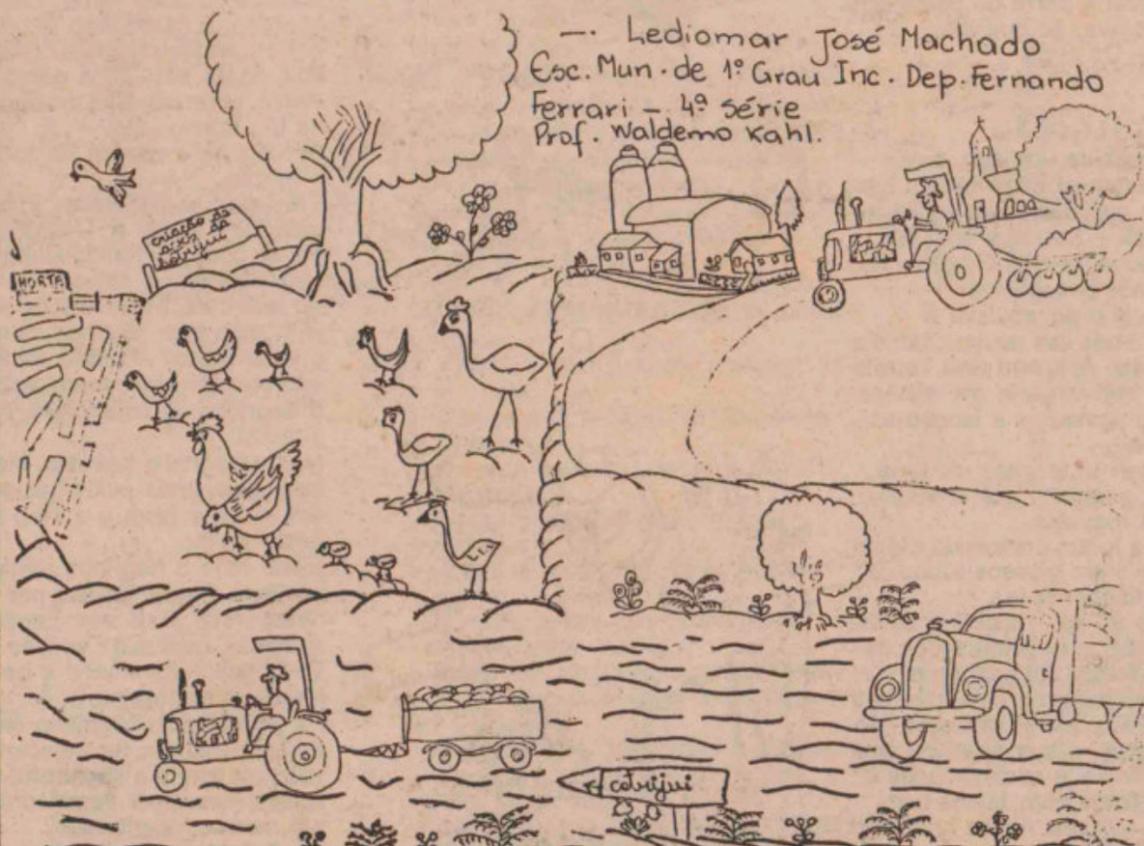
SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação Maria Aparecida Pereira Mendes



COTRIJUI 30 ANOS



— Lediomar José Machado
Esc. Mun. de 1º Grau Inc. Dep. Fernando
Ferrari — 4ª série
Prof. Waldemir Kahl.

Cotrijuí 30 anos

Este mês estamos publicando mais alguns trabalhos sobre os 30 anos da Cotrijuí; são trabalhos enviados por leitores de Santo Augusto.

COTRIJUI

A Cotrijuí foi criada por um grupo de agricultores que discutiam os problemas para garantir a comercialização de seus produtos, pois havia muita exploração no comércio, então, construíram um armazém para depositar seus produtos.

Hoje, a Cotrijuí está muito forte, recebendo todos os produtos que a colônia produz.

Presta serviços técnicos na agricultura, na pecuária, no hortigranjeiro, etc. . . E assim, a Cotrijuí fica cada vez maior.

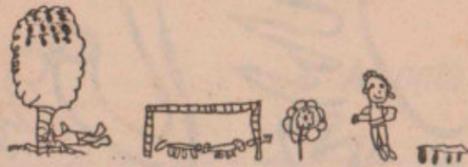
Logo depois que a Cotrijuí foi criada, tinha só uma loja e mercado. Hoje, a Cotrijuí tem mais de 30 lojas por todo o Brasil.

A maioria dos agricultores entregam seus produtos na Cotrijuí, principalmente: a soja e trigo, mas também tem outros produtos entregues na cooperativa como: o feijão, mandioca, milho, batata etc. . . Todos esses produtos são vendidos para a Cooperativa; compra do agricultor e vende de novo.

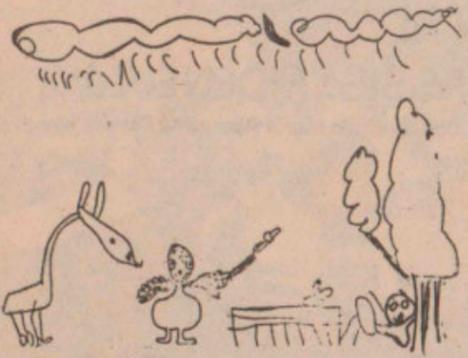
A Cotrijuí dá muito apoio para a criação de suínos, gado de leite e outros.

Neidi Speroni — Escola Municipal Fernando Ferrari — Santo Augusto

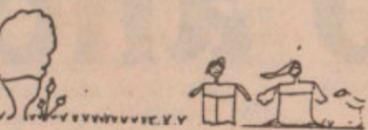
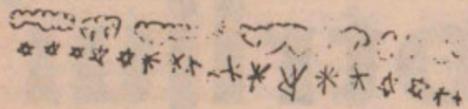
Página do leitor



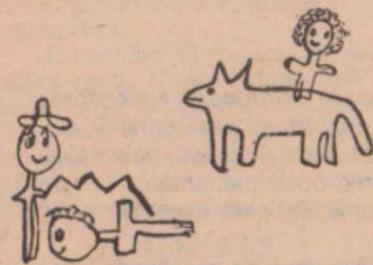
Elisiane Viega - 7 anos
Facola Francisco de Assis



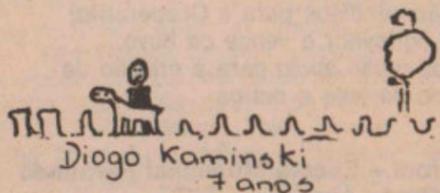
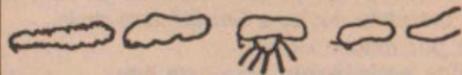
João Francisco Della Flora - 7 anos
EFA



Gilvana Castoldi - 7 anos
EFA



Vanessa Garção - 7 anos
EFA



Diogo Kaminski - 7 anos
EFA

No dia 22 de agosto comemoramos o dia do Folclore. Apesar de haver um dia institucionalizado para isso, o Folclore está presente, todos os dias, em nossas vidas.

Mas o que é Folclore? Folclore é a alma popular, são as emoções do povo. Fazem parte do Folclore as crenças, tradições, superstições, estórias, provérbios.

Para que um fato se caracterize como folclórico, ele precisa ser anônimo, que tenha aceitação coletiva, ser transmitido oralmente, que seja tradicional e funcional.

Nosso País e Estado possuem um folclore riquíssimo, cheio de lendas, causos, provérbios, anedotas, travalinguas, adivinhações. Escolhemos alguns exemplos deste folclore, a fim de que os professores enriqueçam suas aulas, se assim acharem conveniente.

CAUSO - ESSA É BOA

Uma vez tinha dois homens chamados Pedro e José.

José namorava a filha de um granjeiro. Um dia a sua namorada convidou José para ir num almoço em sua casa. José disse que aceitava o convite.

Quando chegou em casa, José convidou Pedro para ir junto.

Pedro disse que não ia porque não sabia falar perto de gente rica, José disse que era para ele repetir tudo o que ele falasse.

Quando chegou o dia, Pedro estava pronto para ir junto com José.

Quando chegaram à empregada atendeu à porta e mandou entrar; disse que a namorada de José já descia.

Dai a pouco desceram as duas irmãs - a namorada de José e a outra.

Já era quase meio-dia. A namorada de José pediu qual a parte da galinha que ele mais gostava. E ele disse: - Os ovos.

A outra moça que estava com Pedro, perguntou qual a parte do porco que ele mais gostava, ao que ele respondeu: - Os ovos.

LENDA DO ALGODÃO

Junto às águas de um lago, belas Índias banhavam-se admirando o luar. Mas sempre que deixavam as águas queixavam-se: - Estamos com frio, luar. Deve aquecer-nos. Os raios do sol sempre nos enxugam e aquecem. O luar encabulava e escondia-se atrás das nuvens. Um dia teve uma idéia. Apanhou uma estrela bem bonita, converteu-a em milhões de pequenas sementes e lançou-as sobre a terra. . .

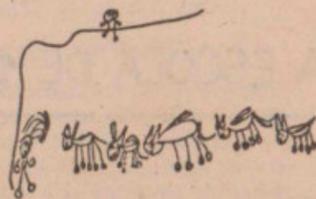
De cada semente lançada na terra, nasceu uma plantinha que o orvalho e as nuvens regaram.

As plantinhas foram crescendo até se transformarem em viçosos arbustos, porém, não tinham flores.

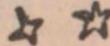
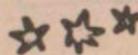
Com um raio de sol o luar fez belas flores douradas e enfeitou todos os arbustos. O tempo foi passando. . .

As flores murcharam e deixaram cair as pétalas. Para que os arbustos não ficassem tristes, o luar apanhou uma nuvem, desfilou-a e encheu todos os cálices das flores com flocos bem branquinhos e leves. Assim apareceu o algodão.

duu



Elisângela Meireles - 7 anos
EFA



Frederico H. de Souza - 7 anos
EFA



Matias Frizzo - 7 anos
EFA



Bernardo Pereira Mendes - 7 anos
EFA

A LENDA DO NEGRINHO DO PASTEREIO

Há muito tempo vivia nos pampas do Sul um homem sem coração. Era patrão rico e tinha muitas terras, escravos e dinheiro mas nada usava para o bem. Nas redondezas era conhecido como sovina e cruel. Até água neçava, se água à porta lhe pedisse. Ninguém gostava dele. Viúvo, morava com o filho, garoto que dele herdara a maldade.

Entre seus escravos havia um menino, bem pretinho, muito vivo e que todos chamavam apenas de negrinho. Não tinha pai e nem mãe. Mas se lhe perguntavam de quem era afilhado, respondia, risonho:

- De Nossa Senhora!

Pobre Negrinho! Nem sempre sorria. Patrão e filho o maltratavam sempre.

- Estancieiro, dono de fazenda no Sul tinha um baio de fazer inveja! Um dia foi desafiado:

- Quero ver se esse baio corre mesmo! disse-lhe um vizinho que conhecia a fama do cavalo.

E quem montaria o baio em pêlo. O Negrinho, já se sabe! Mas no dia da corrida, quase na chegada, o cavalo do vizinho passou à frente do baio. Que surra o Negrinho levou!

Assim mesmo, ainda na noite daquele dia, foi vigiar a tropilha do patrão.

Surrado e dolorido, com o corpo e a alma doendo, teve até medo do pio das corujas. Mas pensou em sua madrinha. E adormeceu.

Um estampido ecoou, assustando os animais, que dispararam pelos pampas. Fora o filho do patrão que dera um tiro para o ar.

Nova surra levou nosso Negrinho.

- Vá procurar os cavalos! foi mandado novamente.

Escurecia já, e nada! Onde estariam os cavalos? Passando aos pés da Madrinha, no oratório da fazenda, pegou um toco de vela. Montado no baio, saiu pelas coxilhas, procurando os cavalos fujões.

Os pingos da vela benta iam caindo no chão. E desses pingos caídos, mil velinhas iam surgindo, clareando a escuridão. E com esta luz o Negrinho pôde encontrar os cavalos.

Mas, encostado a um cupim, adormeceu novamente. Sabendo do ocorrido, o fazendeiro ficou louco de ódio. Mandou chicotear o Negrinho que, desta vez, ficou como morto. Agora, enterrem este moleque na boca de um formigueiro.

Deixem só a cabeça de fora! gritou o patrão.

Três dias se passaram. E o patrão quis ver o escravo. Que surpresa! De pé na boca do formigueiro, eis o Negrinho, são e salvo.

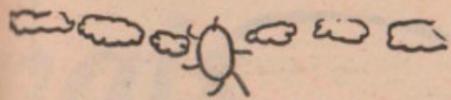
Ao lado dele, o baio e toda a tropilha. E fixando bem os olhos, que viu mais o estancieiro? - Nossa Senhora ali estava, com seu manto agasalhando o Negrinho. O estancieiro caiu de joelhos!

Mas o Negrinho nem viu. Montado no baio, galopando pelos pampas sem fim, entre a terra e o céu, seguindo pela tropilha.

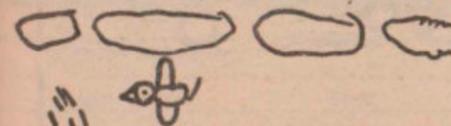
E até hoje o Negrinho percorre as coxilhas. Mas três dias por ano ele desaparece. Está num formigueiro qualquer, com suas amigas formigas. Todo gaúcho conhece a estória do Negrinho do Pastoreio.

Há estátuas do Negrinho em Caxias do Sul e Pelotas. Se lhe acendem uma vela, ele ajuda a encontrar um objeto sumido, um amor desentornado, ou até mesmo, quem sabe?

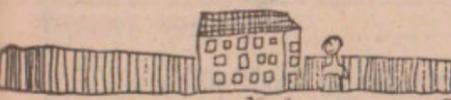
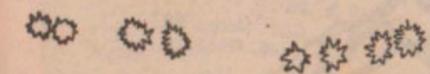
- a felicidade perdida. .



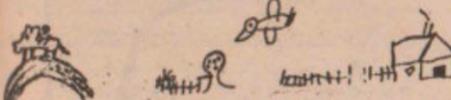
Daniele Trevisol - 7 anos
EFA



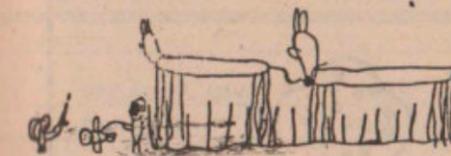
Leandro Taborda - 7 anos
EFA



Taiur G. Maier - 7 anos
EFA



Rogério Lopes Rodrigues
7 anos
EFA



Rafael Christmann -
6 anos
EFA

QUADRINHAS

A quadrinha é a poesia popular, de versos fáceis, que atravessam gerações e transpõem fronteiras.

Atirei um limão verde
Na janela do meu bem.
Deu na clara, na morena
E na mulata também.
Acendi um cigarro,
Para ver se te esquecia.
Mas a maldita da fumaça
O teu nome escrevia.
Atirei um limão verde
Por cima do quartel.
Toda milicada correu
Pensado que era pastel.
A formiga quando quer morrer
Inventa de criar asas.
A mocidade inventa o namoro
Pra bem de sair de casa.

A maçã é tão vermelha
Dá vontade de apanhar
Os seus lábios são tão macios
Dá vontade de beijar.
Amo e não sou amada.
Quero e não sou querida.
Mas um consolo eu tenho:
Te amo e não sou fingida.
Boca de leite, recheio de melancia.
Um beijo na tua boca,
Me sustenta quinze dias.
Beijo na face
Escorrega e vai ao chão.
Beijo na boca
Vai direto ao coração.

Entrei na Vila Sapo
fazendo esculhambação.
Fazendo troça de china,
Correndo negro a facão.
Eu fui lá não sei onde
Visitar o não sei quem.
Sou assim não sei como,
Morrendo não sei por quem.

Estudante delicada,
Do sorriso encantador,
Não faça nenhuma besteira
Só por causa do amor.
Lá atrás daquele cerro,
Tem um sino sem badalo.
Tu, além de ser bem feito,
Tem cara de cavalo.

Minha mãe chama-se Caca,
Minha vó, Caca Maria
Em casa tudo era caco,
Eu sou filho da cacaria.
Meu amor comeu pimenta
Pensando que não ardia.
Namorou outra guria.
Pensando que eu não sabia.

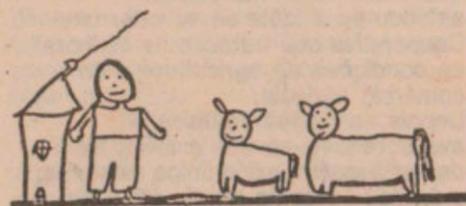
Oh! Menina, não te cases.
Aproveita a boa vida,
Que eu já vi muita casada
Chorando de arrependida

PROVÉRBIOS

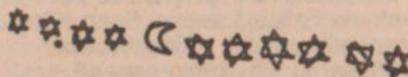
Os provérbios manifestam uma forma de sabedoria popular que as pessoas mais idosas da comunidade costumam usar nas mais diversas situações quando estão conversando. Desempenham as mesmas funções controladoras do bom costume e regras do bem viver.

- A mulher e a galinha não se deixa passear;
- A galinha o bicho come, a mulher dá o que falar.
- A boca que profere mentira, mata a alma.
- A corda sempre arrebenta do lado mais fraco.
- Águas passadas não movem moinhos.
- A mulher e o vidro estão sempre a perigo.
- A medida com que tu medires, com ela serás medido.
- Barco enalhado não ganha frete.
- Brigam as comadres, descobre-se as verdades.
- Casar é bom, não casar é melhor.
- Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.
- Conhece-se o amigo na ocasião do perigo.

- Cada um colhe conforme a semente que plantou.
- Cobertor de pobre é cachaça.
- Dia de muito, véspera de pouco.
- Deus dá o trigo e o diabo foge com o saco.
- De pequenino que se torce o pepino
- Em baile de cobra sapo não entra
- Em rio que tem piranha, jacaré nada de costas.
- Formiga quando quer se perder, cria asas.
- Hóspede depois de três dias, fede.
- Ladrão que rouba de ladrão, tem cem anos de perdão.
- Laranja madura na beira da estrada, ou é podre ou tem marimbondo.
- Ninguém sabe o bem que perde, senão depois de perdido.
- Não se pergunta ao macaco se quer banana.



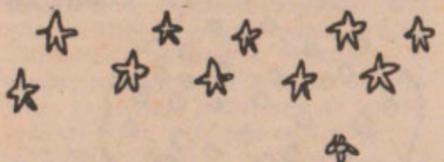
Caroline Fano - 7 anos
EFA



Livia Cardoso - 7 anos
EFA



Camila Cargnelutti
7 anos
EFA



Lucas Bellé - 7 anos
EFA

- O bom bocado não é para quem faz,
ma sim para quem come.
- Pé de galinha não mata pinto.
- Pobre só tem terra debaixo das unhas.

TRAVALÍNGUAS

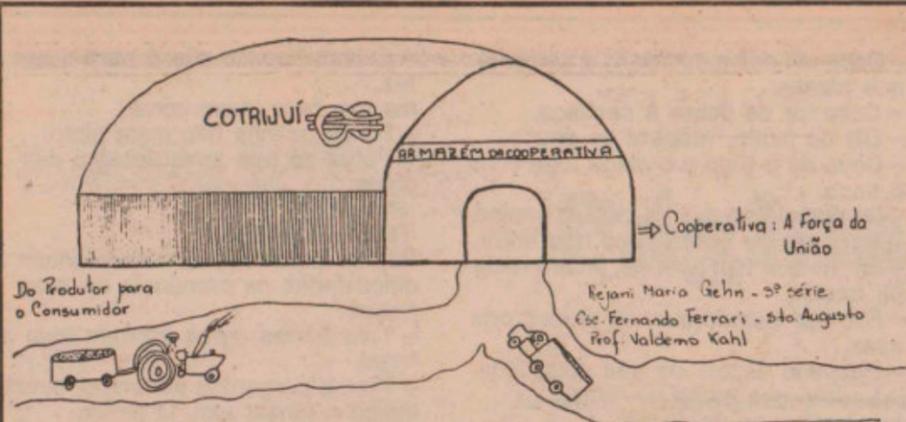
São as parlendas que apresentam dificuldades na pronúncia de suas frases.

- Três tristes tigres trituram trigo no trigal.
- Tempo perguntou ao tempo, quanto tempo o tempo tem. O tempo respondeu ao tempo que o tempo tem tanto tempo, quando o tempo tem.
- Num ninho de mafagofos, sete mafagotinhos há. Quem os desmafagotizador bom desmafagadizador será. Eu que já os desmafagafei, bom desmafagafizador serei.
- Ver-te, só verte, é com sorver-te como um sorvete.
- Aranha, tatanha, aranha, tatinha tatu é que arranha a tua casinha.
Quem compra casa a paca pagará a paca cara, pois quem a paca cara compra, paca cara pagará.
- Salmouras salgadas só salgam salsichas.

DÍSTICOS

O camioneiro é a figura típica das estradas, companheiro de todos os viajantes mundo afora. Seu pequeno mundo é o caminhão onde ele vive e sonha. O camioneiro tem muito carinho pelo seu caminhão, e por isso o enfeita com fitas, adesivos, desenhos e os famosos dísticos - frases pintadas nos pára-choques dos caminhões - que apresentam conotações diferentes, mostrando-nos peculiaridades de seus criadores.

- Mulher e fotografia só se revela no escuro.
- O maior defeito da mulher é o homem.
- Sou feio mas sou carinhoso
- Não sou baton mas tô nas bocas.
- Mulher é como pipoca, dá seus pulinhos e cai na boca do povo.
- A mata é virgem porque o ar é fresco.
- O homem é que nem biscoito, vai um e vem dezoito.
- Sou pobre mas sou feliz: uma das duas é mentira.
- Porco gordo e sogro rico só dá lucro quando morre.
- Não tenho medo de animais na pista, mas tenho medo de alguns burros no volante.
- Virgem Maria como bate essa lataria.
- Se pinga fosse fortificante, o mundo estava cheio de gigantes.
- Maior que o universo só o coração de uma mãe.
- Não apontes as faltas alheias com o dedo sujo.
- Na escola da vida não há férias.
- Fracassar é triste. Mas triste é não tentar vencer.
- Pago chorando o que prometi sorrindo.
- Pela cidade se conhece o prefeito
- Branco correndo é atleta. Nego correndo é ladrão.
- Nego não acompanha procissão: persegue o santo.
- Amor é igual a fumaça: sufoca mas passa.
- Quanto mais alto o coqueiro, maior é o tombo do coco.
- Vento forte e mulher feia só servem para quebrar galho.
- Mulher feia e urubu, comigo é na pedra.
- Minhoca que se trata não atravessa galinheiro.



Cotrijuí 30 anos

História do Cooperativismo: a Cotrijuí
 A Cooperativa é um grupo de pessoas com economias individuais que se organizam numa empresa para competir no mercado. No grupo de pessoas precisa da participação política dos associados. Como empresa, precisa da participação econômica.

Nossa economia passou por uma série de fases da própria agricultura. Vários ciclos marcaram nossa história, dentre eles temos: ciclo da exportação, erva-mate, o charque, etc.

Em 1822 a área passa a ser ocupada. Vieram os imigrantes.

Essa imigração começou em torno de Porto Alegre, se expandindo para Novo Hamburgo, Caxias do Sul e mais tarde os filhos desses imigrantes foram ocupando nossas áreas, como: Ijuí, Santo Augusto, etc.

A partir de 1950 começou a modernização da agricultura, existindo por aí só as pequenas cooperativas: as chamadas cooperativas mistas. Por volta de 1957 surgiram as cooperativas tritícolas e dentre elas a Cotrijuí.

Os fatores que levaram a surgir as cooperativas tritícolas foi a comercialização dos produtos. Pois na época não tinha para quem vender o trigo. Em julho a Cotrijuí completou seus 30 anos de atividades.

A data de fundação da Cotrijuí se deu em 20 de julho de 1957.

Cada cooperativa tem um símbolo que a diferencia das demais. A Cotrijuí tem como símbolo o nó do laço do marinheiro.

Hoje, a cultura predominante é a soja, depois vem o trigo, milho... Aos poucos temos a diversificação de culturas.

A Cotrijuí conta com aproximadamente vinte e dois mil, setecentos e quatro associados até 1986. Em nossa região aproximadamente quatorze mil e setecentos associados e conta com oito unidades.

No país, em número de associados, é a segunda maior cooperativa.

Enfim, a Cotrijuí está entre as dez maiores Cooperativas, sempre enfrentando novos desafios em busca do bem comum.

Gabriela Lúcia Kahl - 5ª série
Escola Municipal de 1º Grau Incompleto
Fernando Fenari - Santo Augusto.
Professor: Valdemir Kahl

COOPERATIVISMO
 Nos meados da década de 60, os produtores de nosso município enfrentavam diversos problemas, e como aspirações para resolvê-los se destacavam a necessidade de comercializar os produtos por preços mais acessíveis, acabar com a exploração e unir a classe agrícola em torno dos objetivos de aumentar a produção e diversificação da

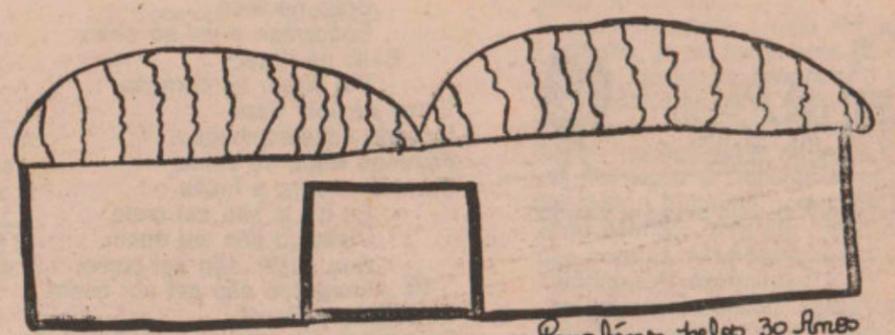
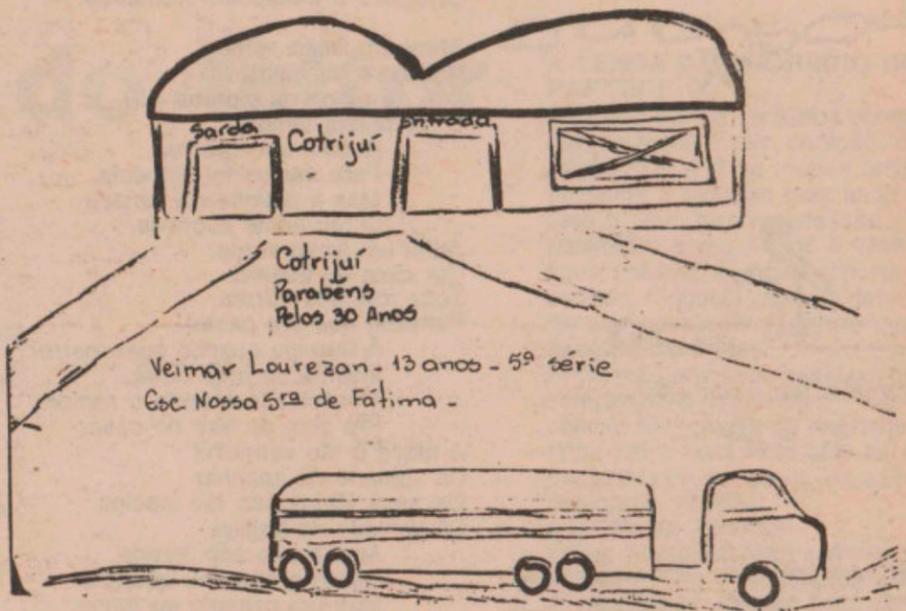
agricultura, fazendo da região uma autêntica e exemplar metrópole que se preocupasse e contribuísse com os rumos agrícolas do país. Para resolver estes problemas maiores e que estavam incumbidos somente à classe dos agricultores, que era a parte interessada, estudou-se a idéia de se criar uma Cooperativa que tratasse de melhorar as condições da agricultura e do comércio agrícola.

Depois de muitas análises e avaliações viu-se que a idéia, além de ser a melhor era a única existente, e fundou-se então no dia 02/10/65, a denominada Cooperativa Agrícola Mista Santo Augustense Ltda., idealizando os objetivos primeiros e dando um novo início ao ataque contra a exploração sofrida pela classe. Presidenciada e gerenciada por Antonio Felipe Lauer e Egon König respectivamente, a Cooperativa contava no seu início com 48 associados.

Apesar do pequeno número de associados, a Cooperativa prosperou e durante dois anos atingiu idéias primárias que os produtores tanto objetivavam.

Com o aumento da produção em todo o Estado do RS e o país, foram incentivadas as exportações e as importações e para isso a Cooperativa de Santo Augusto não tinha contato com o recente "Porto" de Rio Grande, onde destinavam-se as mercadorias (à exportação) para outros países, de onde partiam também muitos produtos destinados ao nosso país.

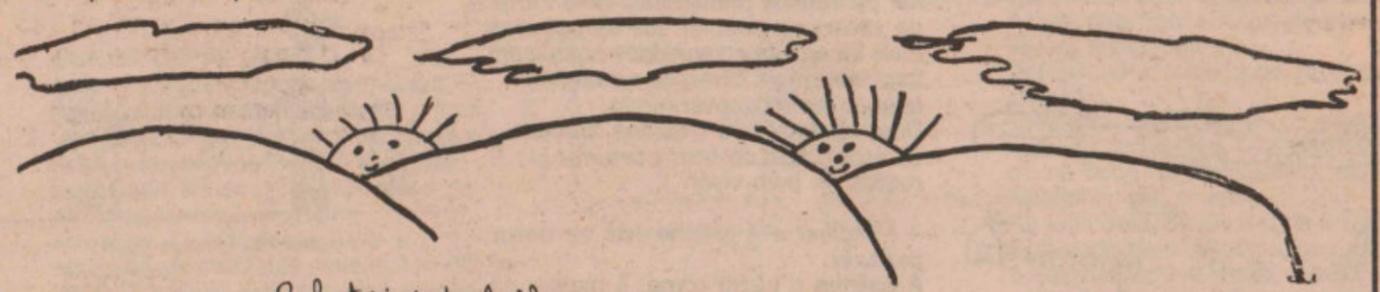
A Cotrijuí, surgida em 1967 em Santo Augusto, e tendo como primeiro gerente o sr. Osvaldo Pio Andrighetto, expandia-se mais à cada dia e com isso superou a Cooperativa



Santoaugustense, pois mantia contatos com o Porto de Rio Grande, no que se tratava de importação e exportação. Como consequência de todos esses acontecimentos, os associados da antiga Cooperativa começaram a se associar à Cotrijuí, o que veio contribuir ainda para a sua expansão e trazer, não o fim, e sim a passagem para um novo tipo de Cooperativa, onde hoje conseguem obter todas as informações técnicas e comerciais que necessitam, além de estarem envolvidos pelos laços de um novo

conglomerado cooperativo que luta, vence e progride ao passar de cada dia.

Roseli Teresinha Rodrigues
Escola Cenequista de 2º Grau
Padre Anchieta - Santo Augusto



A Cotrijuí trabalha com seus riveis.

E. E. de 1º Grau Inc. Nª Sra de Fátima
Sto. Augusto
Valdinara Calegari - 2ª série - 7 anos

